

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

NATHÁLIA LOPES CALDEIRA BRANT

**A SOCIABILIDADE DO CAPITAL E O GERENCIAMENTO DA
QUESTÃO SOCIAL: O Projeto Ético-Político Profissional no cotidiano
do assistente social**

**FRANCA
2014**

NATHÁLIA LOPES CALDEIRA BRANT

**A SOCIABILIDADE DO CAPITAL E O GERENCIAMENTO DA
QUESTÃO SOCIAL: O Projeto Ético-Político Profissional no cotidiano
do assistente social**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais, da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-
requisito para obtenção do título de Mestre em
Serviço Social. Área de Concentração: “Serviço Social
– Trabalho e Sociedade”**

Orientador: Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva

**FRANCA
2014**

Brant, Nathália Lopes Caldeira

A sociabilidade do capital e o gerenciamento da questão social : o Projeto Ético-Político Profissional no cotidiano do Assistente Social / Nathália Lopes Caldeira Brant. –Franca : [s.n.], 2014
127 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientador: José Fernando Siqueira da Silva

1. Serviço social – Orientação profissional. 2. Serviço Social – Ética profissional. 3. Assistentes sociais. 4. Trabalho profissional.
I. Título.

CDD – 362.85

NATHÁLIA LOPES CALDEIRA BRANT

**A SOCIABILIDADE DO CAPITAL E O GERENCIAMENTO DA
QUESTÃO SOCIAL: O Projeto Ético-Político Profissional no cotidiano
do assistente social**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, ____ de _____ de 2014.

Às “histórias ambulantes” que se recriam no cotidiano e ainda ousam acreditar que vale a pena lutar por outra sociabilidade.

AGRADECIMENTOS

*“Não tenho um tom, não tenho palavras,
Não tenho um acorde que me socorra agora...”*
Palavrantiga

Já dizia Marx que o difícil de toda ciência é o começo. Sem dúvidas, estava certo. Mas difícil é também chegar ao final do processo de sistematização das ideias e relembrar o porquê de tanta dedicação e, ainda que durante um período tenhamos uma caminhada sozinho, perceber quem faz parte daquilo que somos e do que fazemos.

Agradeço primeiramente ao Deus Excelso Criador dos céus e da terra. À Ele toda honra, glória e gratidão pelo dom da vida, pelo cuidado e amor.

Aos meus pais que, mesmo sem saberem, são o ponto de partida de tudo o que sou e tudo o que tenho. Ainda que o correr da vida não nos seja como já foi, o que fica sempre é o cuidado, carinho e amor. À minha mãe, obrigada pela correção do trabalho tão cuidadosa e detalhista.

Ao meu irmão Douglas, obrigada pela ajuda nas transcrições! Mas mais do que isso, obrigada pelo companheirismo, apoio e por acreditar naquilo que, às vezes, nem eu mesma acredito, mas que ainda persisto em lutar. Saiba que tenho orgulho de quem é e muita confiança no que será. Tamo junto companheiro!

À minha irmã Vivian, obrigada pelo apoio incondicional. Percorremos caminhos diferentes, mas aquilo que nos une nos garante estarmos sempre perto. Saiba que te amo, e que não precisamos ser iguais para sermos irmãs. Torço por você e por sua felicidade!

À minha grande família Lopes. Passamos por tanta coisa nesse período, e com todos os problemas, dificuldades e desafios, permanecemos juntos. Obrigada pelo exemplo de desprendimento e companheirismo. Espero carregar sempre comigo aquilo que temos de mais precioso. Sempre juntos na luta companheiros!

Agradeço ao meu professor orientador José Fernando Siqueira da Silva que, embora pense que na verdade me desorienta, contribui e muito para minha formação e me incentiva a persistir no caminho da pesquisa. Deixo registrado aqui meu agradecimento e admiração pelo educador que é e pela postura profissional que tem. Com ele, ainda agradeço aos grandes educadores que fizeram parte desse processo tão de perto, professoras Raquel, Patrícia, Onilda e Edvânia.

Agradeço aos meus companheiros da turma de mestrado de 2011! Caminhamos juntos e sofremos juntos todo esse tempo, desejo uma excelente caminhada aos novos mestres.

Aos meus amigos e amigas da “Mundiça” da XXXI Turma José Saramago, sempre presentes, mesmo que distantes. Sinto saudades e espero encontra-los em breve.

Aos amigos e amigas, companheiros, indispensáveis na minha caminhada, mostrando que sempre vale a pena confiarmos nos seres humanos e persistir no que acreditamos. Sempre tão presentes, preocupados e com muito apoio, sinto muito não estarmos tão perto, mas sempre tão próximos. Anita, Nando, Pri, Leandro, Gabi, Aninha, Lídia, Mateus, Lê, obrigada pela amizade de vocês.

Aos meus colegas do IFSULDEMINAS, que prazer pra mim é ter meu primeiro trabalho em um espaço como o CGAE. Aos companheiros do NAPNE, NEAPO, Comissão Político Pedagógica da Turma Paulo Freire e Setor de Serviço Social, obrigada pela amizade. Obrigada pelo apoio e incentivo e por ainda me fazerem acreditar que há como persistir no que acreditamos, mesmo que seja difícil. Ao IFSULDEMINAS-Câmpus Machado, agradeço o apoio que contribuiu na finalização dessa dissertação.

À CAPES, agradeço pelo apoio e financiamento da pesquisa dessa dissertação.

Aos companheiros da categoria profissional dos assistentes sociais que são os sujeitos dessa dissertação, ‘histórias ambulantes’ que me motivaram a insistir na investigação do trabalho profissional e por terem se disposto a participar comigo nessa pesquisa.

Ainda que o processo que me permitiu encerrar essa dissertação, por vezes me fez estar solitária, não tenho dúvidas de que não somos ninguém sozinho, somos o que somos na relação com o outro, e alcançamos o que alcançamos quando estamos juntos. A todos vocês citados aqui ou não, amigos, amigas, companheiros e companheiras, obrigada por fazerem parte da minha vida e por a tornarem muito mais divertida e com muito mais sentido.

*Sí, sí, por lastimado y jodido que una esté,
siempre puede uno encontrar contemporâneos
en cualquier lugar del tiempo y
compatriotas en cualquier lugar del mundo.
Y cada vez que eso ocurre, y mientras eso dura,
uno tiene la surte de sentir que
es algo en la infinita soledad del universo:
algo más que una ridícula mota de polvo,
algo más que un fugaz momentito.*
Eduardo Galeano

BRANT, Nathália Lopes Caldeira. **A sociabilidade do capital e o gerenciamento da questão social: o Projeto Ético-Político Profissional no cotidiano do Assistente Social.** 2014. 127 f. Dissertação (Mestre em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

RESUMO

No processo de constituição do trabalho profissional do assistente social, no limite da sociedade capitalista, o Serviço Social emerge como determinada força de trabalho especializada no atendimento das manifestações da questão social. A investigação desse trabalho se dá na apreensão da lógica de organização da sociedade, em que se insere, ditada pela acumulação e ampliação do capital. Com uma contradição inerente à gênese da profissão, o Serviço Social objetiva seu trabalho em determinados espaços sócio-ocupacionais, predominantemente, oferecidos por um Estado burguês à mercê do capital. Entretanto, como categoria, assume um direcionamento a partir de um projeto profissional, referenciado no Projeto Ético-Político Profissional (PEP). Esse direcionamento orienta o cotidiano do trabalho do assistente social, associa o profissional à classe trabalhadora e, como parte constituinte dela, em contraposição ao significado da profissão no seu início no Brasil. Porém, o significado do trabalho profissional passa por um processo de reconceituação, vinculando o projeto profissional coletivo a um projeto societário, comprometido com a transformação da sociedade. Dessa forma, o que se objetivou na pesquisa foi apreender o trabalho profissional, ao considerar sua contradição e finalidade, nas determinações da sociedade capitalista, considerando o direcionamento ético, político e social proposto pelo PEP. Tendo como amostra os profissionais que compõem os equipamentos da proteção social especial da política de assistência social no município de Franca, procurou-se apreender a objetivação do trabalho profissional considerando seu cotidiano, sua formação profissional, os limites, as possibilidades e o direcionamento hegemônico da categoria. Com entrevistas dos assistentes sociais desses espaços e também com a apropriação de um referencial teórico que desvela o movimento da realidade e clarifica a inserção profissional na gestão das manifestações da questão social, buscou-se o entendimento dos determinantes da realidade regida pelo capital e de que forma esses determinantes impactam a formação e o trabalho profissional do assistente social; ainda, como recolocam obstáculos objetivos à realização do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social (no campo específico da assistência social) na concretude da realidade regida pela lógica do capital.

Palavras-chave: capitalismo. questão social. trabalho profissional. projeto profissional. política de assistência social.

BRANT, Nathália Lopes Caldeira. **A sociabilidade do capital e o gerenciamento da questão social:** o Projeto Ético-Político Profissional no cotidiano do Assistente Social. 2014. 127 f. Dissertação (Mestre em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

ABSTRACT

In the formation process of social worker's professional labor, beneath the boundaries of capitalist society, Social Work emerges as a specific labour power specialized in the treatment of social question's manifestations. The research tries to comprehend society's organizational inner logic, dictated by the process of capital accumulation and growth. Within its genesis and contradictions, Social Work predominantly objectifies its labor in some social and occupational spaces, offered by bourgeois state, which is ruled by capital. However, as a profession, Social Work assumes a position towards a professional project, referred as Ethical and Political Professional Project (EPPP). This position guides social workers' professional quotidian, associating them to the working class, as part of it, in opposition to its meaning during its genesis in Brazil. Nevertheless, professional labor meaning has been crossing a revaluation in which it is associated, as a collective project, to a specific societal project, committed to society's transformation. Thus, the research seeks to comprehend professional labor when taking in consideration its contradictions and goals among capitalist society's determinations, wondering about the ethical, political and social directions proposed by the EPPP. Taking as sample the professionals who compose special social protection's equipment of welfare policy in the city of Franca, the research tries to understand professional labor realization taking in consideration its quotidian, its professional formation, its boundaries, its possibilities and the hegemonic position took by social workers as a professional category. Interviewing social workers of the referred equipment and gathering some theoretical references which reveals reality's movement and clarifies professional insertion among the manifestations of social question, the research intends to comprehend the determining aspects of the reality ruled by capital and its impacts on social worker's professional formation and labor. Yet, the research wonders about the way this reality creates objective obstacles to the realization of Social Work's Ethical and Political Professional Project (in the specific field of welfare policy) in the concrete reality ruled by capital's logic.

Key-words: capitalism. social question. professional labor. professional project. welfare policy.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
CAPÍTULO 1 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BURGUESA: QUESTÃO SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL	16
1.1 A sociabilidade do capital e a (re)produção das relações sociais	16
1.2 O capitalismo monopolista no Brasil: Estado e políticas sociais	23
1.3 O ser social, relações sociais e reprodução capitalista	28
CAPÍTULO 2 A EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL E O AMADURECIMENTO DA PROFISSÃO: O DIRECIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO-SOCIAL NO COTIDIANO PROFISSIONAL	36
2.1 Apontamentos sobre as bases sócio-históricas do Serviço Social como profissão	36
2.2 O Serviço Social no contexto europeu e norte-americano: reflexões para a condição do Serviço Social brasileiro	40
2.3 As protoformas do Serviço Social no Brasil e o redimensionamento da intervenção profissional: o direcionamento ético, político e social no Serviço Social contemporâneo.....	46
CAPÍTULO 3 SERVIÇO SOCIAL E A TEORIA SOCIAL DE MARX: O TRABALHO PROFISSIONAL NO GERENCIAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL	65
3.1 "Como histórias ambulantes": formação, trabalho profissional e Projeto Ético-Político Profissional (PEP) - o assistente social como ser social.....	65
3.2 O Cotidiano nos equipamentos da proteção social especial de Franca-SP e o contraditório gerenciamento da questão social	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICE	
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS	124
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	125
ANEXO	
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	127

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em tempos de ofensiva do capital e de superexploração da classe trabalhadora, a materialização das expressões da questão social, em significativa parcela da população, ainda torna atual o debate entre a sociedade permeada pelos interesses do capital e as necessidades do trabalho.

Na perspectiva da manutenção da ordem, o capital permeia todas as relações e estabelece uma sociedade que se movimenta a partir da exploração do homem pelo próprio homem. Na regulação das relações, propõe ainda um Estado que administra a pobreza e a desigualdade social a partir das políticas sociais, sem, entretanto, alterar a constituição orgânica da sociedade que, necessariamente, garante a produção e ampliação do grande capital.

Numa perspectiva a partir do trabalho¹, na luta com a classe trabalhadora na construção de outra ordem societária com sujeitos emancipados, o que se pretendeu com essa pesquisa foi apreender como se objetiva o trabalho do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais oferecido por um Estado burguês a favor dos interesses do capital.

Dessa forma, ao considerar a condição do assistente social enquanto constituinte da classe trabalhadora, as protoformas do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 166) e o seu amadurecimento enquanto profissão, particularmente no Brasil, buscou-se aproximar-se do trabalho do assistente social nos espaços da proteção social especial da Política de Assistência Social no município de Franca-SP.

O presente trabalho dialogará sobre quais as possibilidades da materialização² do Projeto Ético-Político Profissional (PEP) no cotidiano profissional e a partir de quais condições objetivas ele se dá. Importa destacar que, para tal diálogo, é necessário remeter à formação profissional a partir da apropriação de uma teoria social que possibilite a leitura da complexidade da realidade e que, conforme o PEP, compõe o direcionamento social, político e ético da profissão a ser materializado no cotidiano profissional. O trabalho será apresentado em três capítulos.

Nos Capítulos 1 e 2, considerar-se-á a formação da sociedade capitalista e o seu desenvolvimento, com ênfase na fase do capitalismo monopolista, tempo em que a ofensiva

¹ Há uma discussão no Serviço Social contemporâneo quanto a definição da ação do assistente social enquanto trabalho. No intuito de elucidar e evidenciar a constituição do trabalho profissional enquanto trabalho, constituinte de valor, a perspectiva aqui adotada parte da definição apresentada em Iamamoto (2008).

² Importa salientar que o uso do termo materialização busca evidenciar o impacto das condições objetivas no direcionamento proposto à profissão e que deve ser vivenciado no cotidiano profissional. Não diz respeito à aplicação e normatização.

do capital desencadeia profundos impactos na sociedade, sobretudo na classe trabalhadora, ressaltando os modelos de produção fordista e taylorista. Particularmente no Brasil, ressaltar-se-á a fase de transição do modelo agroexportador para o modelo industrial de produção. Na emergência em se manter a ordem e conter a população, vê-se a necessidade de uma cientificidade das ações de caráter social, surgindo, então, as primeiras escolas de Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos. Com esse movimento e, principalmente com a criação da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), responsável por coordenar as reflexões da formação profissional e em disseminar o Serviço Social pelos outros países, destacar-se-á a chegada do Serviço Social na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil. Sem a preocupação em detalhar a criação das primeiras escolas do Serviço Social brasileiro, mas no intuito de aprofundar em quais condições sócio-históricas se dá esse processo, as influências (sobretudo da Igreja Católica) no processo de formação e o direcionamento da profissão, apresentam-se as protoformas do Serviço Social brasileiro e seu processo de maturação. Ao mesmo tempo, destacam-se a apreensão dos sujeitos que compuseram esse processo, a identidade da categoria dos assistentes sociais que, no amadurecimento da profissão, decidiram por um redirecionamento social, ético e político das ações, (re)significando a intervenção profissional na sociedade capitalista.

O Serviço Social, no exercício de romper com aquilo que Martinelli (1998) caracterizou como identidade atribuída³, assume um projeto profissional coletivo com uma direção hegemônica na categoria, apresentado no PEP.

Os sujeitos que compõem a categoria profissional do Serviço Social são sujeitos que, com suas particularidades, fazem parte da totalidade da categoria, mas que, em suas subjetividades e, a partir de determinadas condições objetivas, ao se inserirem no processo de formação profissional, necessariamente precisam assumir um posicionamento ético, político e social perante a sociedade em que incide seu trabalho profissional.

Embora o projeto profissional seja um projeto hegemônico, esse não homogeneiza os indivíduos que compõem a categoria. Todavia, com sério compromisso com a formação profissional, potencializa a apreensão da realidade complexa, a partir da apropriação de um referencial teórico e metodológico que possibilita desvendar o real e seu movimento.

³ Importa salientar que não é consenso a definição do conceito de identidade atribuída dentro do referencial do Serviço Social. O que se buscou aqui foi recuperar o processo sócio-histórico da profissão e como se deu a construção da identidade profissional. Com respaldo na perspectiva apresentada por Yamamoto (2008) o Serviço Social não supera a contradição da realidade ao assumir um direcionamento que se contrapõe ao ditame do capital vigente. Acontece na verdade uma clarificação do papel social da profissão na sociedade do capital, suas contradições, seu potencial para contribuir em processos de transformação.

A partir disso, o Capítulo 3 mostrará como os sujeitos da categoria, no processo de amadurecimento profissional, apreendem o significado social da profissão e sua intervenção no concreto da sociedade do capital. Destaca-se também a subjetividade desses sujeitos que assumem um compromisso que vai além de um cotidiano profissional, pois diz respeito a um posicionamento ético-político na sociedade e o entendimento que se deve ter do espaço contraditório que incide seu trabalho, isso, para não assumir, individualmente, ações que devam ser concretizadas por outros sujeitos. Ainda, apresentará como se objetiva o trabalho profissional do assistente social nos equipamentos da proteção social especial no município de Franca-SP.

Para tanto, optou-se pela coleta de dados a partir de entrevistas com os profissionais que ocupam tais equipamentos, no intuito de contemplar o público-alvo definido pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a saber: criança, adolescente, idoso, pessoa com deficiência, famílias com vínculos rompidos e/ou fragilizados. Ressalta-se que, por indisponibilidade dos profissionais, no período das entrevistas, não foram realizadas no equipamento de atendimento à população de rua (Abrigo Provisório) e no Programa Família Acolhedora.

A escolha dos profissionais de cada equipamento se deu, prioritariamente, por assistentes sociais na função de coordenação dos serviços. Aos equipamentos com a prestação de mais de um serviço, foi escolhido um que representasse cada um dos serviços prestados, contemplando o público-alvo.

As entrevistas aconteceram no primeiro semestre de 2012, com o intuito de anteceder o período de campanha eleitoral das eleições municipais e evitar qualquer impasse que pudesse ser provocado pelo movimento eleitoral em Franca. Por meio de roteiros semiestruturados, as entrevistas, realizadas apenas com assistentes sociais, foram devidamente gravadas, transcritas e corrigidas por cada um dos sujeitos para somente então serem aqui apresentadas. Os nomes dos assistentes sociais foram resguardados e para as citações foram usados nomes de poetas/poetisas brasileiros (as).

Houve, pelo menos, dois entrevistados que não retornaram com as respectivas correções. Sendo assim, não puderam ser usadas como citação direta, porém, compuseram a análise feita a respeito do trabalho profissional desenvolvido na proteção social especial no município de Franca.

Também foi realizada entrevista com a representante da Direção da Proteção Social Especial do município que, por sua opção, ocorreu por meio de questionário.

A escolha dos equipamentos seguiu as seguintes opções: aqueles que estavam diretamente ligados com a Secretaria, ou seja, a coordenação é feita por servidores públicos municipais, e aqueles espaços que tinham convênio com a Prefeitura para a oferta dos serviços. Outro critério foi a partir do público alvo definido pela PNAS, como já dito. Os espaços definidos foram: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, Recanto Samaritano (serviço de acolhimento institucional Casa-Lar para crianças e adolescentes), Lar São Camilo Lelis (serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias), Abrigo Provisório (serviço de acolhimento institucional abrigo-atendimento à população de rua – como justificado não pôde ser realizada).

Foram realizadas ao todo 11 entrevistas. Além das entrevistas, foram feitas visitas aos equipamentos com o intuito de aproximação com a realidade dos profissionais e apreender o espaço onde se objetiva seu trabalho profissional. No início, a conversa foi realizada com os coordenadores dos espaços e, em seguida, com os assistentes sociais. É preciso destacar que apenas no CREAS e no Recanto Samaritano cargo de coordenação é realizado por um assistente social. Nos demais espaços, são outros profissionais que desempenham esta função.

É preciso pontuar que “O Trabalho Profissional do Assistente Social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Franca-SP” (BRANT, 2010), foi o trabalho de conclusão de curso, de graduação, da autora desta dissertação que teve como objetivo analisar como se realizava o trabalho no espaço da proteção social especial de média complexidade.

Com isso, nos apontamentos das Considerações Finais (BRANT, 2010), já era indicado o compromisso da pesquisadora em perquirir a investigação do trabalho profissional, na perspectiva de apreender, em cada profissional, o significado social da profissão e o seu compromisso na intervenção na realidade. Assim, ampliando o campo da pesquisa que compreendia apenas a proteção social especial de média complexidade da Política de Assistência Social no município de Franca, a pesquisa proposta acontecerá nos equipamentos da proteção social especial, tanto na média como na alta complexidade.

Entende-se a Política de Assistência Social como um espaço privilegiado da objetivação do trabalho profissional do assistente social e que lida, sobretudo, com as mazelas geradas pelo avanço do capital nas relações sociais. Considerando tais condições, a escolha dos profissionais se deu da seguinte forma:

- no CREAS, devido ao número de assistentes sociais, foi preciso selecionar quais profissionais participariam da entrevista. Além da coordenadora, foram escolhidas duas

assistentes sociais que estavam em um dos dois serviços que, na época, o CREAS oferecia. Os serviços são: medida socioeducativa Liberdade Assistida e o outro Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);

- no Recanto Samaritano, além da coordenadora, foi escolhida outra profissional que está há mais tempo na Instituição, a fim de aproximar do cotidiano do espaço;
- no Lar São Camilo Lelis, foram ao todo três entrevistas: com a coordenação e com cada um dos profissionais que desenvolvem os dois projetos que a Instituição oferecia (um de serviço domiciliar e outro interno).

Dessa forma, o Capítulo 3 ocupar-se-á em elucidar as dimensões do trabalho do assistente social, sua situação enquanto classe trabalhadora, as condições em que se objetivam esse trabalho, o impacto na população atendida e a insistência em se pautar tal trabalho pelo direcionamento ético, político e social do projeto profissional da categoria.

Com o referencial nos autores Iamamoto (1997; 2008), Iamamoto e Carvalho (2009), Paulo Netto (1989; 1999; 2007; 2009a), Guerra (2011), Raichelis (2010), Mota (2010), Silva (2013), entre outros, fez-se uma discussão acerca da emergência do Serviço Social, o trabalho profissional, suas condições objetivas e as possibilidades da intervenção profissional. Paulo Netto e Braz (2009), Paulo Netto (1994; 1999; 2009b) Marx (1984; 1989; 2004; 2008; 2009), Marx e Engels (2009), Lukács (1981), Iasi (2011), Iamamoto (2008), entre outros, são citados para dialogar a respeito da categoria trabalho, da sociedade capitalista e da questão social.

O método materialismo histórico dialético, que considera a reconstrução racional do movimento da realidade a partir da perspectiva de totalidade, favorece a apreensão do real por meio de sucessivas aproximações com o seu movimento material-real, com sua essência. Apresenta categorias que reconstroem o real, como “concreto pensado”, evidenciando o seu movimento, reproduzindo no pensamento sua dinâmica.

A reconstrução do real se dá em um processo com sucessivas aproximações da essência do real, com o intuito de superar a aparência do objeto. Com essa perspectiva, o pesquisador tem a possibilidade de, não apenas de descrever o real, mas de reproduzir no pensamento o objeto e apreender o seu movimento real. A investigação, as questões, as perguntas, são cruciais no processo de conhecimento do objeto para então, depois, haver o momento da exposição com as considerações e reflexões identificadas.

Ao assumir tal referência, o pesquisador, para conhecer o objeto real, compreende que a realidade está em constante movimento e que não se dá diretamente o conhecimento do objeto.

Assim, a partir das categorias ontológicas reconstruídas com referência no método, o texto que se segue analisará o tema a partir de algumas categorias tais como: trabalho, emancipação, questão social, cotidiano, projeto profissional, projeto societário, totalidade, com o intuito de discutir acerca das condições em que emerge o Serviço Social e o embate entre a condição de classe trabalhadora e o compromisso político do projeto profissional do Serviço Social.

O trabalho investigativo, acerca da intervenção do assistente social, não pretende ser esgotado nas páginas que se seguem, pois a realidade em que se insere tal ação está em um constante movimento contraditório. A expectativa é que as contribuições desta dissertação sejam no sentido de se evidenciar o limite da intervenção profissional, a vinculação do projeto profissional a um projeto societário, destacar as possibilidades de efetivação dessa vinculação no cotidiano do trabalho profissional, bem como discutir os limites das políticas sociais, a importância da formação profissional de qualidade e permanente e, sobretudo, a materialidade do PEP.

A construção de um projeto profissional coletivo, que se oriente por um direcionamento ético, político e social a favor da classe trabalhadora no contraponto da ordem burguesa, potencializa o trabalho profissional, além da sua vinculação com um projeto societário de transformação da realidade. Assim, a categoria que, historicamente, caracteriza-se pela luta e contraposição à ordem estabelecida, se fortalece e se estabelece na sociedade.

A crueldade com que o capital tem superado as crises e a afirmação de que essa sociedade está sob o mando da acumulação ampliada do capital, da coisificação das relações e mercantilização da vida, atualizam a necessidade em se lutar pela transformação da realidade. Enquanto a sociedade do capital triunfar, a luta por direitos, por justiça, por emancipação deve orientar e fortalecer o assistente social e sua atuação cotidiana.

Como “histórias ambulantes” os sujeitos vão construindo a história. Com aqueles que compõem a categoria dos assistentes sociais não seria diferente, dentro das condições objetivas determinadas, mas com potencial no contraditório do real, na incansável luta pela transformação da sociabilidade burguesa em tempos de cruel ofensiva do capital.

CAPÍTULO 1 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BURGUESA: QUESTÃO SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL

*A economia nacional oculta o estranhamento na essência do trabalho porque não considera a relação **imediata** entre o **trabalhador** (o trabalho) e a produção.*
Karl Marx (2004)

Para analisar as condições em que se encontra o trabalho profissional do assistente social, prescinde recuperar o processo histórico que constituiu a formação da sociedade burguesa, a trama do capital na coisificação das relações sociais na contradição capital e trabalho.

1.1 A sociabilidade do capital e a (re)produção das relações sociais capitalistas

A história da humanidade se apresenta como a história da organização das sociedades ao longo do tempo. A organização das sociedades sempre se deu, e ainda se dá, por intermédio da organização das relações sociais e a satisfação das necessidades humanas. O que se alteram em cada sociedade é a posição em que os homens se encontram na história, as necessidades de cada sujeito e de quem devem ser satisfeitas essas necessidades.

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico, portanto, a produção dos meios que para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 2009, p. 40-41, grifo do autor).

Portanto, a produção da história se organiza através do trabalho, meio pelo qual se alcança os pressupostos para se “fazer história”. Assim, o trabalho não é uma criação de um determinado modo de sociabilidade, tão pouco do capitalismo, mas transcende todas as organizações societárias, por estar presente na história dos homens e das mulheres.

O trabalho constitui-se como uma atividade vital, sendo um momento de criação, de produção de bens socialmente úteis. Entretanto, em determinada lógica de produção, tal atividade se desenvolve de forma estranhada, alienada.

O caráter contraditório do trabalho se evidencia no momento de criação de mercadorias que produzem valores (de uso ou de troca) e o trabalho como atividade vital se torna uma atividade imposta para sobrevivência nessa sociabilidade.

Todavia o trabalho constitui-se como ato consciente, concreto e teleológico. A prévia ideação se materializa na transformação da natureza e na apropriação do conhecimento dos meios de produção para a criação de mercadorias constituintes de valor.

A organização das relações sociais se dá na reprodução da satisfação das necessidades vitais, na reprodução da vida material. No pensamento que a teleologia se dá, o trabalho também possibilita a relação através da linguagem. Porém a produção da vida não ocorre como os homens querem, mas a partir dos meios de trabalho, de produção, no confronto das necessidades com a realidade. As possibilidades dessa realização e como se organizam as relações sociais, corresponde a uma determinada forma de sociedade, intimamente ligada ao modo de produção e reprodução.

O trabalho, enquanto atividade prático-social, engendra duplo movimento: o homem transforma a natureza e, ao fazê-lo, transforma-se a si mesmo e a outros homens. É esse movimento que consubstancia a sociabilidade humana, esta, constituinte e constitutiva de duas determinações fundamentais: pensamento e linguagem. É pela via do trabalho que o homem satisfaz suas necessidades, *criando*, para isso, *os meios* que lhe permitam a satisfação destas; ao mesmo tempo em que as recria, reproduz-se enquanto ser prático-social. O trabalho é para o homem a condição natural da sua existência, a sua condição de homem. (GUERRA, 2011, p. 102, grifo do autor).

A condição humana aqui delineada corresponde a uma determinada sociabilidade que subjuga o trabalho e o apresenta de forma estranhada, que “[...] inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é consciente, faz-se da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para sua existência.” (MARX, 2004, p.85, grifo do autor).

O trabalho estranhado é como, historicamente, o trabalho se efetiva no capitalismo. Quando o homem já não se reconhece no produto do trabalho, na exteriorização de sua prévia ideação, há uma separação entre os instrumentos de trabalho e o produto do trabalho. Há, portanto, a instituição da propriedade privada em uma relação de produção que é social.

Controlada a partir da lógica de produção e ampliação do capital, essa forma de organizar a sociedade, amparada no modo de produção capitalista, em séculos de história, apresenta-se a partir de estágios de desenvolvimento que se aprimoram na mesma proporção que o homem se coisifica, na mesma medida que a exploração do homem pelo próprio homem se aprimora.

A dissociação entre os trabalhadores, aqueles que produzem socialmente a riqueza e aqueles que possuem os meios de produção, é exponenciada de tal modo que propicia e aprimora o desenvolvimento do capitalismo. A criação do sistema capitalista se dá originalmente pela acumulação primitiva, com a criação do capital e do seu modo de produção.

Nas palavras de Marx (1984, p. 830),

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste em apenas no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.

A trama pela qual o capital perdura e se expande, é constituída pelo alargamento das forças produtivas, aprimoramento da força de trabalho e do modo de produção, alterando assim a composição orgânica do capital, a fim de se estabelecer como modo de produção capitalista.

O modo de produção especificamente capitalista, o correspondente desenvolvimento da força produtiva do trabalho e a mudança conseqüente na composição orgânica do capital não acompanham apenas o processo da acumulação ou o crescimento da riqueza social. Avançam com rapidez muito maior, porque a acumulação simples do capital ou o aumento absoluto do capital total é acompanhado pela centralização de seus elementos individuais, e a transformação técnica do capital adicional é seguida pela transformação técnica do capital primitivo. (MARX, 1984, p. 730).

Como modo de organizar a produção, ele também incide no âmbito da reprodução, permeando toda a sociedade e as relações que se estabelecem. Em sua lógica, há a necessidade de reinventar a produtividade de trabalho que o compõe, com a elasticidade do capital e a disponibilidade do crédito, enquanto capital adicional, sofisticação das condições técnicas do processo de produção, a fim de aligeirar em larga escala a produção e circulação, transformando produtos excedentes em meios de produção adicionais (MARX, 1984, p. 734).

Essa determinada lógica da sociedade no modo de produção capitalista percorre desde o século XVI até a contemporaneidade. Esse processo, constituído por fases, desde a transição

gradativa do feudalismo para o capitalismo até seu estágio imperialista. Na transição, encontra-se o Capitalismo Comercial ou Mercantil, com as transformações políticas (Revolução Francesa em 1789) e técnicas (Revolução Industrial 1780-1870) e, então, já se apresenta como Capitalismo Concorrencial. Com uma maximização do desenvolvimento das forças produtivas, aprimoramento do modo de produção, um aprofundamento nas desigualdades, desenfreado processo de produção de mercadorias, queda das taxas de lucro (crises na produção e venda), apropriação da força de trabalho, resistência da classe trabalhadora e um Estado aos interesses da burguesia, o capitalismo se fortalece como modo de produção e reprodução das relações sociais, já na sua fase industrial.

Isso acontece, sobretudo, no século XIX, propiciando na história da humanidade, um aprimoramento no modo de produção capitalista que não havia ocorrido nos séculos anteriores; assim, inicia-se um processo de transição para o Capitalismo Monopolista.

Dessa forma, o Capitalismo já se mostrava como um modo de sociabilidade que se fortalece e que se perpetua com um custo que pesa sobre a população, onerando a classe trabalhadora, privatizando a riqueza social.

Em todo seu percurso de desenvolvimento, o que o manteve, e ainda o mantém, é uma constante e necessária acumulação de capital, produção de mercadoria, extração da mais-valia e uma desigualdade estrutural que se apresenta na questão social.

Na virada do século XIX para o XX, o capitalismo atinge um auge de produção e de lucratividade e, na mesma proporção, um agravamento da questão social, que o conduz à necessidade de contenção da classe trabalhadora, da classe-que-vive-do- trabalho⁴.

Dentre vários elementos que caracterizam o seu desenvolvimento, há um elemento que é indispensável para sua perpetuação: a classe trabalhadora ocupada ou a excedente, que diretamente influi no montante da produção e na esfera da circulação. Marx, ao considerar a acumulação capitalista e a própria existência desse modo de produção, pondera que “[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista.” (MARX, 1984, p. 733).

⁴ No decorrer da dissertação, o termo classe trabalhadora será usado, porém uma ressalva, tal menção será feita na referência da morfologia do termo que Antunes (1997) apresenta. Com a definição de classe-que-vive-do-trabalho, Antunes (1997) apresenta a ampliação que o termo adquire no decorrer do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que corresponde à totalidade dos assalariados (homens e mulheres) que vivem da venda da sua força de trabalho, como o operariado industrial, trabalhador rural assalariado, etc.

Na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos. (MARX, 1984, p. 831).

No estágio imperialista, na fase do Capitalismo Monopolista, a dinâmica econômica é ditada nos ramos industriais, com os monopólios concentrados na indústria pesada. O capital monopolista fica estabelecido a partir da produção industrial e tem neste estágio um significativo salto no seu desenvolvimento, um aprimoramento na produção e controle da produção, durante o século XX e início do XXI (PAULO NETTO; BRAZ, 2009, p. 177-180).

No processo da expansão industrial, o capital industrial, nos marcos do monopólio capitalista, se funde com o capital financeiro e surge, então, o capital financeiro que representa a concentração da produção e a fusão da indústria com os bancos (IAMAMOTO, 2008, p. 101).

No desenvolvimento das forças produtivas, que possibilita a ampliação do capitalismo, identificam-se aspectos tecnológicos que, ao se especializarem, marcam significativamente o século XX. Se no início identificava-se o padrão fordista⁵ na produção fabril e a lógica de organização no padrão taylorista, nas últimas décadas do mesmo século, já se identificava a acumulação flexível, conforme Ricardo Antunes (1996, p. 79),

Houve a emergência de um conjunto expressivo de processos produtivos no interior do capitalismo que de alguma forma mesclam, substituem, alteram esse padrão fundado no binômio fordismo e taylorismo. Se considerarmos, por exemplo, a experiência japonesa, o chamado toyotismo, talvez sintetize com mais riqueza esse modo alternativo de produção do capital nos nossos dias, explicitando em que medida ele altera, mescla, transforma esse padrão taylorista e fordista dominante.

Para viabilizar a acumulação do capital e a perpetuação do modo de produção sob a lógica do capital (o capitalismo), criam-se e recriam-se artimanhas para garantir altas taxas de lucro, produção e o seu necessário acúmulo.

O processo de transição da fase concorrencial para a fase monopólica, a expansão industrial, representando o mais alto nível da estrutura social e econômica, se objetiva de formas heterogêneas no mundo. Marx (1984) ao apresentar, em seu livro “O Capital”, o processo de acumulação primitiva do capital e, conseqüentemente, o processo de exploração e estranhamento do homem e de sua força de trabalho, ressalta que, “A história dessa

⁵ Não serão aprofundados aqui os modelos de produção desenvolvidos no modo de produção capitalista, porém tal reflexão pode ser encontrada em ANTUNES (1996; 1997), HARVEY (2007).

expropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas históricas diferentes.” (MARX, 1984, p. 731).

Da Europa, cenário onde se gestam grandes e profundas transformações no desenvolvimento do capitalismo, para o resto do mundo, o capital se gesta de determinado modo a se constituir no bojo das relações sociais⁶.

É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada ‘questão social’, [...]. A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 77, grifo do autor).

No capitalismo monopolista, as expressões do desenvolvimento da classe operária (classe trabalhadora) e o aprimoramento das relações de produção e ampliação do capital correspondem à questão social, que emerge como elemento constituinte do processo de produção e desenvolvimento desse modelo de sociedade com profundo impacto nas relações sociais.

É preciso não desconsiderar o papel e a refuncionalização do Estado, nas palavras de Paulo Netto (2009a, p. 24), em uma perspectiva marxiana, que se comporta como o representante do capitalista coletivo. Além de garantir as condições externas para produção e ampliação do capital, “[...] no capitalismo monopolista, as *funções políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas *funções econômicas*.” (PAULO NETTO, 2009a, p. 25, grifo do autor).

Portanto, ao se referir ao Estado refere-se ao Estado burguês, que se curva à necessidade vital do capital, garantindo taxas de superlucros. E para tanto, ao privilegiar o âmbito econômico, sucumbe o social, uma vez que precisa controlar a força de trabalho, tanto excedente como ocupada, através de suas ações pelas políticas sociais. O Estado burguês utiliza-se de mecanismos para assegurar níveis de consumo e disposição de ocupação para o

⁶ Salvo em países onde houve e ainda há resistência ao domínio do modo de produção capitalista e que resistem ao domínio pleno do capital. Todavia, mesmo aí, impossível desconsiderar a influência marcante do capital.

trabalho. “O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um *consenso* que assegura o seu desempenho.” (PAULO NETTO, 2009a, p. 27).

Entretanto, é preciso destacar que o Estado burguês, mesmo tendo como prioridade os interesses dos monopólios, atende demandas das categorias dos trabalhadores e da população, não apenas como concessão, mas como resultado de um tensionamento das exigências do capital e das necessidades sociais reivindicadas. A legitimação política, através da democracia, oferece espaço para objetivar as demandas dos trabalhadores.

[...] o objetivo dos superlucros é a pedra-de-toque dos monopólios e do sistema de poder político de que eles se valem; entretanto, respostas positivas a demandas das classes subalternas podem ser oferecidas na medida exata em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros. (PAULO NETTO, 2009a, p. 29).

Assim, a questão social se apresenta como objetivo das políticas sociais, maneira pela qual o Estado encontra para intermediar os conflitos econômico-sociais. Porém, na perspectiva de atender, confortavelmente, às condições de desenvolvimento do capitalismo monopolista, sejam elas no âmbito econômico, técnico, social, interno ou externo.

No atendimento e controle da força de trabalho, as políticas sociais se gestam no limite da sociedade do capital, garantidas pelo Estado burguês, o que elucida o seu limite no âmbito da defesa dos direitos e as ações que são desenvolvidas a partir dos espaços que efetivam os serviços das políticas sociais.

Ainda que as políticas sociais sejam gestadas pelo Estado burguês para atender um ajustamento da ordem, a demanda e resistência da classe trabalhadora se apresentam fortemente também nas ações que são desenvolvidas no atendimento das refrações da questão social.

É o protagonismo proletário, assim, que na configuração da idade do monopólio, põe a resolução da ‘questão social’ como variável das lutas direcionadas à ultrapassagem da sociedade burguesa. Mas não se trata, somente, da *politização* da ‘questão social’, num andamento antípoda a qualquer visão conservadora ou reacionária: trata-se de visualizar a sua solução como *processo revolucionário*. Isto é: a ‘questão social’ é colocada, porém, como objeto de intervenção revolucionária por agentes que se *auto-organizam* preocupados com a consciência dos fins e a ciência dos meios. Temos, pois, um inteiro redimensionamento histórico-social da própria ‘questão social’ na emersão do ordenamento monopolístico. (PAULO NETTO, 2009a, p. 59-60, grifo do autor).

Na contradição indissociável do estágio imperialista do capitalismo, especialmente, na transição para a fase de monopólios, ao mesmo passo que a burguesia se fortalece e assume o protagonismo no gerenciamento dos grandes monopólios, com forte apoio do Estado burguês, a classe trabalhadora tem o potencial de estabelecer as lutas políticas e exigir do mesmo Estado o atendimento das suas demandas legítimas.

Se há contradição, há espaço de luta e resistência e a possibilidade da superação e, se o final do século XIX e o início do século XX são palco do avanço avassalador do modo de produção capitalista, as estratégias e a resistência da classe trabalhadora e suas lutas também assumem importante papel nesse período. A acirrada relação capital e trabalho é radicalizada e sua contradição se torna cada vez mais evidente, o que proporciona significativos espaços de luta da classe trabalhadora⁷, avanço das políticas sociais⁸, ainda que também – ao mesmo tempo – o aprimoramento do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

É neste contexto que emerge o Serviço Social, enquanto profissão mediadora dos conflitos sociais (o que será aprofundado mais adiante). Como mencionado anteriormente, a objetivação da sociabilidade burguesa se dá, diferentemente, em cada país, em cada continente. Por ora, importa analisar como o capitalismo monopolista se gesta no Brasil, as características do Estado burguês brasileiro e as políticas sociais brasileiras.

1.2 O Capitalismo Monopolista no Brasil: Estado e políticas sociais

...no caso brasileiro, a expansão monopolista faz-se, mantendo, de um lado, a dominação imperialista e, de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional.
Iamamoto (2008).

A particularidade sócio-histórica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em sua fase monopólica, destaca-se pelo seu perfil tardio e pela natureza da burguesia brasileira reacionária, além de uma “[...] debilidade histórica da democracia no Brasil, que se expressa no fortalecimento do Estado e na subalternidade da sociedade civil [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 134).

⁷ Os séculos XIX e XX foram marcados por manifestações e lutas da classe trabalhadora, com a articulação internacional e nacional, como por exemplo, a Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876), Internacional Socialista, movimento sindical e os partidos operários. (PAULO NETTO; BRAZ, 2009, p.173-175).

⁸ No contexto do pós-guerra (Segunda Guerra Mundial) as necessidades da classe trabalhadora encontram na ampliação das políticas sociais seu atendimento, no contexto que originou o Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*). Dentre outras características o *Welfare State*, se configurou como vitória do movimento operário. (MOTA, 2010, p. 27).

O contexto mundial, do final de século XIX e início do século XXI, caracterizou-se, em termos gerais, pela Grande Depressão na Inglaterra (1873-1890), momento em que os trabalhadores estavam mais unidos, exerciam maior pressão e se encontravam em maior número, o que ocasionou aumento na produção e queda dos preços. Essa queda de preços significou queda nas taxas de lucros e, em consequência, um agravamento na questão social, com acúmulo de pobreza e generalização da miséria.

A Inglaterra é então a primeira a criar uma legislação específica para conter as manifestações da questão social, com a normatização da prática da assistência como estratégia de intimidação, repressão e punição. A burguesia inglesa se via ameaçada em dois aspectos: politicamente, com o avanço dos movimentos dos trabalhadores e socialmente, com a generalização da miséria.

A expansão da ‘questão social’ atingira níveis que a burguesia considerava alarmantes: a miséria havia se generalizado na Europa, atingindo um grande contingente da classe trabalhadora, que, mais mobilizada e com maior nível de organização, avançava em suas lutas, não esmorecendo diante das freqüentes dificuldades impostas pelos donos do capital. (MARTINELLI, 1998, p. 86).

No Brasil, em 1889, com a Proclamação da República, há a fase denominada por “democracia restrita” conforme Marilda Iamamoto (2008) menciona Florestan Fernandes (tardia se comparada com outras repúblicas). Ainda, com a primeira Constituição Federal em 1891, é reforçado o caráter econômico do Estado que legitimou no texto legal os interesses do capital com a inserção do capital internacional no país e na manutenção do latifúndio⁹.

Segundo Marilda Iamamoto (2008), a transição para a fase do capitalismo monopolista, no país, não foi liderada a partir de uma orientação democrática e nacionalista. Na verdade,

[...] ela foi marcada por uma forma de dominação burguesa que Fernandes qualifica de “democracia restrita” – restrita aos membros das classes dominantes que universalizavam seus interesses de classe a toda a nação, pela mediação do Estado e de seus organismos privados de hegemonia. (IAMAMOTO, 2008, p. 131).

A Grande Depressão do final do século XIX, na Europa, conduziu trabalhadores para os Estados Unidos. Os Estados Unidos acabam tornando-se atração para os trabalhadores

⁹ O que perpetua até a atualidade com a Constituição Federal de 1988, quando garante o direito à propriedade privada e seus desdobramentos particulares na questão agrária.

empobrecidos europeus. Os índices de desemprego e pobreza aumentavam de forma generalizada, a sociedade capitalista com uma economia deteriorada se apresentava à beira de um colapso (MARTINELLI, 1998, p. 94). É nesse período que eclode a Primeira Grande Guerra (1914-1918), conflito armado que proporcionou realocar as aplicações de capital no ramo da indústria bélica, garantindo altas taxas de lucros e fortalecimento da economia.

Nesse período, um importante acontecimento é a Revolução Russa, em 1917, liderada pelos bolcheviques, com o intuito da criação de um Estado proletário, o que significou resistência ao imperialismo do capital.

É preciso assinalar que, em todo o ciclo do capitalismo, com características intrínsecas, como por exemplo, as lutas da classe trabalhadora, há também as crises que resultam da superprodução de mercadorias, queda do preço e das taxas de lucros e do empobrecimento da classe trabalhadora. Na superação das crises, o capitalismo se fortalece sem, entretanto, suprimir as causas das crises que são constituintes da ordem burguesa.

Evidente que identificar isso não significa naturalizar a crise econômica, mas evidenciar a contradição presente no sistema e a possibilidade de superação dessa lógica de produção com a supressão das causas, o que necessariamente aponta para outra organização societária.

No final do século XIX e início do XX o Brasil, no período de 1889 a 1930, passava pelo período da República das Oligarquias “Café com Leite”, com alternância no governo dos políticos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Apenas em 1888 propõe-se a abolição da escravidão, o que demonstra uma forte estrutura arcaica de produção no país e, na relação internacional, uma dependência típica das sociedades com longo período na era colonial.

De 1930 a 1945, ainda no Brasil, instaura-se o período conhecido como Era Vargas, com fortes características com o centralismo político, nacionalismo econômico e consolidação das leis trabalhistas. Período marcado pela transição do modelo de produção agroexportador¹⁰ para o modelo industrial. O Estado se constituía como mínimo para o social e máximo para a infraestrutura necessária à criação do mercado interno e acumulação do capital, característica típica de um Estado burguês.

¹⁰ A questão agrária no Brasil ainda carece de um redirecionamento do Estado em garantir o cumprimento da função social da terra. No processo de modernização do país, não ocorreu a Reforma Agrária, mesmo que mencionada a função social da terra já na Constituição Federal de 1988, até hoje o país não realizou a redistribuição de terras e a destinação de terras improdutivas para a Reforma Agrária de fato. Como importante protagonista no processo de luta pela terra, surge no Brasil o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, que completa seus 30 anos em 2013.

Na leitura de Iamamoto (2008), esse processo, identificado como o processo de modernização no País, se dá, tardiamente¹¹, ‘pelo alto’ com um papel decisivo do Estado, que garantiu as alterações necessárias, antes a qualquer pressão popular, a fim de garantir a ordem confortável ao capital.

Modernização com caráter elitista e antipopular, com a transformação da grande propriedade capitalista. Iamamoto (2008, p. 132-133) reforça que “[...] a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país moderno com alta taxa de urbanização e complexa estrutura social.”

O que ocorreu foi um acordo do Estado com a classe dominante para garantir o espaço que a burguesia brasileira, dita revolucionária, liderasse o processo de modernização do país. A burguesia brasileira, vinda da base do poder oligárquico, é legitimada nos interesses de expansão industrial-financeiro que se implanta gradativamente no país a partir da Primeira República (1889-1930) e substancialmente a partir dos anos 1930 e o primeiro governo de Getúlio Vargas.

Esse vínculo de origem marca profundamente o “horizonte cultural da burguesia”, que se socializa polarizada por um forte conservantismo sociocultural e político, traduzido no mandonismo oligárquico. A ele se aliam as representações ideais da burguesia, segundo o modelo francês, como símbolo da modernidade e da civilização restrito à condução de suas atividades econômicas, nas quais são incorporados os princípios da livre concorrência. (IAMAMOTO, 2008, p. 135).

Em 1934, há a promulgação de mais uma Constituição Federal, com caráter liberal e, em 1937, a ditadura do Estado Novo. Importa destacar que, nesse período, a tônica foi uma permanente exclusão dos trabalhadores (tanto urbanos como rurais) das decisões tomadas pelo Estado, a tentativa constante de controlar e cooptar os sindicatos, além dos movimentos sociais se tornarem alvo das ações de repressão por parte desse mesmo Estado.

A quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929 significou, na verdade, outra crise capitalista responsável por uma grande depressão mundial. A primeira Guerra Mundial já havia pré-anunciado disputas econômicas e de mercado que geraram conflitos armados (nunca vistos até então) entre blocos de nações capitalistas. Uma década depois, o planeta enfrentava a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o que obriga uma articulação por parte do Estado e da burguesia, a fim de controlar e conter as manifestações da questão social que

¹¹ Vale uma ressalva ao se comparar com o processo de outros países, identifica-se que tal processo, na verdade, no país se caracterizou hipertardiamente. Silva (2013, p. 56, grifo do autor) aponta que o termo hipertardio “[...] remete ao caráter regressivo da revolução burguesa brasileira, sua necessária ‘incompletude’ como forma possível de objetivação por meio da via colonial (que a caracterizou estruturalmente).”

impacta a vida das populações, sobretudo, daqueles países que participaram diretamente da Guerra.

No Brasil, entre as décadas de 1940 e 1960, a Revolução Burguesa se aprofunda sob o manto de regimes democráticos controlados. Nos anos de 1950, com a volta de Getúlio Vargas à presidência por meio de eleição direta, são tomadas medidas na perspectiva do nacionalismo econômico, com a criação de empresas estatais (Petrobrás e Eletrobrás). Ainda nesse período, acontece a chegada de Juscelino Kubistchek à presidência com o lema “50 anos em 5”, com forte desenvolvimentismo nacional, além da construção da capital brasileira, Brasília.

Já nos anos 1960 a meados de 1980, o Brasil passa pelo período da Ditadura Militar, com forte repressão pelo Estado e domínio da autocracia burguesa no controle das ações no país. Segundo Silva (2013, p. 87) a função do Estado era “[...] repressiva e totalitária (e não consensual ou de articulação), devendo a ordem prevalecer e ser respeitada.” Foram os “anos de chumbo”, época em que os interesses do capitalismo transnacional se impuseram ao país por meio de uma ditadura militar que suprimiu direitos civis, políticos e sociais: a autocracia burguesa e sua face mais explicitamente violenta. O Congresso Nacional foi fechado, as eleições suprimidas, os críticos à ditadura perseguidos, os sindicatos e os movimentos sociais, em geral, duramente penalizados.

O que importa ressaltar aqui é o decisivo papel do Estado brasileiro, com seu perfil autoritário-burguês (amplamente dominante na história brasileira até 1985), na oferta das condições de desenvolvimento e estruturação do capitalismo dos monopólios, tudo isso consolidado à força. Portanto, as políticas sociais¹² gestadas por esse Estado estão à mercê da rentabilidade do capital, no limite de investimento público que não altere a sua acumulação ampliada. O perfil da burguesia brasileira se faz a partir da subordinação aos ditames do capital internacional.

A intervenção nas manifestações da questão social se complexifica por duas questões. A primeira diz respeito à lógica como se organiza a sociedade e seu modelo de produção (acumulação de capital) e, portanto, tem imbricado em seu cerne a questão social. A segunda refere-se ao perfil de Estado burguês que gesta as políticas sociais e interfere nas relações sociais.

¹² Para aprofundar nas características do processo de constituição e desenvolvimento das políticas sociais. Indica-se Pereira (2000), Behring e Boschetti (2008).

Possibilidade objetiva posta pela ordem monopólica, a intervenção estatal sistemática sobre a “questão social”, penetrada pela complexidade que insinuamos, está longe de ser unívoca. No marco burguês, a sua instrumentalização em benefício do capital monopolista não se realiza nem imediata nem diretamente – seu processamento pode assinalar conquistas parciais e significativas para a classe operária e o conjunto dos trabalhadores e o conjunto dos trabalhadores, extremamente importantes no largo trajeto histórico que supõe a ruptura dos quadros da sociedade burguesa. (PAULO NETTO, 2009a, p. 35).

Como apontado, a constatação do modo pelo qual se organiza e gesta a acumulação do capital, não busca reforçar uma visão fatalista de que a sociedade sempre foi assim e de que sempre será. A história, como processo, contesta isso quando apresenta significativos momentos de ascensão e resistência da classe trabalhadora. A história é constituída pelo desenrolar dos fatos e a partir das relações que se estabelecem nos determinados tempos históricos. Relações que são sociais e que, portanto, são constituídas pelos homens e mulheres, sujeitos-objetos na história da humanidade.

Assim, se a ordem monopólica não só incide na esfera da produção, mas também na reprodução, um dos elementos imprescindíveis para o processo é o homem, toda humanidade (homens e mulheres), o ser social. Para tal lógica o homem é visto como força de trabalho, como mercadoria no processo. Isso não nega, porém, o seu potencial para além da subordinação, o potencial para ser parte de um coletivo, o potencial para se humanizar e contribuir na superação da ordem.

Dessa forma, entender o surgimento e maturação do Serviço Social na intervenção das relações sociais, estabelecidas na ordem do capitalismo, em sua fase monopólica, no limite da ordem burguesa e a partir das políticas sociais, gestado por um Estado burguês, pressupõe analisar o sujeito que compõe todo o processo da sociabilidade burguesa: o ser social.

1.3 O ser social, relações sociais e reprodução capitalista

A classe trabalhadora cria, pois, em antítese consigo mesma, os próprios meios de sua dominação, como condição de sua sobrevivência.
Iamamoto e Carvalho (2009)

Na sociedade capitalista, “[...] o capital é relação social determinante que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo de vida social.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 30).

Através do trabalho, os homens constroem e reconstróem as condições materiais de vida e suas relações. Como apontado, o trabalho se desenvolve historicamente, se modifica conforme aprimoram os meios de produção que, por sua vez, alteram as relações que se estabelecem no processo. Portanto, as relações sociais são estabelecidas historicamente, pois a produção, que é social, se constitui necessariamente histórica. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 30).

Tal produção não é apenas a produção de objetos, mas essencialmente entre os seres que se envolvem, entre pessoas, entre classes. E assim o capital estabelece formas como o trabalho se constituirá, tendo uma de suas manifestações o trabalho assalariado.

A apropriação do capital, da capacidade de criação e dos bens úteis à vida humana, condiciona um estranhamento, no processo de trabalho, e um distanciamento, tanto do resultado do trabalho como do que envolve todo o processo. A materialização do capital, naquilo que produz, evidencia a coisificação das relações sociais e uma separação da historicidade do processo.

As relações sociais que se estabelecem apresentam o conjunto dos capitalistas e dos trabalhadores, compreendendo a relação entre capital e trabalho, em continuidade no processo de produção.

O processo de produção, quaisquer que sejam as suas características históricas, é um processo que reinicia permanentemente, já que a sociedade não pode prescindir da produção e do consumo.

A reprodução é a continuidade do processo social de produção, porém, uma continuidade que não se reduz à mera repetição é uma continuidade no decorrer da qual o processo se renova, se cria e recria de modo peculiar. As condições de produção são, portanto, as de reprodução. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 46, grifo do autor).

Portanto, para entender o que compreende as relações sociais, os indivíduos que a compõe, é imprescindível apreender as relações de produção, como já apontado anteriormente. As relações de produção, por sua vez, se apresentam como as relações sociais e, assim, se constitui como a sociabilidade, a sociabilidade sob a lógica de produção e reprodução do capital. Pois, “[...] produção e reprodução da riqueza material, inseparável da criação e recriação das formas sociais de que se reveste, é um processo eminentemente social.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 65).

Nessa produção e reprodução da riqueza material, o estranhamento/alienação é intrínseco, havendo um distanciamento do trabalhador (força de trabalho) e mercadoria. O

trabalhador aliena-se do produto do seu trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas, o surgimento da indústria, a criação das máquinas, o aumento da produtividade intensificam essa relação.

Além do distanciamento do produto do seu trabalho, o produto é adquirido por alguém que é estranho ao processo de produção daquele produto. A relação estranhamento e alienação, já apontada rapidamente nessa dissertação, surge na exteriorização, a partir do mundo de objetividade da mercadoria e, assim, o estranhamento se dá na não realização do trabalhador no ato da produção, no não reconhecimento dele no processo com o produto e com os outros seres. A alienação-estranhada aparece quando o trabalhador não se vê no que produziu.

A força de trabalho em ação, sendo a substância que produz a riqueza, a reproduz como riqueza para outros. Assim, o trabalho se torna para o trabalhador como algo que é estranho, que o mortifica e no qual se aliena, mas através do qual são também gestadas as condições de sua efetiva libertação. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 69).

Posteriormente, serão tratadas as possibilidades de libertação (emancipação) do homem. Por ora, é preciso ainda destacar outro componente que a força de trabalho produz e que o condiciona à lógica do capital. A mais-valia que surge no processo produtivo para garantir a ampliação e sobrevivência do sistema, fazendo com que o trabalhador, além da produção da sua própria exploração, propicie os meios em que se dá a exploração (GUERRA, 2011, p. 114).

As relações sociais são mediadas pela troca, por um processo que desumaniza o homem e coisifica quando as mercadorias participam dessas relações. Assim, vê-se o processo da produção de riquezas, da reprodução ampliada do capital e necessariamente, da reprodução e ampliação da pobreza, como a história das relações de classes, como luta de classe.

[...] a lei geral de acumulação supõe a acumulação da riqueza, monopolizada por uma parte da sociedade – a classe capitalista – inseparável da acumulação da miséria e da pauperização daqueles que produzem a riqueza como uma riqueza alheia, como poder que os domina, enfim, como capital. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 65-66).

As relações sociais se organizam pelo movimento dos processos que a ordem burguesa estabelece (do capital), e suas expressões são apreendidas apenas através das categorias econômicas. A base da relação dos homens entre si é determinada pelo modo de produção da vida material (GUERRA, 2011, p. 114).

Considerando a complexidade do processo em que se objetiva as relações sociais, importa aprofundar um pouco no ser que compõe essa relação e tem sua vida materializada no concreto dessa complexidade. Para tanto, a categoria racionalidade contribui na reconstrução das determinações da ordem societária do capital, como sistematização lógica (momento do método) de categorias ontológicas, segundo aponta Guerra (2011). A concepção de razão que será adotada aqui será a razão moderna¹³, amparada no entendimento da mesma autora, pois fundamenta-se “[...] na concepção de homem enquanto ser social autocriador – portador de racionalidade e teleologia, que sob condições concretas constrói sua história, esta, condutora de racionalidade objetiva, e, por isso, passível de ser (re)conhecida pelos sujeitos –, a razão moderna edifica-se.” (GUERRA, 2011, p. 42).

A razão moderna é baseada em três categorias: humanismo, historicismo concreto e razão dialética. Importa destacar que, ao decorrer da história da humanidade, a racionalidade estabelece confrontos a respeito do seu significado, pois ela viabiliza uma compreensão e apreensão da realidade.

A Modernidade, período que se inicia após o fim da transição do feudalismo para o capitalismo, marcada pela hegemonia intelectual burguesa no Século das Luzes (século XVIII) e denominado Iluminismo, buscou valorizar a razão do sujeito, no entendimento de que a razão humana tem capacidade de esclarecer qualquer fenômeno. Caracterizada por um tempo histórico dialético, como um espaço dos contrários, emerge na ordem burguesa, pois,

[...] o desenvolvimento da razão moderna é congruente com a (e mesmo indispensável à) lógica da ordem burguesa enquanto promove a produção de um modo desantropomorfizador de pensar a natureza, é com ela *colidentes* no que tange às implicações de duas, pelo menos, das suas categorias nucleares: o historicismo concreto e a dialética. (PAULO NETTO, 1994, p. 32).

A partir desse chão histórico, a razão é concebida de diferentes formas pelas diferentes correntes filosóficas, uma vez que a concepção de sujeito/objeto no processo de conhecimento não é unívoca, assim como a concepção de história (GUERRA, 2011, p. 45).

No contexto social, político e cultural do pensamento filosófico na modernidade, encontram-se concepções formuladas no pensamento kantiano e hegeliano. Em síntese, as formulações de Kant apresentam um atributo prático-moral da razão, já que para ele a preocupação é em explicar o conhecimento pela experiência, com uma distinção entre

¹³ A concepção de razão moderna pode ser melhor apreendida a partir Guerra (2011), Lukács (1981), Paulo Netto (1994), entre outros autores.

entendimento e razão. Seu atributo é “[...] prático, no sentido de que a razão em que plasmar em atos, e, moral, porque estas ações devem ser amparadas por critérios volitivos. Os homens possuem uma natureza mora e, portanto, racional. A razão em Kant é moral e a moral é racional.” (GUERRA, 2011, p. 49).

Já Hegel compreende a razão como base da existência humana, direta da relação entre sujeito e objeto. Segundo Guerra (2011, p. 53, grifo do autor), “[...] Hegel vê na *razão* um mecanismo que nega o dado da realidade ou, num outro sentido, nega o que é para trazer o *que pode ser*.” Em síntese,

Os procedimentos da razão, como potencializadores da capacidade de a consciência alcançar os fundamentos últimos para arrancar daí as *condições de possibilidade* dos fatos, fenômenos e práticas é, em Hegel, a manifestação da razão dialética. Somente ela possibilita a síntese entre necessidade e acaso e converte-se em possibilidades concretas de transformação. Porém, aquela identidade imediata entre sujeito e predicado impede o sujeito hegeliano (o pensamento) de ultrapassar a mera constatação da história. (GUERRA, 2011, p. 53, grifo do autor).

Segundo Paulo Netto (1994, p. 30, grifo do autor), Hegel apresenta duas ontologias: uma centrada na “[...] apreensão da objetividade processual do ser”, esta entendida como a verdadeira ontologia. E outra, considerada falsa, pois, voltada a “[...] unidade *identitária* entre racionalidade objetiva e subjetiva.” Ainda, para Paulo Netto, acerca dos avanços identificados em Hegel, “[...] só liberando a codificação hegeliana da hipoteca da sua ‘falsa’ ontologia é possível resgatar as suas conquistas. E isto porque – assente-se desde já – a *fundação conseqüente e radical da razão dialética é função de uma ontologia*, ela mesma radical e dialética.”

Isso traz para a reflexão filosófica, a partir do século XVIII, sobretudo com o surgimento da sociologia, uma polêmica acerca do entendimento dos componentes que compõem a ordem burguesa, a partir de um determinado referencial teórico e metodológico, e acerca da concepção da razão moderna.

As três categorias nucleares da razão moderna, como já apontado, compreendem o *humanismo*, que apresenta o homem como produto de sua própria atividade. A afirmação do caráter ontologicamente da realidade, como o *historicismo concreto*. E ainda, a *razão dialética*, entendida como a racionalidade objetiva que surge do movimento da realidade e um conjunto de categorias ontológicas que reconstroem esta realidade (PAULO NETTO, 1994, p. 27).

Ainda para Paulo Netto (1994, p. 28), a razão moderna possui uma estrutura inclusiva, amparada na objetividade e na processualidade. Objetiva por considerar a racionalidade como parte da realidade concreta, necessitando de uma unidade com a dimensão subjetiva da racionalidade também imposta, pois é a reconstrução da realidade na consciência. Processualidade ao considerar o processo e o movimento que constituem a realidade.

Nas Ciências Sociais, com o surgimento da sociologia, em suas diversas polêmicas, as proposições clássicas de basicamente três autores evidenciam os diferentes fundamentos teóricos e metodológicos da razão moderna. Não se objetiva, aqui, esmiuçar o pensamento de cada um destes autores. Apenas sintetizar o que Guerra apresenta deles, para que se evidencie o entendimento de razão dialética, sob a ontologia marxiana, que esse trabalho visa elucidar, na qualificação da apreensão da realidade em que se constituem as relações sociais, o ser social e, posteriormente, a intervenção do Serviço Social, nessa realidade.

O primeiro autor, identificado na perspectiva neokantiana, tem-se Émile Durkheim (1858-1917), como uma concepção formalizada da razão, como meio formal de recepção do real. Para ele, não há distinção entre o ser natural e o social, a aparência coincide com a essência. Caracterizado como teórico da moral, a sociedade é superior aos indivíduos, devendo cada indivíduo adaptar-se à sociedade. Nas palavras de Guerra (2011, p. 65, grifo do autor),

Entendemos que as formulações teórico-metodológicas de Durkheim são um vetor que se conecta diretamente à ordem social capitalista que a explica e a legitima. Sua influência se fará sentir enquanto esta ordem permanece, já que o *pensamento analítico-formal fornece*, ao mesmo tempo, uma determinada maneira de interpretação e validação da ordem burguesa e *um conjunto de procedimentos instrumentais e manipulatórios* para atuar sobre ela.

Outro autor é Max Weber (1864-1920), que tem uma concepção subjetiva da razão, imputa uma lógica ao objeto, considerando a ação do ser. Seu método visa atribuir racionalidade aos fatos, com referência no tipo ideal, que inexiste no real, mas serve de instrumento metodológico para que a realidade efetiva seja analisada, demonstrando as aproximações e distanciamentos a esse tipo ideal.

E, enfim, temos o terceiro autor, Karl Marx (1818-1883), que parte da concepção da razão dialética, a partir do método dialético que considera a relação entre sujeito e objeto, com a reprodução do concreto pela via do pensamento, os fenômenos mais complexos contêm e explicam os mais simples. Para Marx, aparência e essência não se coincidem, a apreensão da essência se dá por sucessivas aproximações do seu real movimento.

Com Marx, tem-se o estabelecimento de uma nova ontologia, a ontologia marxiana, como a ontologia do ser social (nos termos lukacsianos). Para Lúkacs (1981, p. 96), “[...] a fundação de uma ontologia materialista da natureza, que compreenda em si a historicidade, o caráter processual, a contraditoriedade dialética, etc., já está contida implicitamente no fundamento metodológico da ontologia de Marx.”

Com a perspectiva da totalidade do ser e o entendimento do movimento permanente da realidade, Marx considera a historicidade em sua análise, e a contraditoriedade como permanente motor no processo de desenvolvimento da realidade. A cientificidade fundada em Marx, em uma profunda e qualificada crítica ao sistema da sociedade capitalista, parte do ser social e as mediações que o envolve. Ainda conforme Lukács, a totalidade é a reprodução no pensamento do concreto real e as categorias são elementos estruturais da realidade, e o caminho para apreensão da totalidade, com suas múltiplas e complexas relações, é constituído de sucessivas aproximações (LUKÁCS, 1981, p. 103).

Lukács (1981, p. 102, grifo do autor), compreende o ser social, como referência nas obras de Marx, a partir de uma

[...] cientificidade que, no processo de generalização, não pretende jamais abandonar o nível da ciência, mas que, apesar disso, em cada comprovação singular de fatos, em cada reprodução ideal de uma conexão concreta, sonda continuamente a totalidade do ser social e, com tal metro, avalia a realidade e o significado de cada fenômeno singular; uma consideração ontológico-filosófica da realidade existente em-si que não paira acima dos fenômenos com que opera, hipostasiando as abstrações, mas que, ao contrário, se põe – crítica e autocriticamente – no máximo nível de consciência tão-somente para poder captar todo existente na plena concreticidade da forma de ser que lhe é própria, que é específica precisamente *desse* existente.

Assim, a teoria social de Marx, que incide na leitura da realidade da sociedade burguesa, organizada e gestada a partir da acumulação primitiva do capital, apresenta uma crítica radical ao modo de produção e reprodução da sociabilidade burguesa. Marx, ao entender a lógica de sustentação da sociedade do capital, descortina as contradições inerentes ao sistema, a estrutura da sociedade, não se reduz a um desajustamento do sujeito à sociedade, evidencia que a questão social está imbricada ao desenvolvimento do capital.

A partir desta teoria, a apreensão que se tem do ser é social, como ser social, que existe enquanto ser que se objetiva, na singularidade e universalidade. “E sua objetivação ontológico-primária é precisamente o trabalho, atividade necessariamente coletiva – donde a determinação marxiana do homem como *ser* prático e social.” (PAULO NETTO, 1994, p. 35). Sendo assim, o

ser social, na perspectiva marxiana, é compreendido como humano-genérico, humano-social, sempre na relação entre os sujeitos.

Nessa atividade (trabalho), a práxis surge como a atividade que expressa a especificidade do ser social. Destaca-se que no trabalho (útil-concreto), enquanto objetivação humana, ele se realiza como prévia ideação, como ato teleológico, como práxis primeira e fundadora das demais.

É na apreensão subsidiada na teoria social de Marx que se desvela a complexidade da realidade do capital, que se apresenta como se dão as relações sociais a partir da produção da riqueza material no capitalismo, que aponta suas contradições materiais-reais, que se parte do concreto real, que se apresentam as possibilidades de superação dessa ordem societária, que se encontra a análise da emergência surgimento do Serviço Social e suas particularidades. Ao passo que também se evidenciam os desafios e limites que uma profissão tem ao incidir a partir das refrações da questão social, ou seja, combater a contradição inerente à sociedade que se sustenta na exploração do homem pelo homem, na coisificação das relações sociais e na desumanização do ser social.

CAPÍTULO 2 A EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL E O AMADURECIMENTO DA PROFISSÃO: O DIRECIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO-SOCIAL NO COTIDIANO PROFISSIONAL

A profissionalização do Serviço Social pressupõe a expansão da produção e de relações sociais capitalistas, impulsionadas pela industrialização e urbanização, que trazem, no seu verso, a questão social.
Iamamoto (2008).

A particularidade da constituição da sociedade capitalista brasileira imprimiu determinadas características ao Serviço Social no Brasil e influenciou diretamente no processo de (re)significação do trabalho profissional e na formulação de um direcionamento ético-político-social para o assistente social. Analisar sucintamente este processo é o objetivo desse capítulo.

2.1 Apontamentos sobre as bases sócio-históricas do Serviço Social como profissão

É frequente a associação do surgimento do Serviço Social com o objetivo de atender as manifestações da questão social. Entretanto, importa destacar a complexidade da questão social e sua ligação direta com a sociabilidade burguesa, conforme já apresentado, além de perceber que a emergência do Serviço Social não se dá como mera consequência das manifestações da questão social. O Serviço Social emerge sob a lógica da reprodução das relações sociais, em um dado momento de desenvolvimento do capitalismo, em sua monopólica, e surge primeiro nos países da Europa, depois nos Estados Unidos e, por fim, chega à América Latina.

Dessa forma, o Serviço Social não possui uma única forma de ser enquanto profissão, sendo necessário dimensionar e analisar a sociedade capitalista, considerando a historicidade e suas particularidades em cada centro.

A forma pela qual se deu o desenvolvimento do capitalismo monopolista, a partir do estágio imperialista, já apresentada no Capítulo 1, servirá para que se descreva o surgimento do Serviço Social, sobretudo na particularidade do Brasil, conforme apontado como compromisso dessa reflexão.

Porém, antes da reflexão da relação da emergência do Serviço Social no contexto da sociedade capitalista, são necessários alguns apontamentos que elucidem a contradição do

trabalho profissional, os limites da intervenção e o direcionamento que esta adquire na complexidade da sociedade do capital.

A partir das condições sócio-históricas das relações sociais capitalistas, evidencia uma “[...] imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam.” (IAMAMOTO, 2008, p. 164). Tal fratura se denomina como a questão social.

[...] a *questão social* condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela *questão social* integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. Ela expressa, portanto, uma *arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários*, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais. (IAMAMOTO, 2008, p. 156, grifo do autor).

A questão social, imbricada na sociabilidade do capital, infere nas relações sociais que se estabelecem a partir das relações de produção e, portanto, diretamente ligado no surgimento do Serviço Social, enquanto profissão que intervém nas manifestações dessa questão.

Como mencionado, seu agravamento se dá especificamente no marco do capitalismo monopolista que “[...] conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada [...]” (PAULO NETTO, 2009a, p. 24).

Nessas condições surge o Serviço Social, a partir das condições sócio-históricas da divisão social e técnica do trabalho que determina o espaço de objetivação do trabalho profissional do assistente social. Porém, o processo de profissionalização do Serviço Social não é mera evolução e aprimoramento das ações de caridade e ajuda, já que corresponde à dinâmica da ordem do capital de monopólios.

[...] a apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à “questão social” tomada abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio, isto é, *as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entrecruzam com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica*. (PAULO NETTO, 2009a, p. 20, grifo do autor).

A compreensão da emergência da profissão nos marcos da produção e reprodução da sociedade do capital não anula ou inibe as possibilidades que a profissão pode ter, uma vez apreendida a gênese da questão social, na objetivação do trabalho do assistente social.

Assim, o Serviço Social emerge da contradição que lhe dá concretude, uma vez que a institucionalização da profissão se dá a partir dos interesses da classe dominante no atendimento das demandas da classe trabalhadora. Yolanda Guerra (2011, p. 153) ressalta que a lei que proporciona a acumulação capitalista deve “[...] produzir e manter uma classe da qual possa extrair um excedente econômico, cria os mecanismos de manutenção material e ideológica dessa classe, dentre eles o Serviço Social.” Entretanto, ainda que o Serviço Social seja aclamado para o atendimento às múltiplas refrações da questão social que incide na vida dos indivíduos sob diversas formas, a partir de um Estado burguês que mantém o terreno confortável ao grande capital, oferece respostas às demandas da classe trabalhadora, evidencia que o terreno das políticas sociais também é marco do tensionamento das lutas sociais.

É importante lembrar que foram as lutas sociais que romperam o domínio privado das relações entre capital e trabalho, extrapolando a *questão social* para a esfera pública. Os conflitos sociais passam a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e na legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e serviços sociais. É na tensão entre re-produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que atuam os assistentes sociais, situados em um terreno movido por interesses sociais distintos e antagônicos, os quais não são possíveis de eliminar, ou deles fugir, porque tecem a vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2008, p. 160, grifo do autor).

Dessa maneira o Serviço Social adquire um potencial para fortalecer a luta da classe trabalhadora, uma vez que faça opção por um projeto societário que aponte para a superação da coisificação do homem.

Além da vinculação com a classe trabalhadora, o Serviço Social se vê como uma especialização do trabalho coletivo. Por meio da prestação de serviço converte sua força de trabalho em mercadoria, pois,

[...] o trabalho concreto, específico, útil, do assistente social, transforma-se em trabalho em geral, torna-se parte do investimento capitalista e adquire a forma-valor. [...] Como parte constitutiva da sua força de trabalho, o assistente social vende um conjunto de procedimentos histórica e socialmente reconhecidos, que tanto determina as condições de existência da profissão quanto circunscreve previamente a intervenção profissional. (GUERRA, 2011, p. 155).

Tais procedimentos elucidam a condição de trabalhador do assistente social, que além de ter sua objetivação a partir da contradição da sociedade do capital, vive, em sua própria condição, as contradições das relações da produção capitalista, com a venda da força de trabalho e na condição como trabalho concreto, constitutivo de valor.

Isso corresponde à reflexão feita acerca da condição do ser social, no marco societário do capital, à concepção das relações sociais e à categoria racionalidade, a partir da concepção da ontologia marxiana.

Ao trazer tal reflexão para o Serviço Social, qualifica-se a intervenção profissional na divisão social e técnica do trabalho, uma vez que desvela a realidade a partir de suas contradições e de seu constante movimento. A direta relação e contribuição da razão dialética para o Serviço Social se expressam na concepção do sujeito que compõe as relações sociais que intervêm, sendo compreendido como ser social que tem, na práxis social, expressa sua particularidade e no trabalho objetivação de um ato teleológico. E ainda, contribui na compreensão e percepção das contradições, tem nas condições objetivas a possibilidade de superação e forcejar na formulação de outra ordem societária.

Os tensionamentos e equívocos que tal relação pode trazer para a categoria profissional serão debatidos posteriormente. Por ora, importa retomar o que José Paulo Netto (1989, p. 95) caracteriza como pertinente a Marx e à sua tradição: o método dialético, a teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução. Nisso, articular Serviço Social com a teoria marxiana significa, necessariamente, apreender tal pertinência no cotidiano de intervenção profissional, na apreensão das mediações apresentadas na realidade concreta.

A intervenção do assistente social se dá na divisão social e técnica do trabalho, conforme já apontado, o que impõe ao Serviço Social a apropriação de um arcabouço teórico e metodológico que possibilita uma intervenção qualificada. Na contradição da sociedade capitalista e na própria constituição enquanto profissão, o assistente social tem a instrumentalidade do Serviço Social tanto na forma como se insere na divisão como resposta da demanda da classe dominante, como também se reconhece e constrói sua identidade profissional.

As considerações de Guerra (2011, p. 159, grifo do autor) acerca dessa condição de ser do Serviço Social e a instrumentalidade do Serviço Social são cruciais na apreensão dos limites e possibilidades apresentadas ao profissional.

A divisão – social, técnica e intelectual – do trabalho, enquanto formas pelas quais o antagonismo e a alienação se realizam, ao imprimir ao Serviço Social a instrumentalidade subjacente à ordem social capitalista assegura-lhe sua razão de ser. A dimensão instrumental da profissão, que se constitui na legalidade que ocupa maior âmbito de abrangência face a outras totalidades parciais, põe as particularidades e singularidades da profissão. A *instrumentalidade do Serviço Social*, dada pela forma na qual a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho e resposta pela dinâmica da realidade social, tanto vincula a profissão a outros ramos da atividade profissional quanto atribui à profissão um *status* peculiar, já que contempla as ações pelas quais o profissional é reconhecido e requisitado socialmente. Porém pela sua natureza contraditória, a instrumentalidade da profissão tanto conserva e reproduz aspectos do modo de ser capitalista quanto os nega e os supera. Esta dimensão expressa uma racionalidade, produzida pelas regularidades presentes tanto nas ações quanto nas representações dos assistentes sociais.

Para aprofundar sobre a constituição do Serviço Social e a condição de trabalhador do Serviço Social, analisar-se-á a emergência do Serviço Social nos contextos europeu, norte-americano e brasileiro.

2.2 O Serviço Social no contexto europeu e norte-americano: reflexões para a condição do Serviço Social brasileiro

Na Europa, em fins do século XIX, com o agravamento da questão social e a situação da classe trabalhadora, a Inglaterra cria a primeira legislação específica para o atendimento da questão social e normatiza a prática da assistência social. As estratégias usadas perpassam pela intimidação, repressão e punição. Martinelli (1998, p. 97), aponta que a assistência era prestada pela burguesia ou por instituições religiosas, como prática da caridade, pois “[...] muitas práticas de exploração, de repressão e de dominação política e ideológica foram realizadas sob a dominação de caridade.”

Com a ameaça gerada pela questão social, a burguesia se via obrigada a especializar e potencializar as ações desenvolvidas no âmbito da assistência pelos agentes sociais. Além de qualificar as ações da assistência, era necessária uma qualificação para os trabalhadores, para os agentes sociais. Porém, a especialização dos agentes surge no limite da intervenção na assistência para aqueles que futuramente comporiam a categoria profissional no Serviço Social (os agentes sociais) e atenderiam os ditames do Estado burguês e da burguesia.

O processo de vida real dos agentes sociais, o que se refere às circunstâncias históricas e às condicionalidades materiais de sua prática na sociedade européia no final do século XIX, foi altamente bloqueador do desenvolvimento da identidade profissional da consciência histórico-crítica da categoria. (MARTINELLI, 1998, p. 91).

A partir de uma articulação da burguesia, da Igreja e do Estado burguês surge a *Sociedade de Organização de Caridade*, identificada como a primeira proposta de prática para o Serviço Social. Seu papel era organizar as ações da Assistência no âmbito econômico (garantia e ampliação do capital) e no âmbito ideológico (controle da classe trabalhadora).

Com tal responsabilidade, começa-se uma preocupação com a qualificação dos agentes sociais da *Sociedade*, um preparo técnico-científico. A complexidade da realidade onde se dava a objetivação da ação exigia uma apreensão de sua composição, tornando assim o perfil técnico-científico necessário.

Com isso, há a criação das primeiras escolas de Serviço Social. Em 1908, funda-se, na Inglaterra, a primeira Escola de Serviço Social. Já na França, em 1911, surge a Escola com orientação católica e, em 1913, surge outra Escola com orientação protestante. O surgimento do Serviço Social deu-se em determinado cenário sócio-histórico com uma identidade que Martinelli (1998, p. 67) denomina como *identidade atribuída* apresentada como “[...]uma síntese das práticas sociais pré-capitalistas [...] e dos mecanismos e estratégias produzidas pela classe dominante para garantir a marcha e a definitiva consolidação do sistema capitalista.”

Mary Richmond contribuiu para a criação de uma Escola com o ensino de Filantropia Aplicada e, depois de difundida a ideia na Conferência Nacional de Caridade e Correção em 1897 no Canadá, surge nos Estados Unidos, a primeira Escola de Filantropia Aplicada, em 1899.

A expansão das Escolas traz um novo caráter para a Assistência, superando o caráter de expressão da caridade. Em 1916, Richmond, durante a I Conferência de Trabalhadores Sociais, formula a proposta de uma nova profissão como Trabalho Social. Na Inglaterra, o termo usado será social service; já nos Estados Unidos, social work, como referência do pensamento da *Sociedade de Organização de Caridade*.

A busca pela profissionalização do Serviço Social, conforme apontado por Martinelli (1998) apresentava-se de diferentes formas na Europa e nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, a busca do conhecimento científico baseou-se na Psicologia, na Psicanálise, na Medicina e no Direito. O caráter do Serviço Social se dava a partir de uma abordagem individual e o adequado funcionamento da sociedade.

Na Europa, o esforço foi no sentido das ciências sociais: Sociologia, Economia e Pesquisa Social. A abordagem era grupal e não individual.

Nesse período, a manifestação dos trabalhadores ameaça a ordem tão necessária para o capital, forçando então uma articulação entre Burguesia, Igreja e Estado, que se uniram com o intuito de tentar “[...] coibir as manifestações dos trabalhadores eurocentrais; impedir suas práticas de classe e abafar sua expressão política e social.” (MARTINELLI, 1998, p. 66).

O Serviço Social europeu, com forte vínculo com a Igreja Católica é tomado por um pensamento conservador, o que marca a prática social com uma dimensão do controle e ajustamento à ordem. Entretanto, tal preocupação distanciava sua ação das contradições e antagonismos típicos da sociedade capitalista.

Dessa forma, a proposta do Serviço Social norte-americano ganha mais espaço e sobressai à proposta europeia. Com legítimo apoio da burguesia para a manutenção do domínio de classe e de poder, os assistentes sociais ofereciam serviços assistenciais e beneficentes.

Aos assistentes sociais, como responsáveis pela operacionalização desses serviços, era delegado um papel de fundamental importância, uma vez que acabavam por representar o próprio Estado diante da população. Sua prática era uma expressão do poder hegemônico da classe dominante, sua identidade era aquela atribuída pela sociedade constituída: uma estratégia de controle social e de difusão do modo capitalista de pensar. (MARTINELLI, 1998, p. 118).

É preciso pontuar que não se pode reduzir a emergência do Serviço Social como mera evolução das práticas caritativas. Evidenciar tal emergência é remeter à gênese da profissão intimamente ligada à ordem monopólica e ao imperialismo.

Assim, ao falar do surgimento do Serviço Social é necessariamente fazer menção à sua gênese que remete a uma determinada forma de organização do Estado, o papel da Igreja, a questão social, etc. Como já mencionado, Paulo Netto (2009a) afirma que a gênese da profissão está imbricada com a questão social, que se constitui na ordem monopólica, intrínseca a ela.

Porém, aliada à Igreja Católica, na Europa, quase não se diferenciava a prática profissional da prática religiosa. Com a aliança entre Estado e Igreja, os assistentes sociais produziram uma prática dimensionada pelos interesses da burguesia e, assim, foram consolidando o grupo profissional. Há a criação dos núcleos associativos de assistentes sociais católicos, que serviriam como espaço para a reflexão sobre a questão social, doutrina

da Igreja e o trabalho dos assistentes sociais. Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos (1920), ganhava força a Associação Nacional de Trabalhadores Sociais.

Nas décadas de 1920 e 30, houve significativa expansão do Serviço Social europeu. Dos núcleos associativos surge, em 1925, a União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS) que assume o papel de coordenar a reflexão sobre a formação profissional nas áreas científica, técnica, moral e doutrinária.

A relação entre Igreja Católica e Serviço Social é muito evidente no surgimento da profissão (no que constituiu sua gênese). Castro (1989, p. 40) apresenta essa relação a partir do assistencialismo profissional que muda conforme as transformações sociais que contrapõem a necessidade de repensar o assistencialismo católico, a doutrina da Igreja, suas políticas e relações de poder. A Igreja assume o compromisso da reforma social como ação do seu papel político.

Entre os elementos que compõem essa relação, estão as *Encíclicas Papais*, que se constituem como as orientações doutrinárias para a Igreja Católica. É preciso ressaltar mais uma vez que, o contexto em que tal relação se objetiva, é um contexto de produção de riqueza e pauperismo na mesma proporção e um profundo agravamento da questão social, na ordem monopólica, no imperialismo.

Duas encíclicas se destacam no processo de profissionalização do Serviço Social: a primeira foi a *Rerum Novarum* (das coisas novas), escrita pelo Papa Leão XIII em 15/05/1891; a segunda foi a *Quadragesimo Anno*, escrita por Pio XI em 15/05/1931 (40 anos da *Rerum Novarum*).

A estrutura da *Rerum Novarum* se apresenta em duas partes: primeira, a solução à proposta dada pelo socialismo e, em segundo, a solução proposta pela Igreja. Seu conteúdo contém as seguintes relações: Questão social e Socialismo; Questão social e Igreja; Questão social e o Estado; Questão social e ação conjunta de patrões e empregados. Em síntese: o documento serviu como articulador de classes, afirmando a condição de exploração da classe operária e forçando a reflexão dos capitalistas e do Estado sobre suas ações.

A encíclica *Quadragesimo Anno* serviu como resposta ao paganismo e à secularização. Assim, a posição da Igreja Católica se apresenta claramente,

[...] oficialmente já explicitada desde 1891 na encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII: *por um lado a recusa radical à transição socialista e a revolução comunista; por outro uma pregação sustentada na caridade dos ricos para com os pobres deixando a propriedade privada intacta*. (SILVA, 2013, p. 54, grifo do autor).

Com esse perfil, a UCISS, entidade ligada diretamente à Igreja Católica, assume a criação dos Grupos de Escolas de Serviço Social e Associações de Auxiliares Sociais com o intuito de estimular a criação das Escolas de Serviço Social. E dessa forma, o Serviço Social chega ao contexto latino-americano, não apenas como resultado de uma proposta da Igreja, mas como ator e autor de um novo pensamento social cristão.

A UCISS começa a organizar uma série de trabalhos, a partir de 1925, e funda a Escola do Chile (em 1925/1929). O Chile, neste período, passava por uma severa crise institucional e contínuos protestos. A primeira Escola de Serviço Social possuía a característica da profissionalização no papel da classe operária e outros setores populares. Foi fundada por Alejandro Del Río, com uma ação mais voltada ao Estado e associada à profissão médica.

Já em 1929 é organizada a Escola Elvira Matte de Cruchaga, que obedeceu a interesses da Igreja, a fim de criar um centro de formação de agentes sociais capazes de responder adequadamente às mudanças sofridas pela sociedade. Fundada por Miguel Cruchaga Tocornal, sem limitar o campo específico da intervenção, cobriu o amplo espaço da questão social (CASTRO, 1989, p. 66-72).

Percebem-se, então, duas instituições importantes na construção dos centros de formação: o Estado burguês e a Igreja Católica, não apenas no Chile, mas também em outros países.

Filiada à UCISS e considerada como centro privilegiado de operações, a escola Elvira ficou como foro do Secretariado da UCISS na América Latina. Assim, ficou com a responsabilidade de disseminar o Serviço Social na América Latina. Importa destacar que os currículos que compunham o processo de profissionalização do Serviço Social tiveram forte influência da doutrina da Igreja, a partir das encíclicas já mencionadas.

A partir de então, começam a surgir as Escolas de Serviço Social da América Latina. Seguem algumas dessas escolas: em 1935, em Montevideu (Uruguai); em 1937, a Escola de Serviço Social do Peru; em 1939, a Escola Polivalente e Visitadora de Higiene no Paraguai; em 1940, em Buenos Aires, sob a direção do cardeal Luis Capelo, organização da Escola Católica de Serviço Social. A Escola Elvira também foi responsável pelas Escolas na Colômbia, Venezuela, Cuba e no Brasil, onde se atentará mais profundamente a análise.

Esse processo de surgimento das escolas deve ser compreendido a partir de um contexto de luta de classes, de um desenvolvimento da ordem monopólica e aprofundamento do imperialismo. De modo geral, percebe-se, na emergência e surgimento do Serviço Social, um contexto de agravamento da questão social, o desenvolvimento do capitalismo no seu

estágio imperialista, na fase do capitalismo de monopólios, a influência da Igreja Católica no redirecionamento da prática social e sua influência doutrinária na profissionalização do Serviço Social.

No desenvolvimento do capitalismo, as mudanças não são apenas no âmbito econômico: há também a reorganização da Igreja, profundas mudanças na organização das sociedades, sobretudo nos contextos pós-guerra, reorganização do Estado burguês, dentre outros elementos que constituem o chão sócio-histórico do Serviço Social.

O movimento da realidade conduz, a partir da base econômica, a constituição do Serviço Social, que deve ser compreendido tendo como referência a sociedade em que se insere. Não como mera evolução de fatos, as condições objetivas da realidade possibilitam o surgimento e instituição do Serviço Social.

O Serviço Social, então, surge como uma das respostas à demanda social advinda do aperfeiçoamento do capital em seu processo de acumulação, com uma identidade atribuída de controle da ordem e gerenciamento de ações de caridade. Insere-se na tensa relação entre os interesses das classes, tendendo a prevalecer os interesses da classe dominante.

A direta relação do Serviço Social com a lógica de desenvolvimento da sociedade capitalista impõe um desafio para a qualificação da ação, para que apreenda as contradições impostas por esta sociedade, a perspectiva de classe, a clareza dos limites de sua intervenção e a necessidade de forcejar por uma nova ordem societária.

O profissional do Serviço Social se constitui como parte da classe trabalhadora e não é um ser isolado na esfera da exploração das classes. Possui, em sua atuação profissional, as contradições da força de trabalho nas relações sociais da sociabilidade burguesa.

Sendo assim, exige-se direcionamento ético, político e social fundamentado em uma teoria social que desvela a realidade, apresenta o sujeito como ser social, compreende as relações sociais no bojo da produção capitalista e aponta a possibilidade da superação. Isso é apresentado nos fundamentos teórico-metodológicos da teoria social de Marx. Ressalta-se aqui uma relação importante no redirecionamento que a profissão toma ao longo do século XX, sobretudo nos marcos da sociedade brasileira, como será tratada a seguir.

Por ora, cabe uma breve síntese apresentada por Iamamoto e Carvalho (2009, p. 75, grifo do autor) do exercício, do trabalho profissional do assistente social, que se apresenta a partir da dinâmica das relações sociais vigentes em determinadas conjunturas históricas.

Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, *pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.* A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma *estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho*, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadores.

2.3 As protoformas do Serviço Social no Brasil e o redimensionamento da intervenção profissional: o direcionamento ético, político e social no Serviço Social contemporâneo

*A prática profissional não tem o poder
miraculoso de revelar-se a si própria.
Adquire seu sentido, descobre suas alternativas
na história da sociedade da qual é parte.*
Iamamoto (1997).

Compreender o Serviço Social brasileiro é necessariamente apreender as particularidades da formação sócio-histórica brasileira. Conforme já apontado, a transição para a fase do capitalismo ocorre tardiamente, fato que trouxe especificidades à burguesia brasileira e ao Estado burguês brasileiro.

A compreensão do trabalho profissional não se dá de modo isolado do seu espaço de intervenção profissional, da apreensão das relações sociais estabelecidas em determinada sociedade, aqui particularmente na sociedade brasileira. Pois, entender o trabalho profissional, a prática profissional, segundo Iamamoto (1997, p. 121) supõe reconstruí-las a partir das relações sociais, dos mecanismos de poder econômico, político e cultural, ressaltando suas particularidades enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho.

O sentido histórico da profissão se constitui a partir da compreensão da questão social que o legitima enquanto profissão, nas relações entre as classes e na correspondência à demanda da classe dominante. Porém, no atendimento da demanda e na definição do sentido

político da profissão, coloca-se na defesa dos direitos da classe trabalhadora e no tensionamento ao Estado burguês e à burguesia.

A contradição para a prática profissional aparece não só na oposição à burguesia e ao Estado (seu maior empregador), mas também da própria condição de trabalhador do assistente social que se insere, enquanto especialização do trabalho coletivo, na divisão social e técnica do trabalho.

Na descrição do capitalismo brasileiro, no item anterior, já foram explicitadas as particularidades desse cenário no Brasil. Importa, agora, retomar alguns pontos e relacioná-los com o surgimento do Serviço Social no país.

Para Iamamoto (2008), o caráter da economia brasileira, no processo de expansão monopolista, assume a forma típica das periferias dos centros mundiais. Isto se evidencia na formação do Estado brasileiro e na gestão das políticas sociais por ele protagonizada. O perfil do Estado burguês, no compromisso de garantir as condições necessárias para o desenvolvimento industrial e fortalecimento dos monopólios, transpõe no limite dos direitos por ele estabelecidos e no atendimento a demandas do capital internacional, presentes no referencial legal estabelecido no país.

A desigualdade de temporalidades históricas tem na feição antidemocrática assumida pela revolução burguesa no Brasil um de seus pilares. As soluções políticas para as grandes decisões que presidiram a condução da vida nacional têm sido orientadas por deliberações ‘de cima para baixo’ e pela reiterada exclusão das classes subalternas, historicamente destituídas da cidadania social e política. (IAMAMOTO, 2008, p. 130).

No ordenamento dos monopólios, o processo de modernização no país se fez pelo caminho do atraso, uma vez que o Brasil não supera os interesses da propriedade fundiária, adquirindo um caráter arcaico neste processo. Ainda na gradativa transição do modelo agroexportador para o modelo industrial, a marca da revolução burguesa no Brasil foi o mundo rural, com o segmento de classe dos proprietários de terra como um de seus protagonistas (IAMAMOTO, 2008, p. 136).

As manifestações da questão social no Brasil trazem à tona essa particularidade da burguesia do país e seu papel na economia mundial. O aprofundamento da desigualdade e do pauperismo do país atesta tal particularidade, sendo que o Estado brasileiro do início do século XX assumiu determinadas demandas da classe trabalhadora, seja como estratégia para conter qualquer movimento de luta e resistência, seja para estimular o crescimento de um mercado interno no país. Mesmo que “[...] moderniza-se a economia e o aparelho do Estado,

mas as conquistas sociais e políticas [...] permanecem defasadas, expressando o desencontro entre economia e sociedade, que se encontra na raiz da ‘prosperidade dos negócios.’” (IAMAMOTO, 2008, p. 140, grifo do autor).

E assim, as *protoformas do Serviço Social* emergem desse contexto, com base nas ações desenvolvidas (obras e instituições) pós Primeira Guerra Mundial. A obra de Iamamoto e Carvalho (2009, p. 165-174) é uma importante referência para analisar esse período na relação com o Serviço Social. As considerações que se seguem tomam como base sua sistematização.

Surgem, então, instituições com o intuito de disseminar o pensamento social da Igreja Católica e atenuar as refrações da questão social na sociedade brasileira. Como exemplo disso, no Rio de Janeiro e em São Paulo, nascem essas instituições, ligadas à Igreja Católica, a fim de desenvolver ações de caridade.

Em 1920, surge a Associação das Senhoras Brasileiras no Rio de Janeiro, com destaque para Estella de Faro, considerada a pioneira do Serviço Social no Rio de Janeiro, além de ter sido a primeira coordenadora da Ação Católica, que surge após a fundação da Confederação Católica, em 1922. Ainda em 1923, é criada em São Paulo a Liga das Senhoras Católicas. As ações foram desenvolvidas com aquele mesmo caráter presente no contexto europeu, conduzido pela caridade e pela benemerência.

A Ação Católica possibilita algumas iniciativas, com destaque à Juventude Operária Católica (JOC) e suas extensões (Juventude Estudantil Católica, Juventude Independente Católica, etc.). Em 1932, com o intuito de fundamentar as ações desenvolvidas a partir da doutrina da Igreja, é criado o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS)¹⁴, que atuou no surgimento do Serviço Social brasileiro. Em 1933, há a participação na Liga Eleitoral Católica e a realização da Primeira Semana da Ação Católica com início da formação da Juventude Feminina Católica.

Enfim, em 1936, com grande esforço desse grupo ligado à Juventude Feminina e ao CEAS, é fundada a Primeira Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira do Brasil (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 174). Nesse mesmo ano, acontece a Semana de Ação Social no Rio de Janeiro.

Porém, é preciso considerar que o Estado já vinha desenvolvendo ações. A criação do Departamento de Assistência Social do Estado de São Paulo (responsável pela estruturação dos serviços sociais de menores, desvalidos, trabalhadores e egressos de reformatórios, etc.), é

¹⁴ O seu início é marcado pelo Curso Intensivo de Formação Social para Moças.

um exemplo disso, em 1935. Em 1938 é organizada a Seção de Assistência Social, com a finalidade de desenvolver ações de reajustamento de indivíduos ou grupos.

Dessa forma, a fundação da primeira Escola tem ligação com o Estado uma vez que ele apresenta a necessidade de uma formação técnica especializada para desenvolver as suas próprias ações.

[...] a demanda por essa *formação técnica especializada* crescentemente terá no Estado seu setor mais dinâmico, ao mesmo tempo em que passará a regulamentá-la e incentivá-la, institucionalizando sua progressiva transformação em profissão legitimada dentro da divisão social-técnica do trabalho. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 176, grifo do autor).

O início do Serviço Social brasileiro tem sua emergência marcada pela necessidade de qualificação da ação desenvolvida pela Igreja Católica, sobretudo ligada na base doutrinária da Igreja, como já exemplificado nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Ainda em relação à Igreja, o desenvolvimento de ações envolvidas pela caridade é marcado pela participação das mulheres, em virtude da Juventude Feminina Católica. Há um forte envolvimento e dedicação das mulheres de famílias ricas e militantes do meio católico.

Ao longo de seu desenvolvimento, já nas primeiras décadas da profissão, o Serviço Social vai sistematizando e aprimorando sua prática, na superação da perspectiva simples da caridade. Assume, gradativamente, a partir de estudos sociológicos, maior qualificação no enfrentamento dos problemas sociais.

É principalmente nos encontros e conferências promovidos pelo movimento católico – Semana de Ação Social, Congresso de Direito Social, etc. - que são expostas as primeiras tentativas de sistematização da prática e ensino do serviço social, assim como a visão do mundo que dá suporte a essas formulações. [...] A caridade passa a utilizar os recursos que a ciência e a técnica lhe oferecem; mobiliza, além dos sentimentos, a inteligência e a vontade para o serviço da pessoa humana. O Serviço Social representa uma evolução dos antigos métodos, favorecida pelas descobertas científicas, pelo desenvolvimento dos estudos sociológicos e, principalmente, pela intensidade e complexidade dos problemas sociais presentes. Isso o distingue das antigas formas de assistência. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 201).

Como afirmado inicialmente, o Serviço Social é resultado e tem sua prática profissional, imbricada na sociedade que vive, e isso se reflete no processo de formação profissional que, além de atender à exigência de formação técnica e especializada demandada pelo Estado, tem na formulação de seus currículos a orientação de tais demandas, bem como a influência da doutrina católica.

A Escola de Serviço Social passará por rápidos processos de adequação. O primeiro se dá a partir do convênio firmado entre o CEAS e o Departamento de Serviço Social do Estado em 1939, para a organização de Centros Familiares. Essa demanda terá por reflexo a introdução no currículo da Escola de um Curso Intensivo de Formação Familiar: pedagogia do ensino popular e trabalhos domésticos. O segundo se dará, logo em seguida, para atender à demanda das prefeituras do interior de São Paulo. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 177).

O Estado contribuiu muito para o processo de formação técnica especializada, ao mesmo tempo em que) que regulamenta, incentiva e institucionaliza o Serviço Social. O processo de institucionalização do Serviço Social emerge no momento em que o Estado necessita intervir, controlar as sequelas advindas das relações de trabalho assalariado.

Dentro de uma estratégia do bloco de poder, o Serviço Social se institucionaliza a partir do momento em que o Estado necessita intervir nas relações sociais (proletariado e empresariado), tendo como referência uma regulamentação do mercado de trabalho por meio da legislação social e trabalhista e da organização de uma rede de serviços (IAMAMOTO, 1997, p. 121).

Em 1939, a Escola de Serviço Social de São Paulo passa por processos de adequação, firmando convênio entre o CEAS e o Departamento de Serviço Social do Estado de São Paulo, quando são criados os Centros familiares. É nesse momento que se introduz, no curso, a formação familiar.

No Rio de Janeiro, por influência de instituições públicas, surge em 1937, o Instituto de Educação Familiar e Social, com a iniciativa do Grupo de Ação Social. Em 1938, surge a Escola Técnica de Serviço Social, que diploma sua primeira turma em 1941. Em 1940 é introduzido o curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery (que origina a Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil e a primeira iniciativa do Governo Federal para a formação dos assistentes sociais).

Somente na década de 1940 é que várias Escolas começam a surgir nas capitais do país e várias já participam do I Congresso Brasileiro de Serviço Social¹⁵. No contexto do país, o Brasil passava pelo período do nacionalismo econômico, com Getúlio no poder e, logo depois com Juscelino Kubistchek (1956-1961), período do desenvolvimento nacional, com um reordenamento do Estado a oferecer as condições de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

¹⁵ Em 2013, ocorreu o 14º CBAS na cidade de Águas de Lindóia-SP. Ainda se constitui como importante espaço para formação profissional e discussão de temas pertinentes à categoria.

E preciso destacar que, entre o primeiro governo de Getúlio (1930-1945) e o segundo (1951-1954), houve o governo de Dutra (1945-1951), após a Segunda Guerra, governo marcado por um projeto de democracia formal e de um país intimamente ligado aos interesses dos Estados Unidos.

Em 1947, as escolas de Serviço Social do Rio (masculina e feminina) haviam diplomado 40 assistentes sociais, enquanto que em São Paulo, até o fim da década de 1940, já eram ao todo mais de 300.

Todo esse processo já é marcado pela qualificação das ações para além de uma mera especialização das ações de caridade e benemerência, tão marcantes na emergência do Serviço Social, embora ainda com profunda marca e influência da Igreja Católica.

Conduzido a remediar os desajustes dos indivíduos, o Serviço Social apresentava um campo bem delimitado de intervenção. Iamamoto e Carvalho (2009, p. 203) destacam três aspectos que sustentam essa intervenção: ações de adaptação para uma organização social satisfatória que fazem parte do campo da Ação Social; a partir de uma ação personalizada, atender os “indivíduos fracos”; as estruturas sociais não devem ser atingidas ao serem desenvolvidas ações junto às coletividades.

Dessa forma, a implantação do Serviço Social esteve interligada às profundas transformações econômicas e sociais pelas quais a sociedade brasileira atravessou e, certamente, as diversas ações dos grupos, classes e instituições interagiram com essas transformações. A partir da mobilização e organização católica, desenvolve-se uma atuação abrangente sobre a sociedade civil e a reafirmação de sua posição enquanto agência de controle das classes subalternas.

A revisão da trajetória do Serviço social no Brasil conduz a afirmar que, considerando o antagonismo da relação capital e trabalho, a *tendência predominante*, no que se refere à inserção da profissão na sociedade, vem sendo, historicamente, *o reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição à sua organização livre e independente*. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 96, grifo do autor).

No caminho do reordenamento das ações do Serviço Social na sociedade brasileira, durante o período da Ditadura Militar no país, a profissão inicia um período denominado Movimento de Reconceituação (1965-1975, não exatamente – Paulo Netto, 2007). É então que se inicia, mais intensamente, todo o processo de questionamento acerca do significado da

intervenção profissional, além de possibilitar maior vinculação com o período histórico vivenciado no país.

O desenvolvimento do Serviço Social (sua institucionalização) se deu, sobretudo, no pós Segunda Guerra Mundial, em expressivo momento de expansão da economia capitalista, sob a hegemonia de grupos transnacionais e do capital financeiro. O mundo sofreu diretamente com as consequências do pós-guerra: acirramento do pauperismo, desemprego, bem como o reordenamento¹⁶ das políticas sociais para o controle da ordem e atendimento das necessidades da população (IAMAMOTO, 2008, p. 171).

Nesse contexto, não apenas no Brasil, mas na América Latina, inicia-se um movimento de repensar e dimensionar o Serviço Social, de modo heterogêneo e em diferentes tempos em cada país. No Brasil, esse movimento é caracterizado, como dito, pela Reconceituação que possibilitou o percurso de ressignificação da profissão.

O Movimento de Renovação, conforme Paulo Netto (2007), é demarcado pela perspectiva modernizadora e perspectiva renovadora. Em síntese, “perspectiva modernizadora” é caracterizada pelo esforço de adequar a intervenção profissional às exigências colocadas pelas condições sócio-históricas do Brasil, na década de 1960, sem questionar à ordem vigente. Nessa perspectiva é formulado, no Brasil, o Documento de Araxá, de 1967, durante o “Seminário de Teorização do Serviço Social”, organizado pelo Centro Brasileiro de Cooperação de Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS). Na mesma perspectiva, em 1970, na cidade de Teresópolis, há a elaboração do Documento de Teresópolis, após sucessivos encontros para discussão do Documento de Araxá, com o intuito de aprofundá-lo. A contribuição desses documentos é com referência à metodologia, ao definir a intervenção profissional nas situações problemas, com foco no indivíduo.

Com menos expressividade nos avanços e maturidade do Serviço Social, há ainda a formulação de outros dois documentos: o Documento do Sumaré (novembro de 1978) e o Documento Alto da Boa Vista (novembro de 1984). As contribuições tiveram “[...] um tom de anacronismo que as torna pouco sensibilizadoras para a polêmica mais rica e calorosa.” (PAULO NETTO, 2007, p. 197). Nesse estágio, coloca-se o debate acerca da reatualização do conservadorismo com uma influência da tendência de inspiração fenomenológica, pois, embora com uma crítica à herança positivista, o Serviço Social centrado nessa tradição objetivamente ainda se afirmava, na sociedade, claramente dentro dos interesses do capital com uma abordagem fixada na ajuda psicossocial.

¹⁶ Como mencionado, é o período em que se gesta o *Welfare State*, que se expande na Europa.

Essa crítica [...] é operada sob influxos que se reclamam vinculados à fenomenologia, reivindicação às vezes formulada por seus adeptos em termos de declarações de princípio muito próximas ao dogmatismo [...].tal crítica incide sobre dois componentes nucleares do legado positivista, incorporados à tradição do Serviço Social: a interpretação causalista (e fatorial) da socialidade e a assepsia ideológica do conhecimento. (PAULO NETTO, 2007, p. 204-205).

Entretanto, considerando todo o percurso de institucionalização do Serviço Social, o vínculo com a Igreja Católica e com as ações de caridade, esses debates já se identificava no bojo da discussão do papel político da profissão que entrará em pauta nos anos seguintes.

[...] como a realidade não pode ser enquadrada em formulações e deduções lógicas e sim apreendida através da identificação das suas contradições, o que podemos defender *é que, apesar das determinações sociais da profissão, é possível imprimir uma direção social estratégica à prática profissional, expressa numa direção intelectual e política inclusiva.* (MOTA, 2010, p. 48, grifo do autor).

As contradições presentes nas relações sociais, ligadas diretamente às relações de produção, com um expressivo acirramento da questão social, conduzem o Serviço Social a uma apropriação mais qualificada de um referencial teórico. Além de desvelar a complexidade da realidade, tal referencial orienta para uma intervenção qualificada que supere o simples atendimento dos problemas sociais (que é importante, pois diz respeito à vida dos sujeitos que são impactadas diretamente as refrações da questão social), mas que possibilite o fortalecimento dos sujeitos e dos projetos sociais coletivos que apontam para outro ordenamento societário.

Ainda que a emergência do Serviço Social tenha se dado a partir da necessidade de manutenção da ordem, aliado a um Estado burguês, a profissão atende e corresponde diretamente no atendimento de necessidades da classe trabalhadora garantindo, minimamente, sua sobrevivência.

Embora constituída para servir aos interesses do capital, a profissão não reproduz, monoliticamente, necessidades que lhe são exclusivas: *participa, também, ao lado de outras instituições sociais, das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, em face das suas condições de vida, dadas historicamente.* (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 94, grifo do autor).

Para uma identidade que pudesse se desvincular dos interesses do capital, o Serviço Social necessitava de uma releitura da questão social com o intuito de apreender em quais

condições sócio-históricas ele se gestou, analisar o modo de produção capitalista nos limites da sociedade brasileira, no sentido de qualificar e intencionar sua prática profissional para além da reprodução dos interesses da classe dominante.

Nesse momento (década de 1970) o capitalismo, nos países do capitalismo central, já não mais se desenvolvia puramente pelo padrão fordista/ taylorista. O padrão de acumulação que se dispunha correspondia a um padrão de acumulação flexível, o que impactava profundamente a classe trabalhadora, uma vez que necessitava de maior envolvimento do trabalho e, portanto, maior estranhamento do trabalhador, como aponta Antunes (1996 p. 79-80). Neste molde, o autor destaca o toyotismo, que surge no Japão após a Segunda Guerra.

[...] com a necessidade de destruir o sindicalismo de classe lá existente, por meio dos chamados ‘expurgos vermelhos’ do pós-guerra, instaurando um sistema produtivo que gradativamente se inseria numa produção nitidamente sintonizada com uma demanda e com um processamento diretamente vinculado a esse fluxo [...]. Enfim, um processo produtivo flexível que atenda esta ou aquela demanda com mais rapidez, sem aquela rigidez característica de produção em linha de montagem tipo fordista.

Percebem-se um aprimoramento na acumulação e manutenção de capital e dos lucros, aceleração na produção de valores, precarização nas relações de trabalho, substituição de força de trabalho por máquinas mais intensificamente, massificação da classe trabalhadora, dentre outras características. Esse cenário não apresenta uma nova questão social, uma vez que o modo de produção da sociedade ainda permanece na tensa relação entre capital e trabalho, entretanto, as refrações que se reconfiguram e atingem diretamente a população brasileira. Dimensioná-la no determinado estágio em que o capitalismo se encontra, possibilita apreender as profundas diferenças, nas palavras de Iamamoto (2008, p. 144), “[...] imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam. Fratura esta que vem se traduzindo na banalização da vida [...].”

A apropriação desse direcionamento e a compreensão da banalização da vida produzida pelo capital chegam ao Serviço Social após o movimento que se conceituou como Intenção de Ruptura, a partir do que se denominou “perspectiva renovadora”.

Entre as décadas de 1970 e 1980, envoltos pelos movimentos sociais que se fortalecia na luta pela redemocratização do Brasil, e com a influência do espaço acadêmico do Serviço Social (Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais), a perspectiva da Intenção de Ruptura se evidencia. Nas palavras de Paulo Netto (2007, p. 248),

[...] é somente quando a crise da autocracia burguesa se evidencia, com a reinserção da classe operária na cena política brasileira desatando uma nova dinâmica na resistência democrática, que a perspectiva da intenção de ruptura pode transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais ponderáveis.

É neste movimento que se aponta a ruptura com o Serviço Social tradicional e na proposta de reconceituação do parâmetro da intervenção profissional, na proposição de um novo marco teórico metodológico.

Em 1979, há um redirecionamento dos currículos dos cursos de Serviço Social e começa a se gestar as proposições que constituirão o direcionamento social e político da profissão. É nesse ano que acontece o III Congresso Brasileiro dos Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como Congresso da Virada, espaço de luta da categoria profissional dos assistentes sociais.

Assim, com o intuito de se estabelecer um novo referencial teórico que possibilite apreender as exigências impostas pela realidade social e uma crítica ao Serviço Social tradicional, sobretudo, compreendendo os aspectos ideológicos, teóricos, metodológicos e à neutralidade científica, há a formulação do Documento do Método de Belo Horizonte (Método BH).

Para apreender as exigências da realidade social, na relação Serviço Social e questão social, necessita-se de uma vinculação qualificada, sem reduzir um como consequência do outro, mas apreendendo suas relações e tensionamentos. Para tanto, o debate profissional brasileiro, é possibilitado com “[...] uma interlocução entre a tradição marxista e o pensamento conservador europeu clássico e contemporâneo.” (IAMAMOTO, 2008, p. 172, grifo do autor).

Sintonizado com os processos que erodiram a base de sustentação da ditadura, a partir de meados da década de 70, o Serviço Social brasileiro realiza, nos anos imediatamente seguintes, um grande giro nos conteúdos e objetivos da profissão – politicamente, ao identificar nas demandas populares as novas bases da sua legitimação; teoricamente, ao rechaçar os fundamentos da Sociologia funcionalista, de cariz positivista, e abraçar (ainda que de modo extremamente problemático, como o demonstraram Netto 1989, e Quiroga, 1991) o referencial marxista. A partir daí, os termos do debate profissional se ampliam, retomando conceitos já conhecidos e incorporando novos – dentre eles, questão social e, mais tarde, trabalho. (MOTA, 2010, p. 34).

Esse reordenamento dos conteúdos e objetivos da profissão afirma o compromisso com a classe trabalhadora e a defesa de suas necessidades na vinculação com um projeto societário de superação da ordem vigente.

O Método BH, que se destaca nesse processo, apresentava o direcionamento das ações na definição por uma opção política que, atrelada ao seu papel social, apresenta ao Serviço Social o compromisso da transformação social e a contribuição e fortalecimento com os sujeitos coletivos, com os projetos sociais, que assumem tal horizonte. Paulo Netto (1999, p. 101) ressalta que no interior da categoria, pela primeira vez “[...] rebatiam projetos societários distintos daqueles que atendiam aos interesses das classes e camadas dominantes.”

É então que há uma aproximação com a teoria social de Marx, como possibilidade de qualificação teórico-metodológica para a categoria, uma vez que essa teoria, como já apresentada, desmistifica a trama de produção e reprodução do capital e qualifica a intervenção profissional, etc. Para Paulo Netto (1989, p.99) a relação Serviço Social e a tradição marxista pode ser percebida com três elementos: a compreensão do significado social da profissão, iluminação da intervenção profissional e fundamentação da elaboração teórica dos assistentes sociais.

Porém, acerca da aproximação com a teoria marxiana proposta no Método BH, Paulo Netto ressalta que é necessária uma aproximação que ofereça uma sustentação para o trabalho profissional. O autor ainda considera que tal processo, no início, caracterizou-se por um “marxismo sem Marx”.

Sem perder de vista a importância teórica e ideológica desta incorporação, realizada em condições nada favoráveis (recorde-se, mais uma vez, o quadro da sociedade e da universidade brasileiras da época), o fato é que na inspiração marxista de que se socorrem os formuladores belo-horizontinos se encontram os nós problemáticos que rebatem comprometedoramente na sua contribuição renovadora. (PAULO NETTO, 2007, p. 287, grifo do autor).

Acerca do período de Intenção de Ruptura, Mota (2010) a partir das considerações de José Paulo Netto (2007, p. 34-35, grifo do autor), destaca, como uma síntese, as importantes contribuições para o Serviço Social.

[...] a identificação do significado social da profissão no processo de produção e reprodução das relações sociais; o desvelamento da natureza contraditória da prática profissional, que recebe um mandato das classes dominantes para atuar junto às classes trabalhadoras; a contestação do conceito de *situação problema* como anomia ou desvio social, amparada

pela concepção de questão social, já entendida como manifestação das desigualdades inerentes às relações capitalistas de produção; a consideração da condição de trabalhador do assistente social, donde a pertinência da categoria divisão social e técnica do trabalho para pensar o lugar da profissão; a incorporação das categorias de totalidade, movimento e contradição, inerentes ao método de Marx, superando a trilogia ‘estudo, diagnóstico e tratamento’ com fundamento dos procedimentos metodológicos, através dos quais o Serviço Social podia conhecer e intervir na realidade.

Os apontamentos que Mota apresenta sintetiza, assertivamente, o significado do processo de Intenção de Ruptura, e apresenta também o que propiciou a formulação de diretrizes e perspectivas para o trabalho profissional, que foi sistematizado na década de 1990 no Serviço Social.

A intervenção do Serviço Social, na realidade, vincula-se à necessidade de conhecer profundamente a realidade, apreendendo suas contradições e, na aproximação da teoria social de Marx, possui um referencial que viabiliza uma qualificação em todas as dimensões da ação do assistente social, ou seja, teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-político.

Para tanto, o percurso da profissão foi, na construção de um projeto da categoria profissional que necessitava da vinculação com a categoria organizada, compreendido como projeto coletivo, hegemônico para a profissão, ainda que não tenha a pretensão de homogeneizar a categoria profissional.

A característica de um projeto profissional está no sujeito coletivo que o constrói, identificado por uma profissão que opta por um direcionamento e compromisso coletivo. Tal projeto esclarece o compromisso com a classe trabalhadora, evidencia a condição do assistente social enquanto classe trabalhadora e, apresenta claramente uma opção política, sobretudo, na vinculação com a construção de um projeto de superação da ordem capitalista.

Esse projeto profissional identifica-se no Projeto Ético Político Profissional (PEP), como direcionamento ético-social-político para a profissão. O PEP se materializa no Código de Ética Profissional (de 1993), nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social elaboradas por meio de ações lideradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social –ABEPSS – (1996) e na Lei n. 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão. Não como algo sistematizado e acabado, mas construído no processo de maturação do Serviço Social coletivamente.

Esquemáticamente, este projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da *liberdade* como valor central [...] o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (PAULO NETTO, 1999, p. 104-105, grifo do autor).

A liberdade, enquanto valor ético-central do PEP, apresenta a leitura que se tem dos sujeitos que compõem o universo da categoria profissional, como seres sociais, com suas particularidades e especificidades que devem ser respeitadas e consideradas na relação do trabalho profissional.

O compromisso com a vinculação a um projeto societário, que propõe a construção de uma ordem com a superação da exploração do homem pelo próprio homem e com a supressão da coisificação do homem, imprime novo significado para a ação do assistente social.

A opção por um projeto profissional se deu por uma clara definição e posicionamento quanto à opção política por parte da categoria, não alheia à complexidade da realidade, desafiando-se a compreendê-la e intervindo combativamente.

A luta pela democracia, na sociedade brasileira, fazendo-se ecoar na categoria profissional, criou um quadro necessário para quebrar o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura inscreve-se a primeira condição, a condição política, para a constituição de um novo projeto profissional. (PAULO NETTO, 1999, p. 100).

A força que o projeto profissional apresenta na clara oposição ao direcionamento dado pelo Estado no ordenamento dos direitos sociais, quando qualifica o referencial quanto à democracia e à luta pela efetivação dos direitos. A opção pela construção de um novo projeto para a categoria atestou a clareza, a oposição e o questionamento ao projeto societário hegemônico na sociedade, com centralidade na acumulação e produção de capital.

Tal opção possibilita maior clareza quanto à definição das ações no cotidiano profissional, além de recolocar sua atividade enquanto especialidade do trabalho coletivo, na contradição da sociedade capitalista.

No desempenho de sua função intelectual, o Assistente Social, dependendo de sua *opção política*, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes, em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 95, grifo nosso).

O potencial, para combater a ofensiva do capital na banalização da vida, surge da própria contradição que possibilita a existência do trabalho profissional. Corresponde às demandas do Estado burguês e a ele se condiciona enquanto força de trabalho, mas também se vincula à classe trabalhadora, aos sujeitos coletivos e ao compromisso com a construção de outra ordem societária.

Intervir nas refrações da questão social requer entender que mais do que o atendimento à população que sofre suas mazelas, através dos espaços das políticas sociais, é preciso apreender sua gênese nesse marco societário.

Sem dúvidas uma das conquistas do PEP foi trazer para o processo de formação profissional uma discussão que apresentou a necessidade de qualificar a formação no âmbito teórico e metodológico, para que o profissional tenha condições de, pelo menos teoricamente, por meio do exercício da crítica permanente, romper com o imediato. Com isso, não se limita às demandas que surgem no cotidiano, como mero operador das políticas, podendo assumir uma posição com intencionalidade de proposição de ações que atendam substantivamente as necessidades da população.

O legado advindo da emergência do Serviço Social, uma forte ligação com os preceitos da doutrina católica, uma aparente evolução de ações de caridade e certa funcionalidade para o Estado burguês justificam tal reposicionamento de uma teoria social no processo da formação profissional. Sua permanente necessidade de acompanhar as transformações na sociedade e apreender o seu movimento, além de captar as contradições a elas inerentes, trazem uma ressignificação para o Serviço Social e, então, uma intervenção propositiva na realidade.

Entretanto é preciso uma ressalva quanto à aproximação do referencial marxista no processo de formação profissional. O papel da teoria é proporcionar uma leitura da realidade que se apresenta, além de possibilitar a identificação das estratégias para intervir sob essa mesma realidade. Possibilita a reconstrução do real no pensamento para então intervir. Considera Paulo Netto (2009b, p. 673, grifo do autor) que, para Marx a teoria é “[...] *a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa.”

Nesse sentido, ao considerar toda a relevância e pertinência da teoria social marxiana, e retomando as considerações quanto à razão dialética, que a partir da ontologia marxiana se debruça ao estudo do ser inserido nas determinações da sociedade capitalista, a intervenção qualificada na realidade da sociedade que se conduz pela produção e reprodução do capital só se faz se apropriada a tal teoria. A compreensão da determinação da existência e a forma de ser dos sujeitos e da sociedade só podem ser captadas pela apropriação dessa teoria.

Porém, a compreensão crítica do movimento e da contradição da realidade não supera a contradição da profissão, pois se insere nas relações sociais, mas enquanto parte também da divisão social do trabalho como uma determinada especialização do trabalho social. A ruptura depende também da base material e das condições objetivas. O trabalho do assistente social se

define como trabalho assalariado, constituinte de valor que, na venda de sua força de trabalho, objetiva sua especificidade enquanto profissão, possuindo suas próprias necessidades enquanto ser.

A conjunção entre projeto profissional e trabalho assalariado, como núcleo irradiador da argumentação, não é uma eleição aleatória. Ela permite atribuir visibilidade, do universo do Serviço Social brasileiro, à *dupla determinação do trabalho do assistente social como trabalho útil e abstrato, dimensões indissociáveis para se pensar o trabalho na sociedade burguesa*, cujo pressuposto é o reino mercantil, no qual se assenta a forma social da propriedade privada capitalista e a divisão do trabalho, que lhe é correspondente. (IAMAMOTO, 2008, p. 415, grifo nosso).

É preciso pontuar que, a partir do PEP e da apropriação do referencial marxista, a compressão do trabalho profissional se dá pela práxis profissional-social, o que possibilita evidenciar a especificidade do ser. O conjunto de proposições condensadas no projeto profissional da categoria, ao propor um direcionamento para o fazer profissional, não apresenta um conjunto de regras que cada profissional deve cumprir. A categoria se constitui pela diversidade de sujeitos, com suas subjetividades, histórias de vidas, nas palavras de Paulo Netto (1999, p. 96) “[...] universo heterogêneo, [...] espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes.” Assim, ainda que com a afirmação de um projeto da categoria, as divergências não são suprimidas e ignoradas, o reconhecimento do pluralismo na categoria, sem reduzi-lo ao ecletismo, é essencial para que não se limite a tais divergências. Essa diversidade, com todas as suas contradições, não tem impedido que a categoria profissional forceje na direção da reafirmação do PEP para a profissão nos espaços sócio-ocupacionais ocupados pela assistentes sociais.

A capacitação teórico-metodológica, como já dito aqui, não padroniza o trabalho profissional; ao contrário, evidencia uma tensão entre as condições objetivas da realidade e a apropriação consciente do profissional. A opção por uma direção política radicaliza essa tensão, requerendo do profissional uma postura que perpassa o espaço profissional, mas não se limita a ele e sim, diz respeito a sua inserção enquanto sujeito na história.

O que se pretende demonstrar é que essa forma mistificada de compreender a intervenção profissional, essa inversão, encontra-se favorecida pela dinâmica da realidade, já que o que predomina no modo capitalista de apreender os processos sociais é a forma material pela qual as coisas se expressam. Neste sentido, o que não se determina à consciência do assistente social é a vinculação entre as condições objetivas sob as quais a intervenção profissional se plasma e a ‘forma’ que adquire. Em outras palavras, as dificuldades postas à intervenção profissional, embora adquirindo feições

específicas, obedece à lógica de constituição da sociedade capitalista, na qual a inversão da aparência fenomênica em essência, a substituição do conteúdo pela forma, a transformação do essencial em acessório, são condições necessárias à sobrevivência dessa ordem social. (GUERRA, 2011, p. 158-159).

A possibilidade de compreender o Serviço Social está na mesma medida em que se compreende a realidade, uma vez que o Serviço Social é resultado da realidade em que se insere. A contradição, sempre inerente ao profissional, faz com que apreenda a totalidade da realidade em que intervém, porém ele não tem possibilidade de intervir completamente e, tão pouco, superar a situação em que se encontra a população atendida.

Iamamoto (2008) pondera que é necessário apreender as condições, objetivamente dadas, considerar a construção histórica da profissão e o movimento da realidade, atrelando assim ao horizonte da categoria, explicitado no PEP, a fim de potencializar sua intervenção nos determinados espaços sócio-ocupacionais, com um referencial ético-político. Para a autora, o trabalho profissional do assistente social se encontra “[...] sujeito a um conjunto de *determinantes históricos*, que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho.” (IAMAMOTO, 2008, p. 424, grifo nosso).

Mas quais são as possibilidades de uma apreensão consciente da contradição da realidade?

Tal apreensão consciente advém da clareza do significado do trabalho profissional e sua íntima relação com a questão social, elucidando seus limites na intervenção, além de proporcionar clareza nas estratégias que serão usadas para garantir a qualidade e efetividade dos serviços. Essa relação também evidencia o papel do Estado burguês no gerenciamento das políticas sociais, necessárias para a ordem do capital e para atender as necessidades da classe trabalhadora, mas que não podem ser o fim da ação profissional. Tensionar o Estado para cumprir seu papel e a lutar por direitos sociais é, sem dúvida, uma das tarefas do assistente social, mas que não pode se limitar apenas a isso e qualificar a defesa de direitos no marco da emancipação política.

Isto significa pensar a relação entre Serviço Social e questão social sem atrelá-la exclusivamente à luta pelos direitos e pelas políticas públicas, que – *fundamentais e necessários à sociabilidade e materialidade do trabalho nessa quadra histórica* – não cancela o ideário emancipatório da humanidade. Aqui, estou falando de política e de teoria, posto que além de consciência política, *é mister o conhecimento teórico para entender que não se pode enfrentar a questão social sem enfrentar o capitalismo*. (MOTA, 2010, p. 49-50, grifo do autor).

O referencial que o Serviço Social se apropria qualifica e esclarece a intenção das ações desenvolvidas. A defesa de direitos deve ser qualificada pela emancipação política, no marco da emancipação humana (que serão aprofundadas no próximo capítulo), pois assim há um redimensionamento do trabalho no cotidiano profissional.

Perceber, ainda que seja num aspecto contraditório que, ao enfrentar a questão social é, necessariamente enfrentar o capitalismo, é imprescindível para que não se reduza a intervenção profissional e a intensão profissional no marco das políticas sociais simplesmente.

Não se trata mais, nos dias correntes, de procurar identidades, especificidades, teorias ou métodos próprios, mas, de adensar a discussão em trono de temas e questões que permitam particularizar a profissão de Serviço Social no conjunto das práticas sociais da sociedade burguesa, refinando a sua capacidade de conhecer, analisar e transformar o real – e, neste adensamento, o trato *forte* da questão social é um objeto inarredável. (MOTA, 2010, p. 36-37, grifo do autor).

Desse modo, a relação entre Serviço Social e questão social não pode ser simplificada apenas na defesa dos direitos e na oferta pelas políticas sociais. Não se quer, aqui, negar o campo das políticas sociais como espaço de objetivação do trabalho profissional do assistente social, mas é preciso relacionar tal espaço com a postura do Estado burguês que garante, a todo custo, uma confortável situação para o desenvolvimento do capital.

O profissional, enquanto representante do Estado, atende demandas que interferem diretamente na vida da população, na sua dinâmica de organização familiar e nas relações que se inserem.

O assistente social ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais. (IAMAMOTO, 2008, p. 428).

Além da compreensão da relação com a questão social, o profissional, para ter uma apreensão consciente da realidade que se insere, deve ter clareza das suas condições enquanto trabalhador.

A especialidade do trabalho profissional, enquanto trabalho concreto e abstrato, surge nas determinadas condições em que se encontram as relações sociais que inserem sua prática profissional. Seu trabalho enquanto práxis profissional-social, dá-se por distintas mediações que se reconstroem a partir da apreensão da realidade do capital.

[...] para decifrar o trabalho do assistente social como trabalho concreto e abstrato, exige-se particularizar as análises nas específicas condições e relações sociais em que ele ocorre, se a qualidade do trabalho se preserva nas várias inserções, o seu significado social é diferente: a dimensão social desse trabalho realiza-se por mediações distintas em função da forma assumida pelo valor-capital e pelos rendimentos. (IAMAMOTO, 2008, p. 430).

Além da compreensão da sua condição de trabalhador, é preciso uma identidade como parte do conjunto da classe trabalhadora. A vinculação com um projeto societário de superação da ordem necessita dessa vinculação, não para o protagonismo do processo, mas para o fortalecimento dos sujeitos coletivos que assumem tal direção.

O PEP, como um direcionamento social e político para a profissão, não se caracteriza como um conjunto de regras, normas e modelos que o profissional deve seguir. É um direcionamento que a categoria se propõe a assumir em seu trabalho profissional. A referência que ele imprime sobre direito, justiça, classe trabalhadora, emancipação é totalmente contrária àquela hegemônica na sociedade de classes. Por isso, o PEP implica na decisão do profissional em ter compromisso com a qualidade de sua formação, que deve ser permanente.

O método que apresenta, que elucida o movimento constante da realidade, impele a necessidade de repensar o Serviço Social a partir do movimento da realidade. Como direcionamento que necessita apreender o real, o PEP não se encontra acabado, mas em processo de construção permanente, no compromisso inegociável de se pensar no Serviço Social nas determinações da realidade que se insere.

Se a emergência do Serviço Social se deu nos limites do capitalismo monopolista, sua constituição enquanto profissão não se reduz apenas à reprodução do capital, mas em radicalizar a contradição onde encontra sua gênese, como caminho necessário para resistir e apontar para outra direção. Uma apropriação consciente da realidade, além da clareza da força de trabalho do assistente social, reforça a necessidade da qualificação da formação profissional, possibilitando a apropriação do arcabouço teórico que iluminará sua intervenção e a apreensão das medições possíveis da realidade para tal.

Ainda que para sua sobrevivência o profissional tenha que vender sua força de trabalho, ele não limita, simplesmente à realidade, seu trabalho alienado, mas se identifica em quais condições se dá tal atividade, conseguindo recolocar seu trabalho para além da reprodução.

O assistente social é proprietário de sua força de trabalho especializada. [...] Essa mercadoria força de trabalho é uma potência, que só transforma em atividade -, em trabalho -, quanto aliada aos meios necessários à sua realização, grande parte dos quais se encontra monopolizado pelos empregadores: recursos financeiros, materiais e humanos necessários à realização desse trabalho concreto, que supõe programas, projetos e atendimentos diretos previstos pelas políticas institucionais. (IAMAMOTO, 2008, p. 421).

Se o profissional não assume tal compromisso, começa a trazer para si questões que dizem respeito à estrutura da sociedade. Se não tem clareza do perfil do Estado, enquanto Estado burguês, traz para si a incapacidade de atendimento das mazelas em que vive significativa parcela da população.

Iamamoto (2008, p. 431) ressalta que “[...] as insuficiências da interpretação teórico-metodológica da prática profissional são transferidas para a categoria e imputadas às deficiências de sua competência profissional ou às suas opções sociopolíticas.”

Portanto, a partir do legado do Movimento de Reconceituação, sobretudo, na Intenção de Ruptura, o que se apresenta hoje no Serviço Social brasileiro contemporâneo é a radicalização da defesa por uma formação profissional competente. Competente no sentido de oferecer elementos para sua inserção na realidade para além do imediatamente dado. Além disso, a afirmação da legitimidade do PEP, enquanto projeto profissional da categoria, a partir do qual o profissional pode construir sua identidade profissional, relacionada com a totalidade da categoria.

Os desafios que se colocam à objetivação do PEP no cotidiano profissional são inúmeros. Eles retomam diversas questões vinculadas às possibilidades subjetivas e objetivas para o assistente social desenvolver o trabalho profissional, em determinado espaço sócio-ocupacional, a partir do direcionamento social e político por ele apresentados.

Considerando as particularidades da formação do Serviço Social brasileiro e o processo de construção desse projeto coletivo, o que será discutido a seguir, corresponde a essa reflexão no espaço da proteção social especial do município de Franca-SP.

CAPITULO 3 SERVIÇO SOCIAL E A TEORIA SOCIAL DE MARX: O TRABALHO PROFISSIONAL NO GERENCIAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

As dimensões do trabalho do assistente social, sua situação enquanto classe trabalhadora, as condições em que se objetivam esse trabalho, o impacto na população atendida e a insistência em se pautar em um determinado direcionamento ético-político-social, caracterizam o trabalho profissional do assistente social. A possibilidade em se constituir como uma profissão com um projeto profissional hegemônico, evidencia o potencial do profissional na contribuição de processos de emancipação e transformação da sociedade.

Para isso, é necessário considerar a particularidade da realidade em que incide tal trabalho, especificamente, aqui, no campo da Política de Assistência Social, na proteção social especial do município de Franca-SP. Formação, trabalho profissional, PEP e questão social permeiam o cotidiano dos equipamentos da proteção social especial, a partir do que se pode perceber o assistente social como ser social, com limites e possibilidades.

3.1 “Como histórias ambulantes”: formação, trabalho profissional e Projeto Ético-Político Profissional (PEP) – o assistente social como ser social

Não há uma “essência humana” que dirija a história para a luta e a discórdia, ou para a harmonia e a lei. É a ação concreta dos seres humanos que cria sua sociabilidade insociável ou sociável.
Iasi (2011)

A materialidade do trabalho profissional, permeada pelos determinantes do capital através do Estado e da sociabilidade burguesa incide para além do espaço sócio-ocupacional do assistente social. Como necessidade da lógica de (re)produção que transforma tudo em mercadoria, o trabalho profissional do assistente social apresenta como mercadoria sua própria força de trabalho.

A exigência na ordem regida pelo modo de produção capitalista é sempre a criação de valor de uso, portanto, trabalho concreto, trabalho útil. O valor de uso somente se realiza no valor de troca e, portanto, o trabalho se reduz à sua forma abstrata, típica da era do capital. O trabalho abstrato-estranhado submete o trabalho concreto à sua lógica. Dessa forma, é necessário inserir a análise do trabalho do assistente social nessas condições, conforme

apresentado no Capítulo 2 desta dissertação, para que dimensione a complexidade em que se insere enquanto parte da classe trabalhadora e sua intervenção profissional.

Na lógica do mercado, o trabalho é, necessariamente, social. Tal característica não se evidencia de imediato, aparece apenas na relação de troca, porém é imprescindível na análise das relações sociais estabelecidas em uma sociedade determinada pela acumulação e produção de capital.

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso. (MARX, 2008, p. 68).

Se o trabalho produz valor e o resultado do trabalho produz mercadorias, são elas que encarnam o valor do trabalho humano, “[...] seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra.” (MARX, 2008, p. 69).

O cenário do processo de produção de mercadorias, de produção de bens, se dá pelo processo de trabalho que se constitui pelos meios de produção (instrumentos), pelos objetos de trabalho (matérias) e a força de trabalho (que viabiliza o processo), compreendido como forças produtivas. Quanto mais avançam as forças produtivas, mais desenvolvida a capacidade produtiva da sociedade e, conseqüentemente, especializam-se as ocupações no processo produtivo, estabelecendo a divisão social do trabalho.

As forças produtivas não interferem apenas na capacidade técnica, mas também no caráter social. As relações de produção remetem aos meios e objetos de produção, porém há de se considerar as relações sociais de produção que elucidam a historicidade do processo e evidenciam o regime que a produção se submete.

O modo de produção capitalista, mesmo considerando séculos de desenvolvimento e aprimoramento das forças produtivas, necessariamente se fundamenta na produção social da riqueza e na sua apropriação privada. Assim, há uma divisão entre quem produz e quem possui,

[...] a propriedade privada dos meios de produção fundamentais divide-os em dois grupos, com interesses antagônicos: os proprietários dos meios de produção fundamentais – em síntese, *na propriedade privada está a raiz das classes sociais*. (PAULO NETTO; BRAZ, 2009, p. 60, grifo do autor).

Nesse sentido, apreender o trabalho do assistente social, implica entender sua colocação na divisão social do trabalho e, então, sua intervenção nas classes sociais que estruturam essa divisão. A historicidade, a apreensão dos elementos que compõem o determinado estágio de desenvolvimento do capital e a formatação do Estado são essenciais para uma análise que apresenta o trabalho para além do cotidiano, com demandas emergentes, e que descreve em qual contexto se gestam as políticas sociais.

Importa analisar, sob essa lógica, a produtividade do trabalho do assistente social e o direcionamento que adquire, dado o referencial teórico proposto, hegemonicamente, à categoria.

A condição de trabalho não remete apenas a um espaço de objetivação de uma determinada força de trabalho na luta pela efetivação de direitos que têm no Estado o principal referencial, mas, também, à estrutura desses espaços que se dão em uma determinada forma histórica de Estado, o Estado burguês, que legitima e que condiciona o trabalho.

O processo de trabalho e a constituição do Serviço Social perpassam pela formação profissional que deve proporcionar ao profissional, a partir da proposição de vários elementos, a apreensão de uma teoria social que desmistifique o cotidiano, imediatamente dado, na vivência profissional.

Com um conjunto de proposições que constituem um direcionamento social, ético e político ao profissional, a formação profissional deve ser um momento fundamental na qualificação do profissional que lida com a concretude do capital, com os rebatimentos dos interesses do capital na constituição da classe trabalhadora e na redução da intervenção do Estado na garantia dos direitos sociais.

A complexidade do cotidiano profissional impõe significativo desafio à formação profissional, a começar pela graduação. Identificar a formação profissional como o início da construção da maturidade teórico-metodológica do assistente social, como um esforço por um processo qualificado, é imprescindível para um trabalho comprometido com a classe trabalhadora e pela construção de um projeto profissional vinculado a um projeto societário de transformação da sociedade. A dicotomia entre a teoria e prática é recorrente quando o trabalho impõe respostas imediatas a respeito de demandas complexas, diretamente, associadas à questão social, constituinte na estrutura da sociabilidade burguesa.

Para os profissionais entrevistados, a formação profissional, com certeza, foi e ainda é significativa para o cotidiano¹⁷ profissional. Entretanto, com determinantes que a fragilizam e a distanciam da intervenção profissional.

Bom, é... a formação acadêmica, sem dúvidas, ela influencia, assim, consideravelmente, no trabalho. Pois há, assim, uma necessidade constante de nós, enquanto profissionais de Serviço Social, de desvelarmos o imediato, aquilo que nos é apresentado em um primeiro instante. E daí, a importância de ultrapassá-lo em uma perspectiva crítica e entender os elementos que compõem a realidade. Fazer análise de conjuntura, né. Um termo que a gente utiliza muito dentro do Serviço Social, né, captar os rebatimentos da relação entre capital e trabalho e romper com práticas impositivas, que não valorizam a singularidade dos sujeitos sociais, que na verdade é um princípio assegurado em nosso próprio Código de Ética. É, sendo assim, o embasamento teórico, ele é fundamental para oxigenar a nossa prática, né, ou seja, é o que se complementam. E eu sempre digo que a formação acadêmica, ela me propiciou essa compreensão. E, em síntese, pra mim, a teoria nada mais é que a interpretação da vida cotidiana em uma análise fundamentada, histórica e em movimento. (Fernando, assistente social).¹⁸

A formação profissional representa uma profunda e importante influência no cotidiano profissional. Mais do que proporcionar melhor qualidade aos serviços desenvolvidos, ela esclarece em que contexto emerge o Serviço Social e em quais condições se objetiva a intervenção profissional. A possibilidade de articulação com os elementos que apresentam a organização e manutenção da sociedade do capital, de um Estado burguês a favor da permanência e ampliação do capital, potencializa-se no processo da formação profissional.

A vinculação entre forças produtivas, estado social e consciência são mediações necessárias tanto à maneira pela qual o Serviço Social realiza a sua instrumentalidade quanto às elaborações formal-abstratas que os profissionais constroem sobre as relações sociais próprias da sociedade capitalista e que se peculiarizam na intervenção profissional. (GUERRA, 2011, p. 152).

Uma formação profissional, comprometida com o direcionamento ético, político e social da profissão, supera a aparente dicotomia entre teoria e prática e clarifica o cotidiano para uma melhor intervenção profissional.

¹⁷ O cotidiano aqui referenciado remete a uma esfera insuprimível da vida humana, a partir de suas determinações, complexidades, contradições etc. Os estudos de Heller (1989), Paulo Netto e Carvalho (2011) aprofundam mais a respeito desta categoria.

¹⁸ As falas transcritas das entrevistas, depois de corrigidas pelos entrevistados, tiveram ajustes nas pontuações e grafia, a fim de clarificar o conteúdo sem, entretanto, alterá-lo e tampouco perder a característica dos depoimentos.

[...] eu não penso que teoria e prática sejam diferentes, eu acho que são faces da mesma moeda. Só que tem alguns aspectos que na prática a gente não consegue efetivar, né? [...] não que teoria e prática sejam diferentes. Não o são, né? Mas tem algumas coisas que, realmente, a gente não consegue efetivar nessa nossa prática. Onde há facilidades, mas também tem “n” dificuldades, né? E toda essa questão. (Cecília, assistente social).

Eu vejo assim, é... lógico, com toda diferença, maturidade com experiência profissional, mas eu carrego, eu acho que a mesma, a mesma ideia, o mesmo sonho que eu tive, sabe? Lá atrás. E eu acho que influi em todo momento. Por menos que a gente não queira, eu acho que o profissional é reflexo daquilo, que ele viveu na sua época de estudante, que ele acreditou e quis, na sua concepção de trabalho e visão de mundo. (Clarice, assistente social).

A construção da visão de mundo que os profissionais assumem, para além do espaço de objetivação profissional, se fundamenta também no processo da formação. Seja em qualquer espaço sócio-ocupacional da ação do Serviço Social, há a necessidade de se perceber as condições estabelecidas, mas não de se limitar a elas, entender a complexidade do cotidiano, sem isolá-lo do processo histórico, sem culpabilizar os indivíduos que são atendidos, mas compreendendo a totalidade das relações sociais inseridas na sociabilidade burguesa.

Porque, o Serviço Social, em minha opinião, é uma das poucas profissões que te dá uma base, uma visão de mundo. Dessas relações, do porquê da violência, do porquê da pobreza. Eu acho que é uma das poucas profissões que te oferece elementos teóricos para o acesso a essa reflexão. [...] Para não pensar em culpabilizar as próprias crianças, porque de fato acaba que [...] essa própria estrutura, se você pensar é uma higiene social que é feita. E aí, se eu não tenho essa consciência, de também fazer com que essas crianças sejam sujeitos de direitos, que elas possam ter todos os seus direitos garantidos, você não consegue fazer nada, né? E aí eu penso que essa base eu tenho do Serviço Social, né? [...] Mas, assim, o cotidiano, o dia-a-dia, as decisões, as reflexões que você faz com os adolescentes, com as crianças, dessa vivência com os profissionais que trabalham, se eu não tivesse tido essa formação, eu não conseguiria administrar tudo isso, né? De uma forma, que no meu entendimento, eu tento, eu sei que não é o ideal, mas é o que eu busco, é garantir a proteção integral das crianças, sem fazer com que elas sejam culpabilizadas, apesar de todo esse contexto. (Ymah, assistente social).

São sujeitos, formados em tempos históricos diferentes, em espaços diferentes, mas com a proposição de um direcionamento profissional que reafirma o papel da profissão, no fortalecimento de ações contrárias à investida do capital e na luta por relações sociais mais humanizadas.

Se eu não tenho como base o Projeto Ético Político, [...] aquilo que está proposto pra nós enquanto profissionais de Serviço Social, buscar uma sociedade justa, buscar a garantia de direitos, [...] se no cotidiano profissional você não resgata isso e, e tenta “linkar” com a teoria, não é Serviço Social. (Ymah, assistente social).

O direcionamento ético, político e social da profissão, apresentado no PEP, não se descola do concreto da realidade e tão pouco nega a complexidade da realidade onde há a intervenção profissional. O enfrentamento que o profissional faz, constantemente, pauta-se na referência que assume na leitura da realidade, superando o imediato e impele a proposição de uma nova forma de organização societária.

O fato de que a profissão possua uma direção contra aquilo que é posto, hegemonicamente, não significa que não tenha valor e importância na intervenção nessa sociedade gestada nos interesses do capital. Isso, ao mesmo tempo, pontua desafios que o profissional enfrenta no seu fazer do dia-a-dia. Desafios que se evidenciam na constituição de um Estado burguês que não enfrenta a questão social no intuito de viabilizar direitos, que fragmenta a intervenção no atendimento das necessidades sociais e impacta diretamente os espaços que o profissional. Assim, se torna uma dificuldade para o profissional que tem uma direção pautada na perspectiva de totalidade, que busca apreender os vários elementos que compõem a realidade e se materializam nas relações sociais.

As repostas do Estado à *questão social* se realizam por meio de um sem-número de organizações sociais, por meio da fragmentação e setorização das necessidades sociais (daí as políticas sociais no plural), recortando-se em problemas sociais ‘particularidades’ como o desemprego, a fome, o analfabetismo, a doença, etc.), dificultando a explicitação de sua raiz comum numa perspectiva de totalidade, provocando a atomização das demandas e a competição entre os segmentos demandantes do acesso a parcelas do fundo público. (RAICHELIS, 2010, p. 755, grifo do autor).

O profissional, então, necessita da criação de alternativas para intervir, direcionado pelo o que é proposto como projeto profissional, alicerçado, sobretudo, na historicidade, nas relações sociais e na perspectiva de superação da ordem.

A questão-chave deste debate é a de que as alternativas profissionais não são festadas exclusivamente no campo interprofissional, pois elas estão intimamente articuladas e dependentes do processo histórico de nossas sociedades nacionais e que, portanto, não são dadas apenas por uma posição voluntarista, mas por sua dependência das possibilidades históricas. (IAMAMOTO, 1997, p. 126).

Diante dessa complexidade, o desafio é grande para o processo de formação, iniciado na graduação. Além de que, quanto à graduação, é preciso reforçar que se insere a partir de uma Política de Educação¹⁹ que é parte de um Estado que tem investido nessa área somente como formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, não alargando a possibilidade de formação e desenvolvimento de cidadãos.

Mas pensar o trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche requer também tratar o processo de formação essa força de trabalho qualificada no âmbito do ensino universitário, sujeito às injunções econômicas, políticas e ideológicas da prevalência dos interesses grande capital e de seus centros estratégicos mundiais. (IAMAMOTO, 2008, p. 432).

A graduação não apenas proporciona a formação dos profissionais para o cotidiano dos equipamentos que viabilizam o acesso aos serviços e programas das políticas sociais. Também trata da dimensão intervencionista do assistente social, que acompanha uma dimensão investigativa, que propõe a esse profissional uma constante necessidade de associar-se à pesquisa.

Entretanto, a política de Educação em curso, tem sucateado às áreas de conhecimento das humanas e ciências sociais aplicadas que, diretamente, no desenvolvimento de suas pesquisas, não têm resultados rentáveis à produção e ampliação de capital. Assim, tem-se um limite no processo de graduação, com falta de recursos para o desenvolvimento de pesquisas e projetos, quadro de docentes incompleto, entre outras limitações.

Com as falhas e limites da graduação, ela por si só não é suficiente. Ainda que com as dificuldades apontadas, uma profissão que considera o movimento permanente da sociedade precisa estar em processo de formação e capacitação constante qualificando sua intervenção.

O assistente social é proprietário de sua força de trabalho especializada. Ela é produto da formação universitária que o capacita a realizar um “trabalho complexo”, nos termos de Marx (1985). Essa mercadoria força de trabalho é uma potência, que só se transforma em atividade -, em trabalho -, quando aliada aos meios necessários à sua realização, grande parte dos quais se encontra monopolizado pelos empregadores: recursos financeiros, materiais e humanos necessários à realização desse trabalho concreto, que supõe programas e projetos e atendimentos diretos previstos pelas políticas institucionais. (IAMAMOTO, 2008, p. 421).

¹⁹ Não cabe aqui aprofundar a atual situação em que se encontra a Política de Educação, mas é preciso ressaltar que o sucateamento do ensino público, gratuito e de qualidade vem marcando a triste realidade brasileira. A prioridade de investimentos por parte do Estado, não encontra nos espaços desta Política seu foco. Como exemplo disso, tem-se o movimento de significativa parcela das universidades federais brasileiras no ano de 2013, com um movimento grevista que mobilizou discentes, docentes e técnicos administrativos na luta por uma Educação de qualidade, por um longo período e que ecoa até os dias de hoje.

É imprescindível que a formação seja um processo de capacitação constante, sem o intuito de especializar o profissional de acordo com espaço sócio-ocupacional, mas contribuir para uma constante aproximação às particularidades presentes no cotidiano. Importa também na diversidade da demanda que atende, tanto da população como do Estado, sociedade, etc.

[...] eu atuo como assistente social desse novo projeto (na verdade, se caracteriza como serviço e não projeto) que é [...] um trabalho de âmbito domiciliar, previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, executado pela Casa São Camilo de Lellis, em parceria com o CREAS e com a Prefeitura de Franca. E este, tem como objetivo, atender famílias compostas por idosos e pessoas com deficiências, que apresentem determinada limitação e tenham tido algum direito violado. Um dos principais objetivos é justamente prevenir tais violações que, na verdade, né, ocorrem em suas diversas ramificações, né. Compreendendo, assim, o contexto em que as relações sociais são construídas, além de procurar, também, amenizar a sobrecarga daqueles que prestam os cuidados básicos ao usuário, ou usuária, né, almejando contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, estimulando, ainda, o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e nas orientações relacionadas aos seus direitos sociais. (Fernando, assistente social).

A demanda de atendimento, em qualquer espaço, além de trazer consigo a necessidade de apropriação de um arcabouço legal, as possibilidades de intervenção, as necessidades específicas do diverso público de atendimento, as condições em que estão esses sujeitos, evidencia a necessidade em apreender qual a finalidade da intervenção profissional, a condição enquanto trabalhador assalariado, a concepção de direito e cidadania que referencia e para qual Estado submete sua força de trabalho.

É preciso pontuar que o aparato legal-operativo apresentado ao assistente social não pode ser equiparado com o marco teórico-metodológico que orienta uma intervenção crítica. Reduzir o segundo ao primeiro, ou uma apropriação acrítica do aparato legal, apresenta-se como um dos desafios que o Serviço Social tem na categoria profissional.

A expectativa que se tem, então, da categoria dos assistentes sociais, é que eles aparentam ser profissionais polivalentes capazes de: articular as demandas, compreender o limite colocado pelo Estado burguês, perceber as manifestações da questão social que incide sobre a população e sair ilesos, sem atingir sua condição enquanto ser social, sua subjetividade que, diante das demandas de intervenção sofre impacto, mais do que cansaço. O sentimento de impotência não consegue, por vezes, facilitar a superação da situação de violência que vivencia a população atendida.

[...] para decifrar o trabalho do assistente social como trabalho concreto e abstrato, exige-se particularizar as análises nas específicas condições e relações sociais em que ele ocorre, pois, se a qualidade do trabalho se preserva nas várias inserções, o seu significado social é diferente: a dimensão social desse trabalho realiza-se por mediações distintas em função da forma assumida pelo valor-capital e pelos rendimentos. (IAMAMOTO, 2008, p. 430).

A definição do trabalho do assistente social enquanto trabalho concreto e abstrato, o condiciona, portanto, a uma necessidade de contribuição na (re)produção das relações sociais nos processos do trabalho coletivo, organizados a partir da divisão social e técnica do trabalho. Considerando suas particularidades (como parte do trabalho coletivo e socialmente determinado), tais processos condicionam a inserção da atividade do assistente social, mas a definem como um único processo de trabalho desse profissional (IAMAMOTO, 2008, p. 430).

Sua dimensão teórico-prática é imprescindível para que, ao se perceber o trabalho, sua prática cotidiana seja concebida enquanto práxis profissional-social, indissociável de uma teoria social que ilumina e clarifica a prática, espaço da intervenção profissional. Porém, não é porque é uma profissão que se propõe a descortinar a complexidade da realidade e intervir nas relações sociais constituídas na sociabilidade burguesa, que esse profissional esteja protegido emocionalmente e não se solidarize com o seu público de atendimento. A condição enquanto ser social, trabalhador, compreende sua condição social, política, econômica, cultural e emocional.

A carga de trabalho e a particularidade do público atendido, sem dúvidas, recaem sobre o profissional que, por vezes, adoece. Pelo acúmulo de trabalho, acaba por prender-se à superficialidade da realidade, apenas com o atendimento emergencial, sem possibilidade de apreender a totalidade tão necessária para sua condição de trabalhador que também pode realizar trabalho concreto como atividade crítica, criativa, útil e humanizadora (ainda que submetida ao trabalho abstrato, alienado-estranhado, ao valor de troca, impostos pela sociabilidade do capital).

O assistente social é, sobretudo, trabalhador e sua condição de trabalhador não se separa do indivíduo, dos desejos, dos sonhos, das vontades. A apreensão da sua dimensão enquanto trabalhador e seus limites profissionais (que são objetivamente dados pela especificidade da divisão social), entretanto, se diferem em cada pessoa, cada assistente social. Assim sendo, não apenas a formação profissional determina o direcionamento político e social do trabalho, não apenas as condições objetivas, a considerar cada espaço sócio-

ocupacional, sua subjetividade, sua consciência, também constituem sua condição enquanto trabalhador (suas condições subjetivas).

[...] para além das dimensões objetivas que conferem materialidade ao fazer profissional, é preciso considerar também, e de forma nem sempre convergente, o modo pelo qual o profissional incorpora na sua consciência o significado do seu trabalho, as representações que faz da profissão, a intencionalidade de suas ações, as justificativas que elabora para legitimar sua atividade – que orientam a direção social do exercício profissional. (RAICHELIS, 2010, p. 752).

A compreensão que cada profissional tem da sua condição enquanto trabalhador representa como ele (a) incorpora - na sua consciência - as suas condições como trabalhador e os desafios profissionais enfrentados. Ao considerar sua condição enquanto ser social considera seu processo histórico (as condições em que se desenvolve). A definição apresentada por um dos entrevistados clarifica bem isso, a concepção de ‘história ambulante’, um ser nunca acabado, sem formas a seguir, sem padrão a cumprir.

[...] eu lembro que era uma das coisas assim, eu acho que na época que eu fiz faculdade, tinha muito isso, né? Só, profissional tem que ser totalmente, né? Não trazer os seus conflitos, suas... a gente busca realmente não levar, mas é impossível. Eu me desfazer disso, né? Eu sou uma história ambulante, né? Você carrega, então não tem jeito. [...] É por isso que a gente tem que se conhecer também, pra prática, né? Você tem que conhecer seus limites, seus medos, seus preconceitos, [...] pra você conseguir ter uma boa atuação, [...]. Por exemplo, na liberdade assistida, a gente atende adolescentes que cometeram infração, né? Então, adolescente que, muitas vezes ele fez coisas que são totalmente absurdas pra mim. Roubou, matou, machucou alguém, ta vendendo drogas, estuprou, bate na mãe, maltrata a mãe, às vezes um avô. Então, assim, totalmente desconhecido, estranho pra mim e absurdo dentro dos meus valores, né? E muitas vezes eu tenho que mergulhar naquela história dele pra entender algumas coisas, o porquê daquilo, o porquê daquela atitude, pra eu poder ajudá-lo. E aí eu saber “não peraí, esse adolescente, ele tá vindo aqui pra mim, (ele é um travesti muita das vezes)” [...]. Então, como me portar? Como respeitá-lo, né? Porque é um ser humano como qualquer, é lógico. Então, como que eu vou respeitar, como que eu vou conseguir ouvir o que ele tá me dizendo, senão eu vou ficar prestando atenção o tempo todo na vestimenta dele. (Raquel, assistente social).

O conceito que a entrevistada apresenta de ‘história ambulante’, evidencia o potencial que o ser social possui. Por vezes, pode passar a ideia de um ser nunca acabado e sem padrões a seguir, movido pelo senso comum. Em outras palavras, direcionar a prática às aparências e distante de referencial teórico-metodológico. O potencial apresentado na ideia de ‘histórias ambulantes’ se materializa na possibilidade de superação de níveis de alienação de contribuir

de fato na construção de uma ordem societária que não tenha a característica da exploração do homem pelo próprio homem. Porém, para isso, o ser, o profissional, possui uma percepção da vida para além dos espaços de objetivação de sua força de trabalho, remete à sua própria constituição de ser, sua consciência como ser social.

Partindo de uma compreensão marxista, o processo de consciência é visto, de forma preliminar e introdutória, como um desenvolvimento dialético, em que cada momento traz em si os elementos de sua superação, em que as formas já incluem contradições que, ao amadurecerem, remetem à consciência para novas formas e contradições, de maneira que o movimento se expressa num processo que contém saltos e recuos. (IASI, 2011, p. 11-12).

O perfil que se apresenta sobre o profissional do Serviço Social não pode se distanciar da percepção de que este profissional se constitui a partir de um ser social, com suas vivências, subjetividade, relações familiares, enfim, nas relações sociais. No processo de formação profissional, não se propõe à negação de todo o processo de vida do sujeito e tão pouco à dicotomia da condição de trabalhador da condição de ser social. Esse ser, como uma ‘história ambulante’, insere-se no processo de formação. Assume então um compromisso individual a partir do compromisso coletivo da categoria e acaba por assumir uma visão de mundo que não se circunscreve apenas no espaço sócio-ocupacional, mas como uma postura para a vida.

Porém, ao se considerar isso, compreende-se a heterogeneidade que compõe a categoria e como o projeto profissional coletivo dessa profissão é apropriado de diversas formas pelos profissionais.

A cada passo, o novo ser vai criando a base sobre a qual estruturará seu psiquismo e sua personalidade, ao mesmo tempo em que se amolda à sociedade da qual está interiorizando as relações e formando, a partir delas, a consciência de si e do mundo. (IASI, 2011, p. 18).

Sem aprofundar a complexidade do processo de formação de consciência²⁰, importa salientar que é preciso considerar, em uma análise da efetivação dos pressupostos do projeto profissional, algo que não pode ser executado mecanicamente. Deve se considerar sua condição enquanto sujeitos, como classe trabalhadora que se propõe a seguir um

²⁰ A autora pretende, na continuação de sua formação, aprofundar no processo de consciência dos seres que compõem a categoria profissional dos assistentes sociais, dada a especificidade da profissão, a concepção de sujeitos sociais e o direcionamento proposto para a profissão embasada em um referencial teórico-metodológico que apresenta a perspectiva de revolução e superação da ordem estabelecida.

direcionamento social e político contra-hegemônico, enfrentando as condições objetivamente dadas.

Se o processo social abre possibilidades para a ação profissional, em cada conjuntura, as alternativas não se darão mecanicamente: são fruto da capacidade teórica e política dos profissionais de se apropriarem dessas possibilidades históricas e de traduzi-las em alternativas profissionais. (IAMAMOTO, 1997, p. 128).

A inserção do (a) profissional, no marco da sociedade capitalista, impõe a necessidade de entender a sua condição de sujeito e considerar sua inserção nas relações sociais que são estabelecidas em determinada organização societária, no caso, organizada a partir dos interesses de produção e ampliação do capital.

No *elo* que se estabelece entre condições de *existência* e formas do *pensamento* localizam-se as possibilidades de apreensão da racionalidade constitutiva da ordem social capitalista, já que a consciência social ao mesmo tempo expressa e constitui as relações sociais. (GUERRA, 2011, p. 151, grifo do autor).

A clareza de como se processa as relações sociais é apresentada no referencial teórico inspirado na teoria social de Marx, que orienta o desvelamento da trama do capital imbricada nas relações sociais e na sociedade.

Sendo assim, a formação profissional que se coloca no Serviço Social, inspirada no Projeto Ético-Político Profissional (PEP), apresenta a possibilidade do desenvolvimento de uma visão social de mundo (LOWY, 1988) que contribui para o trabalho profissional, mas que supera a intervenção profissional em si e recoloca o sujeito na sociedade. Faz isso a partir de um entendimento das relações sociais, da percepção da luta de classes e da necessidade de fortalecer os processos que se opõem à ofensiva do capital, vislumbrando a construção de um projeto coletivo de uma nova ordem social.

Mas reforça-se que é necessário, para condição de trabalhador do assistente social, um referencial que embase o direcionamento teórico-metodológico. Conforme apresentado no capítulo anterior, a construção do que se denominou o PEP, foi um importante momento no processo de reconceituação da profissão, quando se qualifica o projeto profissional e o vincula, ainda que heterogeneamente, a projetos societários comprometidos com a transformação social.

O PEP tem suas bases na perspectiva da intenção de ruptura (PAULO NETTO, 2007), ainda que tenha se objetivado como projeto profissional, como direcionamento ético, político e social, a partir dos anos de 1990.

Esquemáticamente, este projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da *liberdade* como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o *projeto profissional* vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional. (PAULO NETTO, 1999, p. 104-105, grifo do autor).

A vinculação do PEP com conceitos como justiça social, classe social, liberdade, dentre outros, qualifica o direcionamento político proposto por esse projeto profissional. Uma possibilidade para potencializar a realização desse projeto se dá apenas quanto à categoria dos assistentes sociais vincular-se a outras categorias, com movimentos que centralizam e organizam, coletivamente, a luta da classe trabalhadora, tanto urbana como rural.

A formação também se torna essencial ao PEP, pois é o espaço onde é possível oportunizar o fortalecimento da categoria que, necessariamente, precisa estar com uma base organizada para que ganhe legitimidade e torne-se referência na sociedade. Pois, “[...] a experiência profissional tem comprovado que para um projeto profissional se afirmar na sociedade, [...] é necessário que ela tenha em sua base uma categoria fortemente organizada.” (PAULO NETTO, 1999, p. 105).

Nesse sentido, tanto os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) têm se apresentado como importantes referências à categoria que vislumbra uma possibilidade de articular lutas do cotidiano com toda a categoria. Além desses órgãos desempenharem o papel de fiscalização quanto às condições de trabalho do assistente social, condições de trabalho (salas de atendimento de acordo com o proposto pela legislação, dentre outras), cumprimento da Lei 12.317/2010 quanto às 30 horas de trabalho semanal, também articulam-se com os movimentos da sociedade e fortalecem as bandeiras de luta (contra homofobia, legalização do aborto, dentre outros). Ainda promovem encontros, fóruns e congressos que proporcionam espaço de discussão e reflexão acerca do cotidiano profissional e o direcionamento ético, político e social que a profissão assume.

Esse perfil das entidades do Serviço Social não é comum entre outras categorias. Aliás, a formulação de um projeto profissional com um direcionamento como aquele apresentado pelo PEP não é comum em outras profissões, destacando sua importância em processos de contraposição à ordem vigente na atual sociabilidade (uma particularidade que vem marcando o Serviço Social).

Para um dos entrevistados, ainda que consideradas as condições dos profissionais e a conjuntura, o marco do PEP revela um redirecionamento da profissão e a afirmação de um novo caminho ao projeto profissional. Quanto à viabilidade da mudança da realidade e a quem cabe o protagonismo nesse processo, abordar-se-á mais adiante.

[...] um direcionamento na condução do nosso trabalho, do que um fim, propriamente dito. Eu acho, eu não sei, às vezes eu penso muito nisso, nós somos a única categoria profissional que tem um Projeto Ético Político definido, né? E eu acho que tem a ver com a nossa história. A nossa profissão ela tem, ela teve uma intencionalidade na sua criação, né? Que é totalmente divergente dessa que a gente se propõe hoje. [...] Mas eu acho que o sonho de se construir, de se ter uma sociedade como a gente idealizou, ele ficou mais distante. Não só. Porque eu acho que a nossa profissão, ela tá dentro de um contexto, hoje isso, também, se traduz nos partidos políticos, em outras dimensões. (Clarice, assistente social).

O PEP não apresenta, e nem deveria apresentar, modelos e formas de intervenção. Expressa, sim, um direcionamento social, político e ético à categoria profissional. É preciso destacar que tal direcionamento não se apresenta como homogêneo entre os assistentes sociais, como qualquer outra profissão, já que, como foi analisada, essa categoria é constituída por indivíduos que com suas particularidades foram compondo a categoria dos assistentes sociais.

Para os profissionais entrevistados, o cotidiano é impensado sem o PEP. A defesa e o reconhecimento da liberdade enquanto valor ético-central é essencial para o direcionamento das ações. Os profissionais têm a clareza de que se trata de um projeto em constante construção, sendo que a importância das diretrizes desse projeto para a categoria é extremamente heterogênea.

Falar do Projeto Ético-Político do Serviço Social pressupõe pensar na sua estrutura básica reconhecendo a liberdade como valor central. Significa falar em equidade e justiça social na defesa dos direitos humanos, no repúdio dos preconceitos. Pressupõe, ainda, a luta pela democracia, a ampliação e consolidação da cidadania. Implica no compromisso com o aprimoramento profissional, com a competência, com a qualidade dos serviços prestados à população, com o desafio da participação dos usuários, com a articulação e

interlocução com as outras ciências sociais. O PEP é também um processo, em contínuo desdobramento. Tudo isso está implicitamente relacionado com as questões do cotidiano profissional. (Cora, assistente social).

[...] o Projeto Ético-Político, [...] o profissional tem que ter diretrizes, juntamente com ele, né? Pra direcionar nossa linha de trabalho. Porque a gente esbarra em alguns momentos de que, às vezes, pra outras pessoas não é tão importante você seguir uma ética, um projeto, uma linha de trabalho. Então, a importância de você ter isso arraigado pra que você tenha diretrizes, tenha bases de como você trabalhar, de como você direcionar o serviço. Então, eu vejo que é fundamental. (Adélia, assistente social).

É preciso pontuar que a conquista e defesa dos direitos por si só não são suficientes, mas necessárias e qualificadas na perspectiva da emancipação política. Mas o referencial posto no PEP não se reduz apenas à emancipação política. Aliás, ela faz parte do que se propõe como outra organização societária, necessariamente, vinculada com outros projetos sociais mais amplos. Ainda que na discussão teórico-metodológica do Serviço Social a concepção da amplitude, desse projeto, seja heterogênea, é preciso ressaltar que a referência é a contribuição na construção de um projeto de superação da ordem e não de ajustes ao capitalismo.

O que se propõe como PEP não deve ser compreendido como algo a ser aplicado, mas sim para servir como referência que não se objetivará, completamente, no limite dessa sociedade, mas que, constantemente, aponta para outra sociabilidade. Assim, nesse cenário, considerar o processo em que se gesta o Serviço Social e o contexto que permeia o processo.

Pensar no Serviço Social, mais do que considerar sua contemporaneidade (e assim refere-se desde o Movimento de Reconceitualização) é remeter às *protoformas*²¹ do Serviço Social e toda trajetória dessa profissão, a busca constante pela superação com o conservadorismo e a afirmação de direitos referenciados nos direitos humanos, potencializando, dessa maneira, sua intervenção profissional.

Bom, eu acho que, assim, em um primeiro momento, como você destacou a questão do Projeto Ético-Político, eu acho que é importante ressaltar que ele é, ele foi e ainda é, um marco na trajetória da nossa profissão, né. É, e ele é uma construção da categoria. E traz também eixos fundamentais no que se refere à intervenção e a preocupação no rompimento com o conservadorismo, né, que ainda permanece, apesar, de ter caminhado muito, ainda há práticas muito conservadoras. Então, isso ainda é um desafio, né? E, em destaque, eu gostaria de sublinhar o compromisso com a classe trabalhadora e a luta pela garantia de seus direitos, a preocupação da

²¹ Termo usado por Yamamoto e Carvalho (2009, p.166, grifo do autor) para remeter ao início da profissão que considerando o contexto e o imperativo da sociedade dado o estágio de desenvolvimento do capital e o período de guerras. “[...] o que se poderia considerar como *protoformas* do Serviço Social, como hoje é entendido tem sua base nas obras e instituições que começam a ‘brotar’ após o fim da Primeira Guerra Mundial.”

qualidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de aprimoramento sistemático, né, que isso também é importantíssimo para nossa intervenção. E, vale lembrar também, que o Projeto Ético Político, né, enquanto o subsídio à nossa prática, ele se contrapõe ao modelo de projeto societário vigente, onde ainda rege a opressão, a desigualdade, né. Ele preza pelo princípio, pelos princípios fundamentais, como a liberdade, a emancipação, a equidade, a justiça social e, também, por uma nova sociedade, não regida pelos mandos, né, do capitalismo. E, eu tenho ciência de que é fundamental sua presença em minha atuação e que, ainda, há grandes desafios para que ele, de fato, se materialize no cotidiano profissional. (Fernando, assistente social).

A percepção do significado do PEP, como apresentado na fala anterior, elucida o que já foi abordado que o projeto não se comporta como algo a ser aplicado, mas sim como direcionamento a ser materializado no cotidiano.

Entretanto, a apropriação do PEP não ocorre da mesma forma para cada profissional. Nessa direção é preciso o respeito às diferenças dentro da própria categoria, conforme aponta Paulo Netto (1999, p. 96, grifo do autor).

A afirmação, no seu interior, de um projeto profissional não suprime as divergências e contradições. [...] a elaboração e a afirmação (ou, se quiser, a construção) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o *pluralismo* é um elemento factual da vida social e da profissão mesma, cabendo o máximo respeito a ele, respeito aliás, que é um princípio democrático.

O pluralismo, que não pode ser simplificado no ecletismo é, na verdade, o reconhecimento de que cada ser é um e que, quando parte de um sujeito coletivo, não inibe sua singularidade e que, portanto, a profissão é um espaço plural na construção de um projeto profissional que, hegemonicamente, predomina na categoria.

Dizer isso não significa que se eliminam o debate, as divergências, as lutas. Pelo contrário, é a partir disso que se estabelece um direcionamento que se vincula com a classe trabalhadora e com projetos sociais que apontam para a superação da ordem, o que deve ser compreendido com veemência e radicalidade. Porém, essa questão tem sido, por vezes, mal interpretada e ainda dá margem para constatar que, na prática, no cotidiano, objetivamente, do assistente social, a teoria não tem espaço e correspondência com a realidade.

Eu acho que ele é essencial. Ele é essencial. E um profissional que, que não conhece ou não compactua com nosso Projeto Ético Político, eu acho que ele é facilmente percebido. Pelo menos eu percebo, entendeu? [...] Projeto Ético Político aceita pluralismo. E é lógico, né? Mas eu sou meio, sabe? Assim,

pra mim é difícil algumas coisas. [...] Porque eu acho que ele é muito claro. Luta de classes, né? Classes antagônicas, busca da igualdade, respeito, equidade, justiça social. Isso é muito claro no nosso Projeto e no nosso Código de Ética. Então, poxa, como que você foge disso na nossa atuação? [...] Claro que o [...] Projeto é um Projeto de uma categoria. Sim, ele é projeto coletivo. Mas que tem, ali, todas as impressões também, pessoais, né? [...] Mas é muito complicado quando você vê... [...] você encontra profissional com desrespeito, ainda com uma atuação conservadora, né? Então, eu acho que ele é essencial pra nossa prática. E eu acho que é ele permeia a prática, ele que direciona mesmo. (Raquel, assistente social).

Não há como um projeto impor a cada profissional uma forma para se trabalhar, mas é necessário ter atenção às ações desenvolvidas pela categoria e sua congruência com o direcionamento social, ético e político, explicitado pelo PEP. A clareza no posicionamento não significa respeitar as bases da desumanização. O PEP apresenta a defesa de níveis crescentes de emancipação, ainda que dentro do capitalismo, mas em uma perspectiva de reformas desse capitalismo, tensionando para sua superação. Esse tensionamento evidencia que o capitalismo e o próprio capital já não suportam reformas na direção de direitos mais amplos, universais e que recoloca discussões sobre como conviver com essa sociabilidade e a relação com o projeto profissional da categoria.

Isso propõe duas opções: a radicalização do PEP (a opção mais assertiva) ou uma absoluta adequação à ordem atual. A tensão, então, para a categoria profissional entre o direcionamento proposto e as condições objetivamente dadas. Por isto é preciso que o assistente social se proponha a discutir o significado social e político do profissional, qualificando e potencializando sua intervenção. Caso contrário, pode incorrer em uma apropriação acrítica da lógica de organização da sociedade do capital.

O entendimento da dimensão política do direcionamento vai além da defesa de direitos. O PEP carece da dimensão da economia-política, significando que a afirmação de direitos é importante como acúmulo de forças, mas retirada da economia, da base que sustenta a (re)produção do ser social, prende-se aos limites do capital.

Ao relegar as discussões sobre o significado social e político da profissão a segundo plano, em detrimento das formas de realizar a intervenção, ao conceber as relações sociais entre sujeitos envolvidos neste processo como neutras, ao não atribuir a devida importância às formas de representação que informam a profissão – a sua razão de conhecer –, os assistentes sociais suprimem o conteúdo social de suas ações e incorporam (acriticamente) o conteúdo funcional e tradicionalmente atribuído pela ordem burguesa. (GUERRA, 2011, p. 150).

O PEP traz uma identidade para a categoria dos assistentes sociais, não uma identidade para o profissional. O profissional necessita, a partir desse projeto profissional, criar sua identidade com esse projeto que é coletivo e potencializar, então, sua intervenção profissional. Porém, com apontado no capítulo anterior, tal Projeto não altera o processo de vida dos sujeitos e não muda a individualidade deles. Porém nesse nível, persiste a indagação: é possível uma categoria profissional (considerando sua heterogeneidade) hegemonicamente ter um único direcionamento ético, político e social?

Sujeitos com histórias de vida diferentes, com apropriação diferente do direcionamento da profissão, compõem a coletividade da categoria dos assistentes sociais. Quanto a essa consideração, um dos entrevistados ressalta sobre a necessidade da capacitação permanente.

Para isso são imprescindíveis o apoio e o entendimento das chefias que essa capacitação do profissional vá além de uma especialização quanto ao espaço sócio-ocupacional onde se insere. É importante, sim, por meio dos gestores, a oferta de cursos de capacitação que correspondam especificamente ao público de atendimento, mas também a garantia da formação continuada enquanto categoria, como assistente social.

Tal capacitação se apresenta como uma possibilidade de aproximação ao direcionamento da profissão, não que com isso seja possível alcançar uma identidade única para os profissionais. Pode, e certamente há, unidade na diversidade.

Olha eu acho, assim, até nesse momento que a gente vive, até que existe. Mas precisaria existir mais. Nós trabalhamos na proteção especial, no local que os profissionais precisam ser especializados. Então essa capacitação tem que ser continuada mesmo, tem que ser permanente. Até o respaldo que nós deveríamos ter, emocional eu acho. Eu acho que a carga emocional aqui que a gente, a sobrecarga, é muito grande, né? Às vezes eu nem percebo, outras pessoas que dão notícia de mim pra mim. Então alguém fala assim: “nossa, como você tá, tá irritada. Nossa, como você tá estressada.” [...] E eu acho que, a gente, eu acho que existem duas coisas. Uma que, os nossos, né? Chefes e tal, né? O nosso trabalho. Deveria ser oferecido estrutura, e a estrutura inclui a capacitação permanente. Então, hora ou outra a gente tem essa capacitação, mas não de forma, permanente. [...] Porque eu acho assim, também, a boa prática, ela vem de conhecimento e o conhecimento te traz às vezes, te ajuda emocionalmente. Eu, eu tenho essa noção. Eu saber que aquilo acontece por isso, muitas vezes. Então, me ajuda. (Raquel, assistente social).

A capacitação deve ser compreendida como uma possibilidade de potencializar a dimensão técnico-operativa do profissional, a fim de instrumentalizar sua intervenção na realidade em constante movimento, para superar a imediatividade dos fatos. Assim, pode o

profissional ter a clareza de sua ação e não assumir para si questões que dizem respeito à ordem estabelecida e para não se consumir pelo dia-a-dia.

A capacitação também contribui na dimensão teórico-metodológica e ético-política, uma vez embasada e inspirada na teoria social marxiana, que desvela o real e potencializa as ações no sentido de construção de outra sociabilidade.

A apropriação da dinâmica da sociedade, do movimento do real, e a apreensão da lógica de produção e ampliação do capital, indispensável à práxis profissional-social, podem ser potencializadas e aprofundadas por meio de um processo permanente de capacitação profissional.

Conforme apresentado nas Considerações Iniciais, o espaço de pesquisa e investigação do exercício profissional se deu nos equipamentos da Política de Assistência do Município de Franca, no âmbito da proteção social especial, que é o que se atentará a seguir.

3.2 O cotidiano nos equipamentos da proteção social especial de Franca-SP e o contraditório gerenciamento da questão social

*A profissão só pode se propor como alternativa, portanto,
na medida em que articular, facilitar e reforçar
o desenvolvimento desse projeto social
organizado em torno dos interesses populares,
como convocatória de nova hegemonia.
Iamamoto (1997)*

Os profissionais entrevistados trabalham nos equipamentos da proteção social especial da Política de Assistência Social, conforme já apontado, do município de Franca-SP. Ainda que com suas particularidades, o município possui características que apresentam congruências com a política macroeconômica em curso, nacional e internacional, com diminuição de investimento nas políticas sociais, terceirização de serviços com redução do Estado no campo dos direitos sociais, intensificação desse mesmo Estado no sentido de estimular a sociedade de mercado, arrecadação tributária que privilegia quem se apropria da riqueza socialmente construída, incentivo à apropriação privada das terras sem efetivar uma Reforma Agrária, dentre outras.

Observamos no cenário nacional demandas comuns e que no município de Franca também estão presentes, e tal situação não poderia ser diferente. Vivemos numa sociedade globalizada, onde as demandas sociais sofrem reatamentos de todos os fenômenos econômicos, políticos sociais, principalmente aqueles relacionados às crises do capitalismo. [...]

Acreditamos, ainda, que os problemas sociais vivenciados pela população do nosso município, quanto no país e mais amplamente no mundo, são rebatimentos da questão social que expressa as contradições entre capital e trabalho, tendo como determinante o empobrecimento da classe trabalhadora, dados pelo modo de produção capitalista. (Cora, assistente social).

A leitura da realidade apresentada pela entrevistada é importante, pois, mesmo que haja distância entre o que se deseja e o que é possível fazer, é preciso conhecer seu espaço de intervenção contraditório, mesmo que se gerencie o que é instituído, para tensionar permanentemente, acumular forças e resistir conscientemente.

Município do interior paulista, localizado na região nordeste do Estado de São Paulo, Franca possui, segundo o Censo 2010, uma população de 318.640 habitantes. Desta população, 2.477 famílias (96.462 pessoas) vivem com um rendimento mensal entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo, 68.473 pessoas não possuem nenhum tipo de rendimento e 26% da população está na faixa etária entre 15 e 29 anos (IBGE, 2010, on-line).

O município ainda não alcança todas as demandas. O serviço público se submete a legislação que muitas vezes reduz sua autonomia como ente federado. As questões da lei de responsabilidade fiscal que limita o percentual de gastos com pessoal, além da imposição legal de aplicação de 15% na área da saúde e 25% na área da educação interferem na redistribuição orçamentária entre as demais políticas públicas. [...] O município de Franca, se comparado com outros de porte semelhante, possui uma arrecadação menor que também afeta na definição orçamentária para a área da Assistência Social. No entanto, é preciso destacar que nesta administração temos direcionado nossas ações na busca permanente da implementação do processo de reordenamento dos serviços, com a ampliação do quadro de pessoal, com melhoria nas instalações físicas, aquisição de equipamentos necessários para o trabalho, implementação de novos serviços, aumento significativo no repasse de recursos financeiros para as organizações sociais que prestam serviços da política de assistência social. (Cora, assistente social)

Mais precisamente no âmbito da Política de Assistência Social, na proteção social especial, o município conta com um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), espaço analisado no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como já apresentado nas Considerações Introdutórias, cujo título foi “O trabalho profissional do assistente social no Centro de Referência Especializado da Assistência Social no município de Franca.” (BRANT, 2010). Além do CREAS, há o Abrigo Provisório, Recanto Samaritano, Programa Família Acolhedora e 13 instituições de acolhimento, segundo levantamento da Prefeitura.

Organizada a partir de uma Diretoria de Divisão da Proteção Social Especial dentro da Secretaria de Ação Social (SEDAS), desenvolve diretamente alguns serviços, possui convênios com as instituições de acolhimento, parcerias com Igrejas que garantem a maior parte dos serviços e do atendimento, tanto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) como no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Aprovada em 2004, a PNAS inaugurou uma nova roupagem à política de Assistência Social que sempre carregou um forte vínculo de bem-estar e caridade. A definição da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, online), como direito social e dever do Estado, constituinte no tripé da Seguridade Social, redesenha o formato dessa política, adquire a função de proteção e a coloca como central na garantia, de quem dela necessitar, da satisfação das necessidades básicas. A fragilidade da Política está em não esclarecer ao público ‘a quem dela necessitar’ e ter por subsídio os mínimos sociais sem reforçar a garantia, de fato, das necessidades básicas.

No caminho de amadurecimento dessa Política, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, reforça o status de direito social e a PNAS, clarifica seu gerenciamento e identifica o público de atendimento e a partir da sua complexidade.

A Política de Assistência Social é responsável pela organização e realização de um conjunto de ações que garantam o atendimento das necessidades básicas do cidadão, visando o enfrentamento da pobreza e a universalização dos direitos sociais (artigo 2º, parágrafo único da LOAS). Marca uma nova etapa na construção dessa política a aprovação da NOB/SUAS – 2006, que materializa o conteúdo da LOAS. Nesse sentido, os gestores e trabalhadores têm papel efetivo na consolidação da política pública de Assistência Social. [...] Organizar a assistência social como política pública, construindo o reordenamento necessário, é um desafio, não só para o município de Franca, mas para todo o território nacional. Estamos dando os primeiros passos numa trajetória que será bastante longa. O órgão gestor executa alguns serviços no nível de proteção social especial, seja de média e alta complexidade, e conta com organizações sociais que integram essa rede prestadora de serviços. (Cora, assistente social).

Para o seu gerenciamento apresenta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que se caracteriza por um sistema público, não contributivo, participativo e descentralizado norteado pela defesa ao direito da proteção socioassistencial a todos.²² Direcionado pelos serviços de proteção social, os atendimentos e serviços são divididos em proteção social

²² Há uma ampla discussão acerca da cobertura da Assistência Social a quem dela necessitar em sua totalidade ou a todos os cidadãos. Porém, para o momento não cabe aprofundar na discussão. Todavia é preciso pontuar que o posicionamento que se defende aqui é que o acesso às ações da Assistência Social deve ser universal, a todos os cidadãos.

básica e proteção social especial. O SUAS tem sua institucionalidade estabelecida na Lei n. 12.435/2011²³ que altera a LOAS e concretiza a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado.

Dessa forma, a Política de Assistência Social é apresentada com uma nova formatação e como importante elo na garantia da proteção social. As caracterizações da PNAS e do SUAS já descritas no Trabalho de Conclusão apresentado em 2010 e referenciada (BRANT, 2010) são suficientes para o que se propõe aqui²⁴, uma vez que a análise se concentrará nos espaços do município de Franca-SP.

Vale uma ressalva a respeito da PNAS, feita por uma das entrevistadas, que destaca a importância dos profissionais e da população terem uma referência na Política (até então inédito no Brasil), ainda que se restrinja o público, colocado pela Constituição Federal de 1988: “a quem dela necessitar”. Efetivamente, o alcance de suas ações não apresenta uma perspectiva de universalidade, já tem atingindo um público específico em nível de enfrentamento e não de prevenção.

[...] hoje nós temos uma Política Nacional. [...] ao mesmo tempo, ela é contraditória, porque não garante o direito a todos. Então, ao mesmo tempo que ela tem sua base ali na família e atendendo o território, começa a perceber algumas coisas, mas a essência, hoje, da Política, você vê que é o econômico, é o capital, é o dinheiro que realmente que direciona todas as ações e aí que acaba que em alguns momentos algumas práticas, a gente volta a tempos passados, que é mesmo a higienização social. [...] é uma crítica que eu tenho com relação à Política, porque ela não garante a todos. Acho que tem o discurso, mas na prática, ele não dá o acesso. (Ymah, assistente social).

A partir da finalidade desta dissertação, buscar-se-á aprofundar na proteção social especial, elucidando para além dos serviços de média complexidade, contemplando toda a rede que compõe a proteção social especial, no município de Franca.

A proteção social especial divide-se em proteção social de média e alta complexidade, com particularidade de atendimento às famílias e indivíduos que estão com seus vínculos

²³ A Lei n. 12.435/2011 (MDS, 2011, online) é um importante avanço na perspectiva de direito da política e amplia os parâmetros do SUAS. Ainda, dentro do aparato legal, a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) atualizada pela Resolução CNAS n. 33 de 12/12/2012 (MDS, 2012) e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) na Resolução n. 269 de 13/12/2007 (MDS, 2011) são importantes referências que devem nortear a execução de todas as ações da Política.

²⁴ Como o intuito desta dissertação é dimensionar o trabalho do assistente social na proteção social especial no município de Franca-SP, não se descreverão detalhadamente aqui a PNAS e SUAS no contexto nacional. Tal descrição pode ser encontrada em Mota (2010), Raichelis (2010), MDS (2012; 2013), dentre outros.

fragilizados ou rompidos, em situação de violação de direitos e que necessitam de serviços de atendimento integral.

Quando há a divisão dos serviços da proteção social, essa não se direciona pela necessidade de individualização das situações em que se encontram os sujeitos. Pelo contrário, ao considerar a complexidade em que se encontra uma parcela da população e na tentativa da superação dessa situação, leva-se em conta as ações articuladas da rede de proteção socioassistencial, que pode ser acionada a partir do atendimento nos equipamentos oferecidos pela proteção social especial.

O equipamento referência no atendimento, nesse âmbito, é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que centraliza as ações no âmbito da proteção social especial de média complexidade. Esse espaço é um importante articulador para os serviços da alta complexidade.

[...] o trabalho do CREAS, ele tem cinco serviços, né? O CREAS de Franca hoje desenvolve dois apenas, que é o PAEFI, que tá na tipificação, né? E atendimento aos adolescentes que cometeram infração e cumprem medida em meio aberto. [...] Os outros três serviços, a gente deixou de fazer em dezembro de 2010. [...] Que com a saída de nove funcionários daqui, a qualidade do serviço ia cair. (Raquel, assistente social).

O CREAS em Franca, conforme explicitado em Brant (2010), criado no final de 2005, sofreu algumas alterações que impactaram na oferta dos serviços oferecidos. Para os serviços e programas prestados por esse equipamento, havia um convênio que possibilitava a contratação de parte dos profissionais presentes no quadro da equipe do CREAS. Se no final de 2010 a realidade era essa, o que se apresenta hoje não se difere; pelo contrário, o que se constata é a ausência da prestação de certos serviços e programas que fazem parte da proteção social de média complexidade.

É. Aqui, a gente não tá com a equipe completa, né? Igual você tinha questionado de 2010 pra cá, né? Hoje nós temos um número maior de assistentes sociais, só que, o quadro em relação aos psicólogos ainda continua com um déficit super grande. Nós continuamos com duas só. [...] É. Advogado, é... , através de uma prestação de serviço. Então nós temos, um quatro horas por semana, né? Ideal era que fosse todos os dias, né? Educadores, nós praticamente não temos mais. Temos conseguido apenas a contratação através de algumas oficinas, né? A terceirização. [...] A gente tem recebido, é... , muitos casos, principalmente, de abuso sexual, né? Que dentre as violências, é... , eu acho que assim, não tem muito como mensurar, né? Violência é violência, dor é dor. Mas que requer, assim, uma atenção realmente diferenciada, os casos de abuso sexual. (Cecília, assistente social).

A particularidade do público da proteção social especial apresenta uma realidade complexa, permeada por manifestações da violência que fragilizam os vínculos familiares presentes e podem até chegar ao rompimento temporário ou definitivo desses vínculos. Dessa forma, a presença de uma equipe multidisciplinar que debruce sobre a realidade de cada sujeito que é encaminhado ao CREAS possibilita uma intervenção que supere a imediatividade e que proponha ações que contribuam para a superação da situação de violência em que se encontram.

Eu acho que a gente teve uma trajetória bem bacana, assim, do surgimento, é... foi crescendo, foi um trabalho que foi tomando vulto, foi entrando novos parceiros, o CREAS chegou a ter profissionais, assim, de diferente áreas. A gente tinha um grupo de educador, eu acho que, que a gente viu, assim, um momento bem legal, de ebulição. E acabou não tendo continuidade, né? Que eram trabalhadores terceirizados, nós não conseguimos garantir esse aumento no, no quadro técnico mesmo enquanto servidores, isso acabou, de repente nós vivemos um período de, de... regredir mesmo, desmantelamento [...] do trabalho que vinha sendo feito e tal. E, tivemos que repensar. Mas eu acho que isso aconteceu aqui, mas vem acontecendo, também, no ponto de vista nacional, né? Prova disso é que os serviços agora, eles estão vindo e uma forma, é... aquilo que a gente fazia, agora vem como serviço que tem grande chance de começar a ser tudo terceirizado também, né? Igual o serviço de proteção especial a idosos, né? A Tipificação, quando entrou o serviço na tipificação, como eles vieram, agora eles são regidos, né? Com um, com um público alvo, com que englobe tudo e a dimensão passa a ser grande, né? Então, é... por um lado me preocupa, né? Que tende a, eu acredito que isso vai começar a se descentralizar, da mesma forma que agora vai ter o CREAS-POP, né? A população de rua vai ter um equipamento próprio. O de idosos já ta terceirizado. É... existe isso, a gente não sabe até que ponto isso é perda ou isso é ganho ainda. Eu acho que terceirizar é sempre perda, mas o fato de você especializar os serviços, pode ser que eles, eles comecem a ter uma, sabe? Uma estrutura melhor. Isso é uma discussão eterna nossa aqui internamente. Será que não teria que ter um grupo que atendesse... não que as violências, eu acho que tratar totalidade, te dá uma bagagem, né? Grande. Não que as violências sejam estanques, né? Afastadas. Não é isso. Mas eu acho que até pra ser a nossa, é... saúde do trabalhador, sabe? [...] Então, às vezes, até nisso a gente tem que pensar em, em como se especializa esse trabalhador, como lida com ele, né? Nessas diferenças. Porque é muito grande a gama de violência e que, por mais que ela tenha uma origem, uma percepção, ela é muito diferenciada, né? (Clarice, assistente social).

A situação privilegiada do CREAS Franca em relação a de outros municípios (BRANT, 2010, p. 132) não foi constante. Esse privilégio era pelo fato de se ter, minimamente, a equipe multidisciplinar esperada, com assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, advogada, terapeuta ocupacional.

Já o número de casos atendidos pelo espaço cresce de forma aviltante e na mesma proporção diminui a equipe para o atendimento e a oferta dos serviços. Exemplo disso, conforme presente na fala acima, a prestação de serviço aos idosos e às pessoas com deficiências que são público de atendimento do CREAS, já é feita pela Instituição São Camilo Lélis (espaço da presente pesquisa também); não consta com vínculo dos servidores da Prefeitura e assim terceiriza a prestação de um serviço que necessita da intervenção do Estado para o atendimento.

O espaço do Recanto Samaritano, compreendido na alta complexidade, é executor do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes. Trata-se da única instituição que oferta tal serviço no município. É constituída por uma coordenadora técnica administrativa que é responsável por manter a estrutura funcionando 24 horas por dia, com uma equipe de mais de 50 funcionários. Na época das entrevistas, o número estimado de crianças e adolescentes acolhidos era de 54.

A maior questão que vivenciamos, reflete no que o Estatuto preconiza atendimento em pequenos grupos. Aqui é denominado pela prefeitura como Complexo Aconchego, o que remete àquelas grandes estruturas, orfanatos. O que tentamos trazer para o cotidiano de uma grande estrutura, o dia-a-dia de uma casa, uma identidade a cada acolhido, diante de institucionalização. [...] A estrutura física inadequada e o número grande de acolhidos prejudicam muito o desenvolvimento de uma metodologia personalizada a cada um. Atualmente trabalhamos com o número de cuidadores em número suficiente, de acordo com as orientações técnicas, só que no cotidiano com esta estrutura não é suficiente. Nós atendemos duas modalidades de acolhimento em um único espaço (abrigo institucional e casas lares). [...] É o único serviço, institucional é [...] o único serviço. (Ymah, assistente social).

Mesmo que se tenha todo um esforço no sentido de execução do serviço, se não há o protagonismo, na garantia dos serviços, do Estado (do poder público) o alcance das ações não impacta significativamente na vida da população. No âmbito da oferta e garantia dos direitos, o Estado precisa assumir sua responsabilidade de garantidor e financiador (de fato) das políticas sociais.

No entanto, não podemos deixar de registrar que muitas ações estão sendo executadas no sentido de qualificar os serviços, promovendo adequações das estruturas físicas, aquisições de equipamentos, suprimento de material de consumo, capacitações continuadas para trabalhadores, implantação de novos serviços, busca da complementaridade das ações, articulação das políticas setoriais, embora ainda muito tímidas, entre outros aspectos. [...] Hoje, a política de assistência social deve assegurar a proteção social dos indivíduos que se encontram localizados em situações de risco, em

decorrência de imposições sociais, econômicas e políticas. Intervir nessas questões objetivando suprir suas necessidades e desenvolver suas capacidades e sua autonomia é atribuição dessa política pública que deve ser garantidora de direitos que estão também alicerçados no Projeto Ético-Político. (Cora, assistente social)

Ainda que com a oferta de adequações das estruturas físicas e tantas outras, tenham sido adquiridas pelo governo de Franca-SP (o que já constitui como responsabilidade do poder público), a garantia dos serviços tem se deslocado dos espaços públicos para equipamentos constituídos a partir de parcerias, da terceirização da força de trabalho, Igrejas, etc

Percebe-se, na oferta de todos os serviços da proteção social especial, a presença da terceirização dos serviços e um significativo aumento de demanda (até porque alguns serviços são ofertados por um único equipamento) e conseqüentemente uma precarização do trabalho profissional, que acaba por trazer para si a responsabilidade de cumprir o papel do Estado (enquanto garantidor) e a superar questões estruturais ligadas diretamente com a ordem do capital.

A referência colocada no PEP, da defesa de direitos, coloca no âmbito da emancipação política que percebe o papel do Estado, mas que não se limita apenas na garantia da efetivação do papel do Estado. E, além disso, destaca-se a defesa radical dos direitos na direção da emancipação humana. Como já foi enfatizado, o aparato legal-operativo da política de assistência social não pode ser confundido com o direcionamento político e social do projeto profissional.

[...] Franca oferece alguns serviços. É... só que de forma isolada [...]. Cumprindo um protocolo de toda uma Política Nacional, de algumas exigências, [...] porém do nosso ponto de vista aqui, o serviço é solitário, apesar de estar na alta complexidade, onde uma atenção especializada deveria ser dada, né? [...] Então, o próprio serviço tem que caminhar com as próprias pernas, isolado, dentro de um contexto macro. E aí, quem sofre com isso é a população atendida, né? Eu sei que o discurso é que existe o serviço, os serviços existem mesmo, mas a que preço? E a que qualidade? [...] no nosso caso aqui é um exemplo da terceirização do serviço e aí esses dias atrás eu fui questionada que na visão do profissional, esse serviço não era terceirizado, que ele era compartilhado com o Poder Público. E aí eu coloquei que na minha visão, hoje não é compartilhado. Quando você compartilha, você compartilha as coisas boas, as coisas ruins. Participa de todo processo, de tudo o que está acontecendo, né? E mobiliza, potencializa. Só que hoje o serviço trabalha sozinho. E aí você tem que estar o tempo todo buscando alternativas. [...] De estabelecer uma rede, que ela já deveria estar, acontecendo. [...] E aí o Poder Público, entrega tudo, pra sociedade civil e aí a que preço? Porque aí você não garante, porque a sociedade civil fica presa no contrato, porque aí você tem toda uma legislação [...]. “Ai, eu não posso,

não posso atender porque, é... meu contato não prevê”. Mas, peraí, a legislação prevê, entendeu? Então, fica nessa contradição, né? E aí acaba que a própria instituição fica responsabilizada por não cumprir determinadas exigências. E aí é que dá nó na cabeça dos profissionais, né? Porque é transferido para os profissionais os insucessos, as dificuldades, ‘é vocês que não sabem trabalhar’. (Ymah, assistente social).

O impacto da terceirização se dá, pelo menos, de três maneiras: distancia a garantia do serviço do poder público, o que precariza o acesso ao serviço, deturpando a noção de direito no campo movediço da refilantropização; atinge a condição do trabalhador, não apenas do assistente social, com relações frágeis de garantia dos direitos trabalhistas; restringe os espaços e possibilidades de intervenção, o que acarreta uma responsabilização dos profissionais em relação a questões que não lhes dizem respeito.

O que é ainda mais grave nesse contexto de *terceirização dos Serviços Sociais públicos* é que se trata de um mecanismo que opera a cisão entre serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo de direitos. (RAICHELIS, 2010, p. 759).

Portanto, a percepção apresentada por um dos entrevistados (já citada aqui) não aparece da mesma forma para os outros, ainda que se reconheçam avanços e a afirmação de ações.

No que diz respeito à garantia de espaços de capacitação e de formação, o que se vê em geral (não exclusivamente para os assistentes sociais) é uma dificuldade de se conseguir momentos formativos (e de qualidade), inclusive no próprio espaço de trabalho.

Eu vejo que sim, porque os assistentes sociais são os detentores de conhecimentos, né? Principalmente. Eu estudo bastante sempre que vem algo novo, a gente forma grupos pra estudar, pra ver como que o, que o Poder Público poderia executar. Só que não depende de nós, assistente sociais, fazer com que o município execute. A gente pode fazer argumentos, fazer projetos e levar, mas não depende de nós, assistentes sociais, sozinhos, executar. (Adélia, assistente social).

As condições de trabalho do assistente social se apresentam no espaço da intervenção profissional, no direcionamento de sua intervenção e em sua própria condição como trabalhador. Isso estabelece uma tensão entre aquilo que se propõe e o que se pode executar. O profissional entra, então, em dilema por não executar o que deve ser realizado e cumprir o que se designa para execução.

Entretanto, o profissional não pode perder de vista que, seja em qualquer espaço que objetive sua ação, o contraditório é inerente ao seu cotidiano. É preciso construir estratégias de resistência e vinculação com sujeitos coletivos comprometidos com um projeto social, tendo, assim, a sua ação profissional fortalecida. Porém, muitas vezes, o profissional não poderá fazer aquilo a que se propõe enquanto profissional.

A possibilidade de qualificar a intervenção profissional e a leitura da realidade que se insere não se esgotam apenas na referência do PEP. Pelo contrário, exigem um processo contínuo de formação, qualificação, capacitação. A materialidade do trabalho do assistente social se apresenta no concreto das relações sociais, requerendo extrema atenção e compreensão da necessidade de um processo formativo constante.

É preciso lembrar que, substancialmente os programas e serviços são pensados e estruturados na perspectiva do fortalecimento dos sujeitos em suas relações familiares; isso deverá ser realizado com cautela para não se reduzir a modelos e padrões e/ou culpabilização das famílias. Essa tarefa deve ser direcionada na perspectiva da apreensão da situação em que as famílias se encontram, suas potencialidades e fragilidades.

São famílias que precisam de toda uma articulação pra serem trabalhadas, porque se você chegar num primeiro momento e fazer muitas exigências, você acaba rompendo e eles não querem mais. [...] A gente encontra bastante resistência com relação às famílias sim. Muitos não querem a sua presença ali, tem alguns que até tem a visão do assistente social hoje como “Ah, eles chegaram aqui porque tem problema”. [...] Não, nós contamos com parceiros, é... a gente tenta levantar dentro daquele território que a família ta instalada, tudo que tem de equipamentos que possam contribuir pra melhora dele e a gente trabalha com parceiros. A gente encaminha pra um CCI, pra um atendimento de saúde, é... às vezes pra um atendimento de alguma instituição, é... as vezes, um serviço de geração de renda que essa família possa ta conhecendo, ta participando. Só que é uma articulação difícil. Nem todos os equipamentos trabalham com a mesma perspectiva. (Adélia, assistente social).

O trabalho com famílias pressupõe, necessariamente, a articulação com outras políticas considerando suas demandas. A complexidade da realidade marcada pelas manifestações da violência e a diversidade do público (crianças, adolescentes mulher vitimizada, idoso, etc.) faz com que seja considerada a oferta dos serviços pelos segmentos. Entretanto, pode contribuir para a realização de um trabalho pontual, sem a articulação com outras políticas, outros espaços.

A relação com a população atendida depende da maneira como o assistente social se apresenta no seu território de intervenção, como lida com as pessoas e como percebe a

vinculação dos problemas ali evidenciados. No gerenciamento das expressões da questão social, tal reflexão é crucial para se repensar o cotidiano do trabalho profissional e qual a contribuição com a visão que a população possui sobre o Serviço Social.

A articulação com os equipamentos das políticas (a ser detalhada mais adiante) pressupõe estabelecer relação entre os profissionais, entre equipes multidisciplinares para a compreensão do atendimento à totalidade do indivíduo. A rede socioassistencial pressupõe o diálogo constante entre os equipamentos e suas equipes, entretanto não garante como se efetivará a articulação.

Mas eu digo assim, é, é difícil, parece que às vezes você fica sozinho, né? Você pensa e não é o que, que retrata, por isso que, que é importante eu acho, sabe? Ver quem trabalha. É... isso é difícil, porque a gente não consegue nem dentro da própria categoria, né? Eu falo, a gente não consegue isso nem na própria Secretaria de profissionais que lidam com essa mesma realidade, isso não é possível. Mas eu, às vezes, eu acho, existem momentos em que a gente pode ter parceiros, eu acho, do ponto de vista do sistema de garantia de direito, poder executivo, né? Que sejam mais favoráveis, não é o que acontece nesse momento aqui. A gente tá num momento difícil, tanto do executivo, do judiciário. O judiciário, difícil também, né? Nós não conseguimos implementar várias das questões, até legais, igual das audiências públicas, né? (Clarice, assistente social).

A rede de atendimento que se apresenta, enfrenta a profunda precarização das relações sociais e, portanto do trabalho (ANTUNES, 1997), apresenta-se para o gerenciamento, sistematicamente, de ações se afastando do que provoca e estabelece a questão social, no que diz respeito diretamente ao modo de produção societária capitalista.

Se em 2010 o CREAS era constituído por uma equipe que tencionava em uma perspectiva de interdisciplinaridade na realização dos serviços e ações desenvolvidos pelo equipamento (BRANT, 2010, p. 143), a realidade atual demonstra a saída de profissionais e a ausência da equipe mínima esperada para a oferta do serviço²⁵. Desse modo, a efetividade do acesso a direitos e serviços fica debilitada.

[...] Franca, nós tivemos um retrocesso. Infelizmente, né? Eu acho que o fato, hoje o CREAS numa cidade do tamanho de Franca, [...]. Nós temos um CREAS apenas, que atende o município todo. Uma equipe escassa. Um CREAS onde não temos educadores. Onde já se viu isso? Nós não temos um advogado na equipe, que faz parte (educador, advogado) da equipe mínima, né? Que está posta na NOB-RH, e nós não temos em Franca. Então, assim,

²⁵ A NOB-RH/SUAS (MDS, 2013) propõe que a cada 50 pessoas atendidas, deve-se garantir 1 coordenador, 2 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 advogado, 2 auxiliar administrativo e 4 profissionais de nível superior ou médio para aborgadem.

poxa. Nós já tivemos, eram funcionários terceirizados, mas funcionava. Porque, assim, eu acho que o que me incomoda muito, e me incomodou muito, né? Quando aconteceu tudo isso em 2010, é ver que existe a possibilidade de fazer. Quando você nunca tentou, é uma coisa. Nós tivemos uma equipe aqui, nós tínhamos cinco educadores e que a gente fazia muito, sabe? E outros profissionais que a gente tinha aqui e a gente tentava e buscava e, assim, é possível fazer. É possível atender, é... criança e adolescente com vivência de rua e ter resultado positivo. E a gente despertou expectativa nas pessoas. Despertou na gente, imagina nas pessoas que eram atendidas. E, isso, acabar. É muito difícil pra equipe que ficou. (Raquel, assistente social).

A artimanha usada pelo governo na viabilidade dos serviços que devem ser por ele garantidos esclarece a prioridade da política em detrimento do social. Ainda que com o avanço legal, por exemplo, no que diz respeito ao atendimento socioeducativo de adolescentes (SINASE)²⁶, um dos serviços do CREAS, percebe-se um distanciamento com a efetividade dos parâmetros presentes na legislação em vigor, reafirmado no direcionamento da PNAS e nas diretrizes do SUAS²⁷.

Eu acho que, efetivamente, ela não, ela ainda não ocorre. A gente ainda está preso na prioridade política. Olha, hoje existe, bom a LOAS é de 93, né? Mas nós temos agora o SUAS que é de 2011. Nós temos o SINASE, que é agora de 2012. O SINASE é o sistema nacional, que norteia o atendimento às medidas socioeducativas. Antes de 2012, o SINASE era o norte apenas. Ele virou lei [...]. Mas nada disso está efetivado. Nada disso ocorre na prática. A gente ainda continua brigando pra adolescente ir pra escola. Não tem vaga. Às vezes tem vaga e não querem dar pra aquele adolescente, né? Não interessa se aquele menino usa brinco, boné e as calças como eles, como os meninos gostam, né? Não interessa, ele tem direito ao estudo. Então, se dez vezes ele não for pra escola, dez vezes a vaga tem que ser oferecida. Eu entendo assim. Então, a gente ainda briga pra dar vaga pro menino estudar. É um absurdo. A gente briga pra provar que atender aquele adolescente na saúde, em qualquer lugar, é importante. A gente briga pra aquele menino passar por um psiquiatra. Pra aquele menino, ainda se ele for dependente químico, ele está perdido. [...] E a gente tem que mostrar que aquilo ali não é que o menino é vagabundo, que ele quer usar droga. Aquilo é uma doença. Pra ele se livrar daquilo, ele precisa se tratar, mas isso não é oferecido pra ele. Não é oferecido pra adulto, quanto mais pra adolescente, entendeu? Então, assim, eu acho que ainda vai demorar um pouquinho pra essas coisas. Nós avançamos muito, eu acho. Acho não, tenho certeza. A gente avançou muito. Mas ainda falta muito ainda pras coisas se concretizarem. Não basta ter a lei. Não bastou ter o Estatuto que tem vinte e dois anos. Não bastou, né? (Raquel, assistente social).

²⁶ Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), conforme Lei n.12.594, de 18 de janeiro de 2012.

²⁷ O SUAS apresentado na PNAS desde 2004 como modelo de gestão da Assistência Social. As últimas referências no que diz respeito à legislação são: a alteração da LOAS (1993) conforme a lei 12.435/2011 e a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB-SUAS conforme a Resolução CNAS n.33, de 2012 (MDS, 2012).

O avanço que se percebe é uma ampliação do referencial legislativo que, mais do que afirmar, o direito propõe uma metodologia de ação e viabilização dos serviços. Não é pouca coisa, porém não é suficiente para uma ação que reconhece o direito e que o efetiva com qualidade em uma perspectiva de potencializar os sujeitos que são atendidos.

Entretanto, esse avanço, por si só, não garante a efetivação. A apropriação crítica do profissional desse aparato possibilita uma nova forma de gerenciamento das ações, ainda que não supere, evidentemente, a ordem em que se estabelece. Isso importa ao profissional para que não assuma para si a responsabilidade que, mais uma vez, é do poder público e provocado pelas determinações impostas pela ordem burguesa em curso.

A realização do trabalho profissional comprometido com a garantia de direitos a todos os cidadãos sem distinção, não depende, meramente, da vontade do profissional em se apropriar do seu espaço de trabalho e viabilizar a efetivação de preceitos legais que visam à efetividade de direitos. Permeia essa realidade o direcionamento do Estado, de governos que devem protagonizar todo esse processo e as determinações da sociabilidade em curso.

A particularidade daqueles que dependem desse serviço, exige não apenas os serviços da Política de Assistência. Necessitam da atenção das outras políticas, como apontado anteriormente, que compõe a proteção social, com referências nos direitos sociais tais como a Saúde, a Educação, a Habitação, dentre outros.

O desenho dos serviços da proteção social especial, direcionado pela PNAS, nem sempre consegue se concretizar nos municípios, dadas as condições objetivas, compromisso político e o papel do Estado no direcionamento das ações e na fiscalização da efetivação da legislação.

A estrutura de organização, proposta no SUAS, determina obrigações, tanto para a União, para o Estado, quanto aos municípios, cabendo uma necessária articulação das três esferas para uma realização do trabalho e garantia da oferta dos serviços. O papel central da União se dá enquanto representação máxima do poder público e na afirmação de uma política que deve ir para além de uma política de governo, como política de Estado.

Pra começo, eu acho que a Política, ela deveria ser construída junto. Desde o município até o Governo Federal. Porque se tivesse essa participação na construção, talvez a gente conseguiria executar melhor, a hora que chega no município. Porque, como ela vem praticamente pronta, muita coisa você não consegue trabalhar, você não consegue mudar. Tem projetos que vem do Governo Federal, que você não consegue executar no município, tá fora da realidade do contexto do município. Então, eu acho que falta bastante articulação entre os poderes, município, Estado e União. (Adélia, assistente social).

A NOB-SUAS, em seu artigo 13, especifica que são de responsabilidade da União o monitoramento e a avaliação da Política de Assistência Social, bem como assessorar o acesso à proteção social e acompanhar a implementação dos serviços.

Então, falando mais especificamente em relação a Política de Assistência, é... , que eu sei, até então é que aqui em Franca o nosso maior financiador é o Governo Federal. Se não fosse o Governo Federal a gente, assim, o pouco que tem, eu acho que seria praticamente nada, né? O recurso seria, seria muito menor ainda, né? Porque a gente tem um governante que tem outras prioridades. A Política de Assistência aqui em Franca durante esses oito anos, né? Que foram dois mandatos, nunca foi prioridade, né? [...] O nosso próprio gestor, né? Que também tem um entendimento diferente em relação à política, né? Então fica um pouco complicado. Isso não vai na contramão, né? [...] De uma certa forma, no contexto do Brasil, no contexto do mundo, porque, assim, se você for ver a Política de Assistência, qual a visibilidade que ela dá, não é? Falando em termos políticos, assim, no sentido de política partidária em especial. (Cecília, assistente social)

O que se percebe é que no cumprimento da legislação, Franca atende exigências mínimas e não tem conseguido atender toda a demanda (o que não é exclusividade do município), mas que evidencia que o que se propõe como lei não encontra materialidade na realidade em que deve se efetivar. Atender não significa atingir, quantitativamente, a população, mas a oferta dos serviços com qualidade para a população, sobretudo, para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e em situações de violência. Porém, o que se percebe é o atendimento de demandas emergenciais de forma fragmentada.

Bom, na minha visão, ela tá cumprindo exigências mínimas. E não tem conseguido atender a demanda, eu acho que nem minimamente, assim, toda demanda que tem. É diferente você falar assim, aí, mas um determinado serviço atende, passa por lá, é mais de cem pessoas por dia. [...] Isso aí não é o atendimento que esta se propondo a Política. É o emergencial, a Política, todo um, todo um contexto diferente, de fato, é... você garantir o direito à Assistência, né? Que não é eu sei que não é só da responsabilidade da Secretaria de Ação Social, mas, é... é toda uma política de, de Governo, fica muito superficial, né? E aí acaba que é a população que acha que ela não tem o direito de acessar aquele serviço, né? Não, não vou lá não porque lá é só pra quem é totalmente miserável, quem esta na extrema pobreza, né? E aí dificulta o acesso, daqueles que precisam. (Ymah, assistente social).

Com destaque para o município de Franca, não como uma exceção, percebe-se uma vinculação política partidária²⁸ expressiva e a Política de Assistência Social como uma possibilidade de ascensão política e barganha eleitoral. Aqui se apresenta outro dilema para a categoria: a concepção que se tem da Assistência Social, como política pública, se pauta em qual referencial?

[...] é necessário ressaltar as relações entre Serviço Social e política pública, entendendo-se que as políticas sociais são mediações fundamentais da profissionalização do Serviço Social, no entanto não se confundem com ela: é preciso reafirmar as diferenças entre Serviço Social como profissão e política pública como responsabilidade do Estado e dos governos. No caso da assistência social, embora seja uma mediação persistente que remonta às origens da profissão, o Serviço Social não pode ser confundido com a assistência social nem ser restringido a esse campo de intervenção profissional. (RAICHELIS, 2010, p. 769).

A leitura da PNAS não pode se iludir que, por si só, superará toda pobreza e violência que atinge a população. Na esfera do direito ela se apresenta como um avanço de ampliação e sistematização da Assistência Social, mas não suficiente.

A Assistência Social se encontra em um campo de disputa na ordem burguesa, em uma perspectiva de reforma social, lidando com a complexidade de problemas que se concentram nas relações sociais e que compõem a lógica de desenvolvimento da sociedade. E essa é a “Razão pela qual ela é sempre e continuamente objeto de investidas do capital no sentido de ‘adequá-la’ aos seus interesses; as investidas do mercado financeiro em transformar os serviços sociais em campos de investimento [...]” (MOTA, 2010, p. 143, grifo do autor).

Dessa forma, a Assistência Social, mesmo que reestruturada pelo SUAS, ainda carece de uma superação da concepção de caridade e, por parte dos gestores, maior entendimento de suas ações para além da barganha política.

Acredito que temos enfrentado desafios de desconstrução de concepções equivocadas da política de assistência, bem como na construção e reordenamento dos serviços socioassistenciais executados pelo órgão gestor e rede de proteção social. Muitos são os eixos estruturantes do SUAS, que devem ser perseguidos para que a população seja bem atendida nas suas necessidades. Num Município de grande porte que já apresenta a complexidade de problemas das grandes metrópoles, é claro que não

²⁸ No momento em que as entrevistas se realizaram (2012), o município passava pelo período pré-eleitoral e os equipamentos das políticas públicas, sobretudo assistência social e saúde, foram alvos de ações políticas que serviram como campanha eleitoral.

podemos afirmar que a rede local atende nossas demandas. Temos a clareza de que o processo de construção e organização desses serviços e da rede socioassistencial é uma tarefa que deverá ser enfrentada. Muitos são os desafios, desde a estruturação das unidades estatais e das reorganizações sociais, composição das equipes de referência, criação e implantação de todos os serviços nos territórios, rede socioassistencial articulada, tendo como referência as demandas já instaladas e projeção de novas demandas. (Cora, assistente social).

No período da pesquisa e da análise, Franca se encontrava sobre a mesma gestão e organização administrativa. Houve significativas alterações de oferta dos serviços, particularmente, na Política de Assistência Social e na coordenação dos equipamentos. Se em 2010 percebia-se a terceirização de alguns serviços que deveriam ser ofertados diretamente por equipamentos públicos (BRANT, 2010, p. 134), o cenário observado é da transferência de vários serviços para entidades filantrópicas ou organizações da sociedade civil.

Então, em relação a Franca, é... eu acho que existem momentos, é[...] existem contextos que nosso trabalho é facilitado e outros mais dificultado, né? Sem dúvida nenhuma. Por isso que, que eu acho que o mundo, o segredo é, é isso. Você tem que ter parceiro, né? Franca é uma sociedade, eu falo isso porque eu falo pra todo mundo, né? Extremamente conservadora. [...] E às vezes eu acho, assim, mais difícil, [...] é, é difícil, parece que às vezes você fica sozinho, né? Você pensa e não é o que, que retrata, por isso [...] que é importante eu acho, sabe? Ver quem trabalha. É... isso é difícil, porque a gente não consegue nem dentro da própria categoria, né? Eu falo, a gente não consegue isso nem na própria Secretaria de profissionais que lidam com essa mesma realidade, isso não é possível. Mas eu, às vezes, eu acho, existem momentos em que, é... a gente pode ter parceiros, eu acho, do ponto de vista do sistema de garantia de direito, poder executivo, né? Que sejam mais favoráveis, não é o que acontece nesse momento aqui. A gente tá num momento difícil, tanto do executivo, do judiciário. O judiciário, difícil também, né? Nós não conseguimos implementar várias das questões, até legais, igual das audiências públicas, né? [...] que tá previsto, de se trabalhar, assim, aqui em Franca nunca foi realizado. É algo que nunca foi aceito pelo, pelo Juiz da Infância. Quer dizer, esses entraves, eu acho que eles, é... eles são dificultadores do trabalho e do nível da própria organização mesmo, né? Que deveria tá atendendo, mas a gente acredita que vão existir momentos melhores. (Clarice, assistente social).

A ausência do protagonismo dos entes públicos na garantia da efetivação legal e na fiscalização da prestação dos serviços também é um complicador no universo da política de assistência social e, como não poderia ser diferente, no município de Franca isso aparece de forma clara aos profissionais que ocupam os equipamentos dos serviços.

No que diz respeito ao Poder Judiciário, ressalta-se que há um recrudescimento do Estado Penal e um esvaziamento do Estado Social; o que se percebe na visão social de mundo é que a maior parte dos juízes apresenta em sua prática profissional.

É preciso uma ressalva com referência à falta, também, dos espaços de organização da classe trabalhadora, tanto para a garantia da qualidade dos serviços como para conhecer o que é por direito e como deve acontecer a política de assistência social.

Os Conselhos, que se apresentam dentro da organização das políticas sociais sob uma esfera democrática, permitem ao profissional a necessidade da percepção dos limites e a pertinência em ocupar os seus espaços. E assim, mais uma vez, importa perceber com qual direcionamento se dá essa inserção e qual a contribuição se dá em relação à população ocupar, politicamente, esses espaços.

Como instância democrática e de fiscalização, os conselhos estão em uma esfera de negociação entre representantes do Estado e da sociedade civil que, por vezes, não está organizada e acaba perdendo o espaço no exercício do controle social e a luta pela efetivação de direitos com qualidade.

Exato. Sim. Sei. E que legal essa sua pergunta. Eu acho que ela é muito válida, porque, em relação a Franca, eu observo assim, que há necessidade da criação de outros serviços especializados, né, que contemplem as demandas que estão surgindo e complementem também os, os equipamentos já existentes, né. E, eu acho que ainda há muito que ser discutido, sobre eixos da própria política, né. Espaços, como Conselho Municipal de Assistência Social e entre outros também, que são fundamentais pra que a gente possa avaliar também, né, a implementação, né, do SUAS no município. Então, eu acho que ainda há muito a avançar. (Fernando, assistente social).

Além disso, há a prestação dos serviços de modo terceirizado. Os profissionais que ocupam os equipamentos públicos estão com vínculos empregatícios consolidados por meio de contratos e em número reduzidos em vista do que é preconizado na NOB-RH do SUAS, aquém da equipe mínima exigida. Nessa situação decorrem duas questões: a transferência da oferta do serviço distancia a obrigatoriedade de sua garantia como um direito social e, portanto, dever do Estado; e a garantia das condições necessárias para a realização do trabalho profissional, particularmente do assistente social.

É um Estado que defende, aparentemente, a igualdade de direitos, mas propõe a universalidade do capital. Assim, para Iasi (2011, p. 56), “Essa universalidade esconde o fato de a igualdade exigir que alguns assumam o papel de acumuladores de valor e mais-

valia, enquanto outros se transformam na mercadoria que, uma vez consumida, pode gerar o capital.”

Dessa forma, o Estado que se fala é o Estado burguês, na sua fase monopolista, financeira e flexível, que legitima o direito à propriedade privada e se propõe a atender, com mínimos sociais, a população em situação de pobreza e violência, com programas de transferência de renda e incentivo à inserção no mercado do trabalho. A questão é que o mesmo Estado que deve atender as demandas da população, da classe trabalhadora, é o Estado burguês que garante a apropriação privada da riqueza socialmente construída por essa classe trabalhadora.

Nesses moldes, gestam-se a democracia e a defesa de direitos no âmbito do Estado, como um problema entre Estado e sociedade civil (e não entre capital e trabalho), tese apontada por Marx (2009) na obra “Para a questão judaica” entre outras obras com uma análise marxiana. Esse cenário defende, no limite, o direito dos pobres não morrerem de fome e o direito de empresas privadas usufruírem do investimento público (IAMAMOTO, 2008). Um Estado que se direciona pelo interesse de ampliação constante do capital e o fortalecimento do mercado em detrimento do atendimento das necessidades sociais de significativa parcela da população. Sendo assim, entende-se com qual direção esse Estado burguês gesta as políticas sociais e, particularmente a política de assistência social.

A lógica de organização do SUAS, como apontado, não intenta em individualizar questões e fragmentar o atendimento; pelo contrário, fundamenta-se no entendimento da complexidade da realidade em que população se encontra. A ausência da equipe mínima nos equipamentos justifica, também, a ausência de todos os serviços que a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução n. 109 de 11/11/2009) propõe para a proteção social especial (CNAS, 2009, online).

Então, assim, eu penso que há um avanço, [...] essa questão mesmo nos níveis de complexidade. [...] Diferenciação entre as proteções. Aqui em Franca a gente já tem alguns equipamentos, né? Que compõem essa rede da proteção especial, só que, ainda tá muito aquém do necessário. E a gente vê alguns serviços, assim, igual, você foi lá na Casa São Camilo. É... que tão começando agora, são importantes, como esse do deficiente e do idoso, mas, por exemplo, assim, na área do idoso mesmo, até então, o que que existia? As instituições de longa permanência. Não é? E cadê as outras, todas que estão previstas. [...] Na legislação. Não tem. [...] É... e dentro aqui do CREAS mesmo. [...] Nós deveríamos desenvolver cinco serviços, né? Aqui a gente desenvolve hoje dois, [...] que é o PAEFI e as medidas socioeducativas. E agora esse da Casa São Camilo, que é para idosos e pessoa com deficiência, né?. Só que ainda faltam dois serviços. Até o que é de responsabilidade propriamente, mais especificamente, do poder público,

[...] Isso ainda não tá acontecendo. Não houve essa implementação, né? É... e a gente encontra uma dificuldade mesmo pela ausência desses equipamentos e desses serviços. [...] Muita coisa às vezes acaba, [...] acaba sendo encaminhada pra cá, né? Por aqui ainda ser relativamente novo, uma referência, né? Na proteção especial. Mas muitas vezes a gente não tem como dar uma continuidade no atendimento, um encaminhamento adequado, devido ao acúmulo desses outros serviços. Assim como da proteção básica, né? (Cecília, assistente social).

Não por exclusividade, a ausência de serviços na proteção social especial incide, de modo profundo, na população demandatária do CREAS e dos outros equipamentos. Nesse entendimento, a NOB-SUAS (2012), em seu artigo 7º, inciso IV, expressa que a proteção socioassistencial é entendida na “dimensão proativa que compreende a intervenção planejada e sistemática para o alcance dos objetivos do SUAS com absoluta primazia da responsabilidade estatal na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.”

A afirmação legal respalda a luta pela garantia dos direitos sociais, além de instrumentalizar sua efetivação, que dentro da perspectiva assumida pelo Serviço Social como “[...] *direção política do trabalho* e a qualidade dos serviços socioassistenciais, na construção de processos interventivos que promovam protagonismos, particularmente dos usuários, para o fortalecimento da cultura democrática e de direitos.” (RAICHELIS, 2010, p. 765, grifo do autor).

As dificuldades encontradas no processo de concretização da base legal vão desde a falta de profissionais até a falta de respaldo político, falta de equipamentos, falta de fiscalização. Franca reflete algo que não é sua exclusividade, mas o reflexo de como a política pública vem sendo gestada no país.

A percepção da efetivação da PNAS, no município de Franca e sua congruência com os outros municípios do Brasil, representa que as questões que a Política deve atender não se limitam ao compromisso profissional, vontade profissional, mas remete à estrutura social que se organiza a sociedade brasileira, profundamente marcada e delineada por ditames da ordem econômica em curso mundialmente, e que incide fortemente em significativa parcela da população.

A percepção por parte dos profissionais do Serviço Social, que ocupam os equipamentos de efetivação da Política e veem o direcionamento dos gestores da Política no município, faz com que entendam o limite de sua intervenção profissional. Também clarifica os espaços de embate e ampliação das possibilidades de realização do trabalho profissional comprometido com o direcionamento social e político da profissão.

Bom, eu acho que, assim, as demandas que se apresentam em âmbito local, né, no caso, Franca, é... elas, também, se manifestam, [...] no contexto nacional e mundial, né, porque, na verdade, elas são reflexos da própria ordem societária vigente, né, onde a desigualdade, [...] a opressão e a discriminação, elas são eixos muito presentes nesse momento que a gente vive hoje, né. E aí, eu até pego como exemplo, né, a questão da violência e tantas outras manifestações, aí, da questão social, elas não surgem do nada, né, [...] há elementos que a impulsionam, né. Então, a gente vive numa sociedade repleta de contradições, né, de caráter social, político, econômico, ideológico, né. [...] Então, ainda é um desafio, assim, enfrentar frente a primazia que a gente vê pro lucro e pra própria acumulação do capital, né. (Fernando, assistente social).

A crítica feita à realidade não demonstra um fatalismo por parte dos profissionais. Pelo contrário, demonstra uma leitura na busca de uma aproximação cada vez mais próxima do movimento do real e a percepção das alterações em todo momento.

A perspectiva de totalidade apresentada na teoria social marxiana e referencial no direcionamento social e político da profissão, não procura de modo algum fixar a análise, a partir apenas de perspectiva generalista; pelo contrário, evidencia os elementos que compõem a realidade com base em relações, universalmente, dadas e suas particularidades a partir de demandas imediatamente postas. A formação profissional possibilita perceber a expressão do imediatamente posto e demandas ontológicas, porém sempre tensionando para uma abordagem estrutural que ilumina a intervenção, ainda que seja uma atuação profissional focalizada.

Importa apreender a realidade, como de fato se apresentam, todos os elementos que a compõem, embasados nesse referencial teórico-metodológico que desvela a complexidade do real e instrumentaliza a identificação de estratégias de intervenção. A aproximação com a população através dos Conselhos e até mesmo de movimentos sociais, fortalece ações que se encontram na defesa de direitos, alguns por vezes tão elementares que ainda não foram vivenciados pela parcela da população que chega aos serviços de média e alta complexidade como, por exemplo, da Assistência Social.

Eu vejo que Franca ainda tá muito aquém do desejável, por mais que se esforce.[...] é uma luta nossa como Conselho, de cobrar isso, de cobrar efetivação, mas, porém, a gente esbarra em administração, né? Nem sempre depende dos profissionais implementar, tem que ser o município aderir ao serviço e trazer profissionais pra executar esse serviço. Porque o que a gente trabalha muito? Não adianta, também, aderir o serviço e não executar ele com qualidade e hoje Franca tem uma deficiência muito grande pra executar as políticas. Falta profissionais, então o serviço fica a desejar, entendeu? É...

a gente teve uma luta muito grande no ano passado, né? Com esse déficit de funcionários, principalmente na área do Social. E aí a Prefeitura, às vezes, tenta terceirizar aquilo que é responsabilidade do município, terceirizar para um outro fazer e acaba não executando com qualidade, isso também não é permitido. Então a Política tá caminhando, mas falta muito pra uma efetivação realmente... vê o usuário como, um usuário de direitos, e que ele vai cobrar aquele direito e que o município, realmente, vai executar aquilo que é direito dele e, até então, a gente, às vezes, vê, é... jogar pro outro. Eu levo para um determinado órgão, aquele determinado órgão encaminha pra outro local e outro. Eles vão fazendo encaminhamentos e acabam não resolvendo o problema. Então, falta bastante pra essa efetivação da política. (Adélia, assistente social).

A legitimação da Assistência Social como direito não surge com a PNAS ou com o SUAS. Sua definição como tal vem desde a Constituição Federal de 1988, regulamentada com a LOAS em 1993. Assim, já não seria necessária a luta pelo direito à Assistência nos espaços de efetivação dos serviços.

O SUAS apresenta uma nova forma de organização dos equipamentos, serviços e ações partindo do entendimento da Assistência como direito. Porém, a precariedade dos equipamentos aparece quando os gestores da política municipal não compreendem a dimensão desse direito e a indispensabilidade do protagonismo público na sua efetivação, com respeito a todas as esferas de poder.

Não é o social a prioridade. Continua não sendo. E a Política de Franca, a tendência mundial ela segue, né? Infelizmente. Então, o social não é prioridade, a população empobrecida não é prioridade, continua não sendo. Agora o Governo do Estado de São Paulo vai lançar um programa. [...] Outro programa de transferência de renda. [...] Não se mexe. [...] Quem quer distribuir renda? Quem quer dividir? Né? Então, assim, é... a gente segue, nós seguimos a tendência aí, nacional, mundial, que é a política neoliberal e assim vai. [...] Então, eu acho assim, a gente precisa avançar mais. E me entristece muito saber que a gente ainda tá nas mãos de políticos, que é a questão da prioridade política. (Raquel, assistente social).

A estrutura societária em que se constrói a democracia, portanto, os direitos sociais, é fundamentada nos interesses do capital e alicerçada em um Estado burguês (como já mencionado), no constante aprimoramento das forças produtivas e estabelecendo as relações de produção a partir de uma apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

[...] a existência e persistência da pobreza e das desigualdades sociais estão determinadas pela estrutura capitalista de apropriação provada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida (Marx, 1987), e não apenas pela não-distribuição equânime de seus produtos e serviços. (BOSCHETTI, 2004, p. 111).

A constante necessidade de acumulação de capital e sua reprodução ampliada marcam séculos de construção de um modelo de sociedade que pressupõe produção de mercadorias, submissão do trabalho concreto ao abstrato, predominância do valor de troca, extração da mais-valia, relação de exploração do homem pelo próprio homem e, portanto, a valorização do capital em detrimento do trabalho.

O chão histórico que os séculos de desenvolvimento do capitalismo propiciou o acirramento da questão social e uma desigualdade intrínseca que permeia as condições da sociedade e incide violentamente em significativa parcela da população que é demandatária dos equipamentos de serviços da Assistência Social, espaço de objetivação do trabalho profissional.

Outra característica evidente dessa estrutura social é a existência de direitos sociais legitimados, por exemplo, no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, e com um conjunto de leis e decretos que respaldam as ações a serem realizadas. Porém, a realidade de acesso pleno a esses direitos não ocorre com os preceitos legais.

[...] as políticas sociais, para tocar nessa estrutura, deveriam ser pautadas pelo princípio de redução das desigualdades sociais e por um ideal de justiça baseado na equidade e no estabelecimento de um padrão civilizatório de garantia de plenos direitos a todos os cidadãos. Mas não basta garantir direitos em leis. É preciso assegurar as condições políticas, materiais e institucionais necessárias para sua concretização e estabelecer as condições de vida necessárias para que a população possa ter acesso a estes direitos, o que deveria ser função das políticas sociais. Ainda que incapazes de instituir a plena igualdade de condições no capitalismo, as políticas sociais podem constituir uma via para a redução das desigualdades sociais, desde que assumidas pública e institucionalmente como sistemas legais e legítimos de garantia de direitos e não apenas como programas focalizados de combate à pobreza extrema. (BOSCHETTI, 2004, p. 113).

Embora a Assistência Social seja vista como Política da Seguridade Social e constituinte dos direitos sociais, ainda encontra vestígios do seu percurso histórico de benemerência e filantropia.

É evidente que a discussão da Assistência Social, como qualquer outra política pública, perpassa pela necessária crítica à sociabilidade burguesa que reconhece a defesa dos direitos no limite da funcionalidade das políticas sociais na manutenção da ordem vigente sob o capital. Essa reflexão, já apresentada pela autora (BRANT, 2010), mostra-se vital para concepção do trabalho profissional uma vez que, ao lidar com a estrutura social contraditória do capital, pois apresenta a condição de trabalhador assalariado, confronta-se com o compromisso de construção de outra sociedade proposto pelo PEP e, embora, historicamente,

a profissão esteja ligada à Assistência Social, não é papel de uma profissão a efetivação dos direitos.

Ainda que a política de assistência social seja um campo de trabalho multiprofissional e interdisciplinar, ela se constitui historicamente como uma das principais mediações do exercício profissional dos assistentes sociais, sendo reconhecidos socialmente (e se autorreconhecendo) como os profissionais de referência desta política, apesar das ambiguidades que cercam essa relação de longa data. (RAICHELIS, 2010, p. 751)

Se não cabe a uma profissão apenas a efetivação dos direitos, também não cabe apenas a uma Política isolada a concretude plena dos direitos sociais. A vinculação com os espaços da Política de Assistência, necessariamente, deve estar atrelada com as outras políticas da Seguridade Social.

Eu acho que, ainda, há muito o que ser discutido dentro do próprio sistema público, né? E dentro da própria Política de Assistência Social também, porque eu acho que [...] a realidade, ela precisa ser melhor considerada, porque existem vários fatores que se manifestam ali e que não dependem, pura e exclusivamente, de apenas uma política, né. [...] Então, eu acho que essa discussão, ela precisa se tornar pauta também dentro da Política de Assistência Social, né, porque, às vezes, a gente acaba perdendo, um pouco, essa visão macro, né, de que há outros elementos, também, que se complementam aí, que a gente tem que enxergar né, porque, senão, a gente vai acreditar que a política de assistência está perfeita, né, que não precisa ser discutida, não precisa de nenhum outro ponto a ser ressaltado, né. Enquanto, realmente, ainda há muito o que ser feito. (Fernando, assistente social).

A percepção, pelos profissionais, da necessidade uma visão ampla, que corresponde à perspectiva de totalidade, exemplifica a materialização do direcionamento social e político da profissão no cotidiano do profissional.

O trabalho desenvolvido pelos profissionais, sobretudo norteado pelo fortalecimento dos vínculos familiares, apresenta possibilidades para que se avance na efetivação de direitos que não se dá apenas no acesso a programas e serviços, mas que devem acontecer desde a formulação, execução e avaliação das políticas. É preciso uma constante discussão e um tensionamento das políticas, mostrando seus limites e evidenciando as possibilidades de trabalho.

Cada família que eu atendo é uma atuação diferente, é uma conjuntura diferente e que você tem que procurar entender daquela realidade pra você conseguir ajudar. São famílias totalmente distintas. E eu acho muito

importante essa preservação de vínculo familiar. Apesar da gente trabalhar na proteção social especial, e que já atende tudo aquilo que ta praticamente com os vínculos todos rompidos, mas é preciso resgatar aquele vínculo. (Adélia, assistente social).

O fortalecimento dos vínculos familiares, no intuito do fortalecimento dos sujeitos que compõem o grupo familiar, é essencial também no processo de acompanhamento e avaliação das políticas, pois são esses sujeitos que devem ocupar os espaços de representação da sociedade civil. Com a dimensão socioeducativa da profissão, há a proposição de espaços de desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos e da sua condição de cidadão que, além do acesso ao direito, faz-se presente perante as entidades, instituições, Estado, governo, dentre outros.

A dimensão socioeducativa do Serviço Social pode ser compreendida a partir das práticas e estratégias educativas, postas no processo de luta de classes e podem ser entendidas, conforme Abreu e Cardoso (2009, p. 597) como “[...] estratégias educativas emancipatórias, vinculadas à necessidade histórica de construção de uma alternativa societária à ordem do capital.”

Então, o assistente social sem participação, infelizmente fica muito restringido a atuação profissional dele. Então, eu vejo muito isso, que nós precisamos sempre ta participando de todos os movimentos sociais, pra que a gente tente pelo menos ser um grãozinho de areia. (Adélia, assistente social).

A participação potencializa o fazer profissional, sua condição enquanto trabalhador que se fortalece quando aglutina forças para lutar pela efetivação plena dos direitos. Mais do que um espaço do protagonismo do sujeito que atende em seus espaços de intervenção, os Conselhos, Fóruns e a vinculação com movimentos sociais viabiliza um canal de apresentação de demandas, melhores condições de trabalho, reivindicar o cumprimento da lei, etc.

A gente já fez até uma proposta de um serviço novo para o ano que vem. Hoje eu recebi a resposta que não vai ser possível pra executar o ano que vem, mas pro outro ano quem sabe? Então, isso demora. Demora, mas a gente consegue. E se a gente não for quantificando essas realidades de que não tem atendimento, mas eu vou fazendo dentro das minhas possibilidades, e atendendo essa demanda que não é minha, porém o município precisa saber se não ele jamais, criar um novo serviço. A gente não pode trabalhar no apaga-fogo, apaga o incêndio. [...] Eu não posso ser remédio. Eu tenho que ser algo mais concreto, entendeu? Que realmente seja efetivo. E às vezes também a gente nem tem condições de trabalhar com essa demanda que a gente ta levantando. Tem que ser pro município mesmo. Tem que criar outro

serviço, uma outra estratégia, uma outra equipe pra trabalhar. (Adélia, assistente social).

Exato. Sim. Sei. E que legal essa sua pergunta. Eu acho que ela é muito válida, porque, em relação a Franca, eu observo assim, que há necessidade da criação de outros serviços especializados, né, que contemplem as demandas que estão surgindo e complementem também os, os equipamentos o acúmulo de forças. já existentes, né. E, eu acho que ainda há muito que ser discutido, sobre eixos da própria política, né. Espaços, como Conselho Municipal de Assistência Social e entre outros também, que são fundamentais pra que a gente possa avaliar também, né, a implementação, né, do SUAS no município. Então, eu acho que ainda há muito a avançar. [...] Olha, eu, eu visualizo, que, assim, a nossa intervenção, ela é de extrema importância, porque nós, enquanto assistentes sociais, nós estamos bem próximos dessas realidades, né, que a população vive hoje. E, nós precisamos transformar esse nosso olhar, né, em subsídios pra que a gente, também, reivindique, junto com a população, pela criação de serviços públicos. Isso aí é importantíssimo. É fundamental, né. Nós, enquanto assistentes sociais, precisamos ter esse compromisso também, né. De, justamente, observar a demanda e reivindicar, por ações públicas, né. Que eu acho que isso é um direito e que esse direito precisa ser assegurado, né. E que nós precisamos, sim, ser aliados da população nesse sentido. (Fernando, assistente social).

O profissional quando se percebe enquanto categoria, direcionado por um projeto profissional que é coletivo, potencializa sua intervenção e dá sentido ao seu cotidiano profissional. Isso possibilita a percepção de processos maiores que perpassam a profissão e que apresenta outras esferas, que mesmo que não a intervenção do profissional, fortalece-o para aquilo a que se propõe no projeto profissional, a vinculação com um projeto societário de transformação das relações estabelecidas pela sociedade.

Como já apontado, a postura que se assume vai além do espaço de intervenção profissional. A resistência contra o capital é um exercício de militância, de tensionar na direção da emancipação humana. O compromisso ético-político supera o espaço institucional e apresenta aos sujeitos a necessidade de uma postura de resistência e enfrentamento da ofensiva do capital.

Mas como é possível afirmar esse referencial nos espaços sócio-ocupacionais da proteção social especial?

Então, eu vejo assim, é... eu não sei se, por estarmos na proteção especial, né? Então, é... os profissionais que trabalham na proteção social, eu acho que de modo geral, a gente se vê muito, é... apagando fogo. E às vezes a gente perde aquilo que nós temos de mais rico e importante, que é a mobilização da população. [...] Então aí, a gente acaba, é como se, é... fase terminal, sabe assim, algo assim? E que a gente precisa, primeiro cuidar, dar comida, colocar curativo pra, pra conseguir fazer outras coisas. Que tem muito a ver com a... eu acho que com a, com a exploração. A gente sabe que tudo tem a

ver, né? Que tudo é relacionado a isso, né? Todas as questões. Tudo que a gente enfrenta. Toda expressão da questão social, na verdade, né? Mas aqui, às vezes, as coisas são tão, não sei se você consegue me entender, mas tá tudo tão exposto, o machucado é tão grande e tão aberto, que a gente acaba cuidando as vezes do machucado. Como às vezes a gente acaba discutindo com profissionais de outros locais, por exemplo, vou te dar um exemplo, será que eu posso dar? Do CAPS. A gente acaba às vezes discutindo com aquele profissional lá e é profissional como eu, tem a mesma formação que a minha e eu esqueço que a Política Pública da Saúde, que não tá boa aqui, tá faltando. Eu não tenho que brigar com aquele profissional. Eu tenho que mostrar pra sociedade, pro Conselho, pros conselhos dos direitos, pro Conselho da Assistência, que aquilo não tá legal, né? E ela, muitas vezes, algumas coisas da proteção especial também. Mas não brigar entre a gente. Às vezes a gente acaba se perdendo aqui no, no mínimo. Esquecendo o macro. (Raquel, assistente social).

A contradição que permeia o campo da intervenção profissional e que conduz o movimento da realidade requer a apropriação de um referencial teórico que desvende o movimento da realidade e, então, qualifique a postura profissional.

[...] a busca de se atribuir à prática profissional uma *nova qualidade*, apontando novos rumos tanto no âmbito da *análise teórica* da sociedade e da profissão, em consonância com o movimento histórico concreto da sociedade nacional, quando no *exercício da prática* cotidiana no âmbito do mercado de trabalho. (IAMAMOTO, 1997, p. 123, grifo do autor).

A clareza da ação profissional e sua indispensável articulação na realidade devem se fazer presentes na concepção da profissão de cada assistente social. Também é fundamental a identificação de sujeitos coletivos, movimentos sociais, com a finalidade de fortalecer suas propostas, além de incorporá-las nos espaços que ocupam, usando do espaço institucional para o fortalecimento de suas lutas (IAMAMOTO, 1997, p. 125).

Desse modo é possível, então, uma apropriação responsável e qualificada da afirmação de direitos com vistas à emancipação dos sujeitos que são atendidos pelos equipamentos em que os profissionais trabalham, ou seja, onde objetivam a teleologia do seu trabalho.

Às vezes eu me sinto meia, to afogando, per aí, preciso colocar a cabeça pra fora pra eu ver o que que tá acontecendo aqui pra eu entender o que que é responsabilidade minha e o que que não é minha responsabilidade, pra onde eu vou, quem que eu to culpando. Não, essa questão é estrutural, não é desse profissional que tá ali. E essa questão estrutural, é a, é a questão social, é a contradição capital do trabalho que tá por trás disso, da desigualdade, né? Que tá por trás da violência que eu atendo aqui, entendeu? Então, muitas vezes a gente tem que fazer isso. Mas a gente vem aqui, sabe? Vai correndo, correndo, correndo e a hora que eu vejo... (Raquel, assistente social).

Conforme apontado na primeira parte desta dissertação, o que dá concretude ao Serviço Social é a questão social, resultado do embate entre os interesses do capital e as necessidades do trabalho. E diante disso, a profissão construiu em seu processo de desenvolvimento e maturidade a referência de um projeto profissional que se apresenta como hegemônico à categoria, não no intuito de homogeneizar as ações desenvolvidas pela categoria, mas com o fim de qualificar sua inserção nas relações sociais que se estabelecem na sociedade regida pelo capital.

Bom, é... o assistente social, ele é visto como que quer mudar tudo, né? É uma pessoa que quer mudar tudo, então, ele enfrenta muitas resistências, barreiras, né? Porque você trabalha com uma realidade que você vivencia no seu dia-a-dia, precisando de algo a fazer por eles e, eu volto a dizer, que a gente tem as barreiras. Porque você não consegue trabalhar sozinho. Então, por mais que nós, assistente sociais, construímos para mudanças, se a gente não tiver quem nos auxilie nessas parcerias, a gente não vai conseguir mudar nada, construir nada. Construir a gente até constrói, mas a gente não executa, então, pra mim já não adianta de nada. Eu só construir só ali no papel bonitinho, pra mim isso não serve. Eu tenho que, que conseguir maneiras, não sei quais seriam essas maneiras, então, entendeu? Pra conseguir executar, de fato, aquilo que nosso trabalho vê, busca, visualiza. E a gente fica de pés e mãos atadas. Eu lembro muito da fala da Raquel Sant'Anna em aulas que ela falava que não depende só do assistente social. Ele é um profissional, mas ele sozinho, ele não consegue seguir fazer mudanças. (Adélia, assistente social).

A dimensão do trabalhador, do assistente social enquanto sujeito social e como tal nas relações sociais, imprime a necessidade de constantemente se fortalecer enquanto categoria e no compromisso com um projeto societário de construção de outra sociabilidade que, necessariamente, deve ser um projeto da sociedade e não de uma categoria isolada. Isso, para não se assumir a heroica e derrotada função de superação das contradições geridas pelo capital imbricadas nessa sociabilidade.

Um projeto societário, para transformar uma realidade não pode partir apenas de um grupo social ou de uma categoria profissional. O Serviço Social tem contribuído para a construção de uma nova ordem social, política e econômica, menos desigual. [...] O projeto profissional do Serviço Social pode se vincular ou se tornar um projeto societário para a construção de uma nova ordem social. (Cora, assistente social).

Na nossa intervenção profissional e na própria trajetória da profissão, né. E, eu acredito que ainda há grandes desafios pra construção de um projeto

societário humanizado, né. É... é preciso se impor, né. A gente precisa se impor perante a atual lógica, que é ainda é fincada no neoliberalismo, né, influenciando o próprio Estado no seu olhar restrito para com as políticas públicas, né. [...] Mas, assim, enxergar possibilidade de contribuir na transformação desse cenário, que aí eu acho que é muito importante ser ressaltado que não depende apenas de uma categoria e de um projeto profissional, né. E, a partir do momento que eu tenho essa visão, eu acho que é o que me faz caminhar na profissão. Eu acho que isso é muito importante. (Fernando, assistente social)

A proposição do PEP e da formação profissional é a apropriação de um referencial teórico-metodológico que evidencie o contraditório da realidade. A partir da perspectiva de totalidade, analisar o movimento do real, suas implicações e, com isso, o profissional vislumbrar as condições objetivas para intervenção profissional e potencializar ações de superação da situação da população atendida pelos serviços.

Aqueles que têm como base de atuação o Projeto Ético Político, conseguem, pelo menos minimamente, apesar de todas as questões, diversas, das políticas, de questão de padrão mesmo, da ordem de ser empregado, né? De trabalhar e cumprindo exigências, às vezes, destoantes daquilo que se acredita. E aí eu acho que é o que move o profissional em pensar, em fazer diferença é trabalhar na emancipação do sujeito, né? Na luta por direitos. De uma sociedade igual. Esse sonho, esse ideal profissional. (Ymah, assistente social).

O que envolve a luta pela emancipação supera o espaço institucional, ou seja, está necessariamente vinculado a outros sujeitos com projetos societários que apontem para a superação da sociedade que aliena, que explora, que desumaniza, que nega a condição de sujeitos de direitos, que naturaliza a apropriação privada de uma riqueza que é construída socialmente.

Só é possível pensar a afirmação de direitos, seja ela em qualquer equipamento das políticas sociais, aqui particularmente os equipamentos da proteção social especial, no entendimento do acesso ao direito enquanto processo de emancipação dos sujeitos.

Nessa perspectiva, a emancipação que se referencia é a emancipação política, entendendo ser essa não o fim do processo, mas no horizonte da emancipação humana. A emancipação política, segundo Marx, conforme apresentado por José Paulo Netto no “Prólogo à Edição Brasileira”, não apresenta a superação do Estado, mas sim no acesso a todos os direitos do homem, do cidadão. Afirma ainda que ela não é suficiente por não constituir na emancipação do próprio homem, em um processo total de humanização. (MARX, 2009, p. 25-27).

A constante e insistente afirmação e direitos, na perspectiva da emancipação política, deve, necessariamente, apontar para a emancipação humana. Isso não reduz a profissão à responsabilidade em alcançá-la, aliás, deve ser alicerçada com um projeto societário coletivo que proponha a superação da sociabilidade do capital. “A humanidade não pode escolher as circunstâncias e a base sobre a qual constrói as alternativas de seu desenvolvimento, mas pode agir sobre essa base que não é da sua escolha e alterá-la, deixando-a radicalmente transformada para as gerações futuras.” (IASI, 2011, p. 68).

O Serviço Social pode, então, diante de um compromisso de constante exercício de aproximação com a realidade, dimensionando seu movimento e contradição, contribuir na potencialização dos sujeitos, afirmando seu compromisso com a transformação da sociedade.

Se o processo social abre possibilidade para a ação profissional em cada conjuntura, as alternativas não se darão mecanicamente: são fruto da capacidade teórica e política dos profissionais de se apropriarem dessas possibilidades históricas e de traduzi-las em alternativas profissionais. (IAMAMOTO, 1997, p. 128).

O compromisso de encarar a realidade e assumir o caráter da intervenção profissional para se contrapor à lógica vigente esteve presente no processo de desenvolvimento dessa profissão. Em tempo de barbárie e total assalto aos direitos sociais e à vida da população que vive o impacto brutal da questão social, esse compromisso se reafirma e se fortalece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

...a emancipação humana exige que os seres humanos assumam o controle consciente de sua existência, superando as mediações que impedem a percepção de sua história como fruto de uma ação humana,
Iasi (2011)

A intervenção profissional do assistente social só pode ser compreendida a partir da realidade em que se insere. Compreender o Serviço Social, na particularidade brasileira, pressupõe, além da apreensão da dinâmica do capital no modo de produção e reprodução capitalista, apreender as determinações da sociabilidade burguesa no Brasil, sobretudo, em tempos de capitalismo monopolista.

Ao retomar o desenvolvimento do capitalismo, no contexto Europeu e sua extensão em escala mundial, percebem-se as particularidades do desenvolvimento do capitalismo monopolista brasileiro.

O Brasil apresenta um tardio desenvolvimento do capitalismo, já na sua fase monopolista em escala mundial (quando na Europa, por exemplo, percebe-se tal movimento no final do século XIX). Aqui, tal processo desencadeou, objetivamente, no início do século XX e foi se intensificando lentamente, sobretudo a partir da década de 1930. A transição do modelo agroexportador para o modelo industrial no país concretiza-se apenas na década de 1930.

Com uma burguesia peculiar, a revolução burguesa no país foi marcada por uma forte presença dos proprietários de terra, com um processo de modernização no atendimento de demandas externas e na garantia das condições essenciais para a expansão do capitalismo monopolista.

A tensa relação entre capital e trabalho, que traz movimento ao modo de produção e reprodução capitalista, é radicalizada na fase monopolística, provocando profundas mudanças e alterações na sociedade. Na mesma proporção que aumenta a produção da riqueza, aumenta o pauperismo e a desigualdade. No caso brasileiro, esse processo foi agravado por quase quatrocentos anos de escravidão e por uma trajetória submetida aos ditames internacionais.

A situação exigia um ajuste e controle da classe trabalhadora, o aprimoramento das ações de assistência social, ligadas à Igreja, sobretudo a Igreja Católica, dada a complexidade da realidade, no sentido de disciplinar a força de trabalho e formá-la com capacidade técnica e científica para atender os interesses monopolistas em território nacional.

Não como mera evolução, mas como manifestação da contraditoriedade da realidade, surgem as primeiras escolas de Serviço Social na Europa, seguidas pelas dos Estados Unidos (final do século XIX). Através a UCISS o Serviço Social chega à América Latina e, em 1925, é fundada a primeira Escola de Serviço Social no Chile.

Em 1936, funda-se a primeira Escola de Serviço Social do Brasil, em São Paulo. Com significativa ligação com a Igreja Católica e como demanda do Estado burguês, o Serviço Social inicia no Brasil sua trajetória. As protoformas do Serviço Social brasileiro estão ligadas às instituições e obras desenvolvidas no âmbito da assistência. As instituições ligadas à Igreja, com o compromisso de desenvolver ações no âmbito da caridade, benemerência, em processo de capacitação para melhor desenvolver as ações, começam a se aproximar daquilo que se tornaria o Serviço Social brasileiro.

Eram as mulheres que representavam expressivamente tais instituições e movimento dentro da Igreja Católica, principalmente das classes dominantes da sociedade. Com o intuito de aprofundar o conhecimento da doutrina católica e melhor fundamentar sua ação, criam o CEAS que tem ligação direta com a fundação da primeira Escola no Brasil.

As exigências de formação técnica e especializada pelo Estado burguês e a doutrina católica (particularmente as Encíclicas Papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*) compuseram os currículos dos cursos de Serviço Social.

A particularidade do Estado burguês brasileiro também merece considerações quando se submete aos ditames do capital internacional para operacionalizar as políticas sociais no país. A correspondência com a ampliação e instauração do capitalismo de monopólios foi assertiva aos interesses da classe dominante. A tensa relação entre capital e trabalho radicalizava as refrações da questão social na população, sem apropriação da riqueza socialmente produzida.

Nesse início do Serviço Social, a relação intrínseca com a organização societária burguesa conduziu o seu desenvolvimento e a sua institucionalização no Brasil e, sobretudo, o movimento de reconceituação do Serviço Social. Tal movimento foi caracterizado pela modernização da profissão na América Latina, como também pela reatualização do conservadorismo, a partir de uma necessidade de melhor compreensão da realidade para intervir nas suas demandas. Entretanto, ainda não havia no Serviço Social a crítica centrada na lógica de produção e reprodução da sociedade do capital.

Contudo, é no desenvolvimento desse movimento que, com o que denominou Intenção de Ruptura (PAULO NETTO, 2007) o Serviço Social encontra um novo significado para o fazer profissional. Sem negar seu passado, mas na superação da superficialidade e reprodução

dos interesses do capital, o Serviço Social, ao se aproximar da teoria social marxiana, redefine sua intervenção e qualifica no sentido da práxis profissional-social. Ainda que com uma aproximação enviesada da teoria, o potencial para a radical crítica assumida pelo projeto profissional hegemônico na categoria nasce desse momento do Serviço Social. Com rupturas, superações e avanços o Serviço Social opta pela defesa da classe trabalhadora, pelo compromisso com a justiça e com níveis crescentes de emancipação.

A aproximação enviesada trouxe um significativo desafio para a formação profissional, ao colocar uma inegociável necessidade em se aprofundar no referencial teórico que possibilita uma aproximação com o movimento da realidade. A concepção de ser social, trabalho e sociabilidade, a partir da teoria social marxiana, potencializa as ações e intervenção do assistente social. Possibilita, também, maior clareza da condição de trabalhador do próprio assistente social e sua força de trabalho concentrada em uma determinada especialização do trabalho social coletivo (IAMAMOTO, 2008).

Com todas as implicações que esse processo trouxe ao Serviço Social, explicitadas algumas nesta dissertação, a referência à construção de um projeto coletivo profissional, percebido no Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, imprime um novo significado para a prática profissional. Com um direcionamento social, político e ético, o Serviço Social reduz seu papel enquanto classe e sua relação diante da relação capital e trabalho. O enfrentamento da questão social está diretamente vinculado às alterações na composição orgânica do capital (MARX, 2008), à sua constante necessidade em tornar tudo em mercadoria e coisificar as relações sociais.

A compreensão e apreensão da questão social como intrínseca ao modo de produção e reprodução capitalista tornam-se possíveis a partir de um referencial que propicie desvendar a complexidade da trama do capital, na sociedade, e, evidenciar suas contradições, o que possibilita superações. Por isso, o compromisso com a construção de outra ordem societária para além do mando do capital e da exploração do homem pelo próprio homem.

A clareza do movimento da realidade e a perspectiva de totalidade trazem ao profissional o desafio no seu cotidiano de repensar, a todo instante, o significado da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista. A naturalização da barbárie e da violência, que incide na classe trabalhadora, deve ser combatida com a proposição de construção de um projeto de uma nova sociedade. Tal desafio deve ser aliado aos sujeitos coletivos, no sentido de fortalecer os movimentos de contraposição à ofensiva do capital.

Não se busca responsabilizar o Serviço Social por mudanças e transformações que não condizem ao seu espaço de intervenção e tão pouco minimizar a sua contradição nessa sociabilidade. Os limites da profissão, a capacidade de leitura da realidade para além do que se pode intervir, não minimizam sua capacidade em ocupar equipamentos que garantam o acesso aos direitos sociais, imprescindíveis para o processo de emancipação do sujeito, ainda que esta emancipação política não seja o fim. O tensionamento deve existir na perspectiva da emancipação humana (MARX, 2009).

Tal horizonte não pode ser apenas entendido como utopia, mas deve ser buscado nos espaços de objetivação profissional, na qualificação dos serviços prestados e, sobretudo, na oferta de espaços de desenvolvimento de potencialidades dos seres humanos. Para isso, a leitura da realidade redefine a concepção que se tem de sujeito, família, qualificando a ação profissional que acaba por entrar no âmbito privado em nome do espaço público. Se o profissional não tem sua prática na perspectiva da práxis social, pode acabar por reproduzir e culpabilizar os indivíduos, a respeito de questões que correspondem à estrutura social.

O que possibilita o Serviço Social trabalhar em uma perspectiva contra hegemônica é a opção política e social claramente assumida no PEP. Porém, com uma diversificada categoria, a apropriação desse direcionamento não é apreendida homogeneamente pelos profissionais. O entendimento equivocado de que o PEP serve de padronização da ação profissional reduz sua potencialidade nas ações que envolvem todo o cotidiano profissional. Compreendido como um direcionamento ético, político e social é possível qualificar sua intervenção e forcejar a construção do projeto coletivo para a sociedade.

Ainda que com sua condição de trabalhador e seu limite na contradição do capital, o Serviço Social, na apropriação de um referencial teórico a partir da teoria social marxiana, reforça seu significado social e sua defesa pela classe trabalhadora, enquanto constituinte dela. Porém, tal condição remete à concepção de sujeito do profissional que não é apenas compreendido no âmbito profissional, mas constitui sua subjetividade, que pode revelar a percepção e consciência que tem a partir da realidade que intervém. A opção ético-político que o profissional assume vai para além do âmbito profissional, requerendo uma postura diante da realidade, requerendo um processo de formação de consciência, para uma apreensão do movimento do real da concretude em que se dá sua intervenção.

O que se percebe é uma forte influência do PEP, pois os profissionais que apresentaram a importância e vinculação com o cotidiano do trabalho percebem que a postura ético-política perpassa o espaço sócio ocupacional. A capacitação teórico-metodológica

desvela a artimanha da ideologia dominante e abre a possibilidade de construção de uma postura crítica e qualificada além de instrumentalizar o trabalho profissional.

O PEP não intenciona em construir uma unidade de identidade, mas apresentar um direcionamento social e político na leitura e intervenção nas relações sociais estabelecidas na sociedade (uma unidade na diversidade). Por isso, a formação profissional é tão importante, deve ser qualificada e subsidiar, profundamente, a apropriação de um referencial teórico. Deve-se ter clareza quanto aos princípios e diretrizes que compõem tal projeto hegemônico na categoria para então materializá-lo cotidianamente.

A capacitação teórico-metodológica possibilita uma apreensão da constituição e gênese da questão social, que é o que dá concretude ao Serviço Social, ainda que não se finalize nela. A articulação com a classe trabalhadora, mesmo com a ineliminável face do controle (na representação do Estado burguês), pode e deve viabilizar o fortalecimento dos processos de luta e resistência. Sob essas bases crítico-formativas, o controle e a manutenção da ordem, tão presentes no início do Serviço Social, encontram uma radical crítica à lógica de sociabilidade guiada pela acumulação do capital.

Dentre os espaços sócio-ocupacionais em que se objetiva o trabalho profissional, os equipamentos da Política de Assistência Social, põem o profissional diretamente no gerenciamento da pobreza e da violência que atingem a população. Tal definição não nega esse campo como campo para o trabalho profissional, mas exige uma ressalva, que é uma política pública que garante direito, no limite do Estado burguês e com todos os limites aqui já destacados.

O profissional não pode trazer para si a incompetência do Estado burguês no atendimento dos direitos, mas deve imprimir em sua ação o referencial de direito no horizonte da emancipação política que visa a emancipação humana. E é exatamente por essas questões que alguns profissionais identificam no PEP o direcionamento do seu trabalho e a possibilidade de construir sua identidade profissional, à luz de um projeto profissional da categoria.

Quanto aos equipamentos da proteção social especial da Política de Assistência Social no município de Franca-SP, percebe-se que são insuficientes perante a demanda e que não contemplam as especificações da Tipificação (CNAS, 2011) e NOB-RH SUAS (MDS, 2011). Além da transição de serviços dos espaços públicos para a iniciativa privada (uma terceirização dos serviços), aqueles equipamentos que já existiam em 2012 (momento da entrevista) já estão modificados no momento da finalização desta dissertação.

Os serviços de liberdade assistida, acolhimento institucional de crianças e adolescentes, por exemplo, além da alteração das coordenações, tiveram seus equipamentos mudados. Porém, também é preciso pontuar a abertura do CREAS POP, destinada ao atendimento da população de rua.

Na pesquisa realizada e na análise aqui desenvolvida percebe-se que os profissionais entendem a necessidade de ter o momento de reflexão da ação profissional, mas que o cotidiano impõe o agir na superficialidade e a demanda acaba por impor ao profissional os atendimentos emergenciais, sem a possibilidade de construir espaços para os sujeitos se constituírem como tal.

Isso se torna imprescindível para que a população atendida tenha qualidade no atendimento que necessita e vá para além da simples reprodução do cotidiano, mas que, para estar além do atendimento das necessidades básicas, contribua na construção de cidadãos, com acesso pleno aos seus direitos.

Assim, o embate com o Estado burguês é constante ainda que ele seja seu maior empregador. Isso evidencia mais uma vez a importância de se ter claro o limite da intervenção profissional. A ação que se tem no cotidiano profissional, muitas vezes, não corresponde ao que se propõe no projeto profissional. Todavia, quando se fala da vinculação do projeto profissional a um projeto societário, a indagação do profissional se intensifica ao considerar o imediato do seu cotidiano profissional, distancia-se a possibilidade de superação desse modo de sociabilidade, ao mesmo tempo em que, para alguns, contraditoriamente, é o que impulsiona o fazer profissional.

É exatamente nesse impasse que o PEP se fortalece enquanto projeto profissional, que não diz respeito a um profissional isolado, mas que se constitui a partir de um coletivo, está em permanente construção e fortalece o profissional enquanto categoria. O embate deve ser o tempo todo contra a coisificação dos sujeitos e a naturalização da ampliação necessária do capital.

No que diz respeito à garantia dos serviços prestados dentro da proteção social especial, o que se evidencia é a falta de equipamentos suficientes para o atendimento da demanda encaminhada para os serviços. A mesma falta se observa quanto aos profissionais: são poucos considerando a demanda cotidianamente apresentada.

O caráter de funcionalidade das políticas sociais e a minimização do Estado burguês na garantia de direitos evidenciam-se nos espaços sócio-ocupacionais do profissional e trazem o questionamento se de fato é possível desenvolver ações no cotidiano condizente com o PEP. O que se percebe é que, ainda que contraditoriamente, é possível, mas em uma necessária

associação com sujeitos coletivos, além do aprofundamento teórico que instrumentaliza a intervenção.

Ainda um ponto importante na garantia do serviço é a terceirização dos equipamentos. O serviço da política de assistência social que deveria ter o Estado como protagonista perde o caráter de política pública e transfere para a iniciativa privada e sociedade civil a garantia de serviços essenciais para a população. É preciso destacar que não é uma exclusividade do município de Franca, segundo os profissionais, ainda que com suas particularidades como, por exemplo, os serviços que deixaram de ser ofertados por equipamentos públicos e que hoje foram transferidos para outras instituições, ou deixaram de existir.

Quanto ao universo observado do trabalho profissional, em relação às demandas sociais existentes em Franca e o contexto nacional, com a vinculação da dinâmica da ordem econômica e política nacional e mundial vigente, a percepção não fica tão evidente. Ainda que haja uma preocupação em se destacar a análise profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, não fica esclarecida a apreensão dessa complexidade que se objetiva no cotidiano profissional de cada um.

A necessidade do profissional compreender a dinâmica da sociedade do capital é imprescindível para analisar sua funcionalidade na reprodução do capital, ao mesmo tempo em que é assim que se visualizam as possibilidades de resistência, de fortalecimento das potencialidades humanas, de sua condição enquanto trabalhador para lutar pelo acesso aos direitos sociais no processo de emancipação política, visando a emancipação humana.

O PEP tensiona nesse caminho e, sem dúvidas, é o que difere o Serviço Social de outras categorias. Além de uma direção hegemônica na profissão, essa categoria assume a radical e ousada postura de resistência à lógica capitalista e defende a concepção do sujeito enquanto ser social, com um potencial a ser fortalecido e desenvolvido.

Se o cotidiano profissional propicia, objetivamente, a construção de um projeto societário à emancipação humana e, se o profissional enquanto trabalhador apropria a contradição da realidade e assume uma opção ético-política para além da reprodução do capital, então o significado social e histórico da profissão se apresenta.

O que ainda persiste, no processo de investigação do trabalho profissional pela pesquisadora, é como se constitui o processo de formação de consciência dos sujeitos, para além do Serviço Social (mas também entendendo sua particularidade), no desvelamento da complexidade da realidade e no direcionamento da sua intervenção, caminho pelo qual a pesquisadora pretende insistir na investigação do trabalho profissional do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS. ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 78-86, abr. 1996.
- BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOSCHETTI, I. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 79, p. 3-132, set. 2004.
- BRANT, N. L. C. **O trabalho profissional do assistente social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social no município de Franca-SP**. 2010. 178 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.
- BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. In: CRESS/SP – 9ª Região (Org.). **Legislação brasileira para o Serviço Social**. 3. ed. São Paulo, 2008.
- _____. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão do assistente social e dá outras providências. In: CRESS/SP – 9ª Região (Org.). **Legislação brasileira para o Serviço Social**. 3. ed. São Paulo, 2008.
- _____. Parecer CNE/CES n.492, de 3 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais In: CRESS/SP – 9ª Região (Org.). **Legislação brasileira para o Serviço Social**. 3. ed. São Paulo, 2008.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, texto atualizado até a EC n. 72/2013, de 02 de abril de 2013. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 abr. 2013a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: maio 2013.
- _____. Lei n. 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 ago. 2010. p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm>. Acesso em: set. 2013.
- _____. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. **Diário Oficial da União**,

Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 ago. 2010. p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm>. Acesso em out. 2013.

BRASIL, Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 jan. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em jul. 2013.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

CFESS. **Código de Ética do/a assistente social/Lei 8662/93**. 10. ed. Brasília-DF: CFESS, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução CNAS n. 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 nov. 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf/view>>. Acesso em: 4 nov. 2013.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IASI, M. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em 04 de jul. 2013.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Editora Busca Vida, 1988.

LUKÁCS, G. A ontologia de Marx: questões metodológicas preliminares. In: PAULO NETTO, J. (Org.). **Lukács**. São Paulo: Ática, 1981.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1984. L. 1. v. 2.

_____. O método da economia política. Contribuição à crítica da economia política. In: FERNANDES, F. (Org.). **Marx/Engel**: história. São Paulo: Ática, 1989. (Grandes cientistas sociais, n. 36).

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O capital**: crítica da economia política. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. L. 1. v. 1.

_____. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). **NOB-RH/SUAS**: anotada e comentada. Brasília, DF, 2011.

_____. **Norma Operacional Básica**: NOB-SUAS. Brasília, DF, 2012.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF, 2013.

MOTA, A. E. Questão social e Serviço Social: um debate necessário. In: _____. (Org.) **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PAULO NETTO, J. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 10, n. 30, p. 89-102, abr. 1989.

_____. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 44, p. 26-42, abr. 1994.

_____. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social. mod. 1. Brasília, DF: Cead : ABEPSS : CFESS, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

_____. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS. ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009b.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PAULO NETTO, J. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

Prefeitura Municipal de Franca. **Dados**. Disponível em
<<http://200.170.150.33:8084/site2006/franca/dados.htm>> Acesso em 04 jun. 2013.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. série 2. v. 7.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 31, n. 104, p. 750-772, out. 2010.

SÃO PAULO (Estado). **SEADE**. Disponível em
<<http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/analises/franca.pdf>> Acesso em 04 out. 2013.

SILVA, J. F. S. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 1) Qual a sua trajetória acadêmica e profissional?
- 2) Qual o seu trabalho desenvolvido na instituição?
- 3) Você vê alguma relação entre a sua formação acadêmica e sua atuação no cotidiano profissional?
- 4) O que é o Projeto Ético-Político profissional (PEP) para você? Você vê alguma relação entre ele e seu cotidiano profissional? Explique.
- 5) Na sua opinião, como tem se comportado a proteção social especial no município de Franca-SP? Vê alguma relação entre as demandas e intervenções do Serviço Social nessa área e o Projeto Ético-Político Profissional? Explique.
- 6) O atendimento a famílias e/ou indivíduos em situação de violação de direitos que sofrem diretamente diversas formas de violência, é uma especificidade da proteção especial. Você acredita que é possível, com os serviços presentes no município de Franca, atender toda a demanda de acordo com o que é preconizado pela PNAS?
- 7) Como você relaciona as demandas sociais existentes na realidade de Franca dentro do contexto nacional? Você vincula tais demandas com a dinâmica da ordem econômica e política nacional e mundial em curso? Explique.
- 8) É possível relacionar a questão social com o seu trabalho profissional?
- 9) Qual a sua percepção sobre a possibilidade de construir um projeto profissional vinculado a um projeto societário que propõe a transformação da realidade? Acha isso relevante para a sua atuação profissional? Explique.
- 10) Comentários e considerações finais.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº ____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **SOCIABILIDADE BURGUESA, GESTÃO DA POBREZA E SERVIÇO SOCIAL: A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FRANCA-SP.** O projeto de pesquisa será conduzido por **Nathália Lopes Caldeira Brant, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social,** orientado pelo Prof. **Dr. José Fernando Siqueira da Silva,** pertencente ao quadro *docente* **Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Franca.** Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Dissertação de Mestrado observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. **O projeto se objetiva em entender os determinantes da realidade regida pelo capital que impactam a formação profissional do assistente social e recolocam obstáculos objetivos à realização do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social (no campo específico da assistência social).** Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de .

Assinatura do participante

Nome: Nathália Lopes Caldeira Brant /RG

Endereço:

Tel:

E-mail:

Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva / RG

Endereço:

Tel:

E-mail:

ANEXO

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Memorando CEP/Franca N.º 012/2011

Para: NATHÁLIA LOPES CALDEIRA BRANT
Orientador: Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva

De: **Prof. Dr. Ubaldo Silveira**
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos

Data: 13/04/2011

Projeto de Pesquisa CEP: 012/2011

Prezado (a) Senhor (a),

Vimos por meio deste informar que o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP – CEP/UNESP/FRANCA *analisou e aprovou* sem restrições, o Projeto intitulado “Sociabilidade Burguesa, gestão da pobreza e Serviço Social: a proteção social especial na política de assistência social em Franca-SP”, tendo como pesquisadora Nathália Lopes Caldeira Brant, bem como o respectivo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em reunião ocorrida na data de 13/04/2011, registrado sobre o CEP: 012/2011.

Temos ciência de que os estudos serão conduzidos de acordo com normas que regem as pesquisas envolvendo seres humanos.

Solicitamos que sejam encaminhados os relatórios parciais e finais, bem como envie-nos possíveis emendas e novos termos de consentimentos livre e esclarecido, notifique qualquer evento adverso sério ocorrido durante a realização do presente projeto de pesquisa para que possamos fazer o devido acompanhamento.

Sem mais para a oportunidade,

Atenciosamente,

Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
UNESP – Campus de Franca